



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO NUTES DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE

PAULA LEITE DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR PARA
PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS: possibilidades e desafios.**

RIO DE JANEIRO

2020

PAULA LEITE DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR PARA
PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS: possibilidades e desafios.**

Dissertação apresentada para defesa da dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde, do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio De Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Sônia Cristina Soares Dias
Vermelho

RIO DE JANEIRO

2020

CIP - Catalogação na Publicação

0048e Oliveira, Paula Leite de
Educação alimentar e nutricional no ambiente
escolar para a promoção de hábitos alimentares
saudáveis: possibilidades e desafios. / Paula Leite
de Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2020.
145 f.

Orientadora: Sônia Cristina Soares Dias Vermelho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo de Tecnologia Educacional
para a Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em
Ciências e Saúde, 2020.

1. Educação alimentar e nutricional. 2. Promoção
da saúde. 3. Saúde escolar. I. Vermelho, Sônia
Cristina Soares Dias, orient. II. Título.

RESUMO

A educação alimentar e nutricional (EAN) se insere no âmbito das políticas públicas, no contexto da promoção da saúde, da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA), sendo considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos. Assim, a escola, por ser um espaço sociocultural, tem sido considerada um local propício para realização de ações de EAN, com vistas à promoção da saúde. Com isso, tem sido crescente o número de políticas públicas direcionadas a realização de ações de EAN no ambiente escolar. Nesse cenário, esta revisão pretende avaliar de que maneira a EAN tem sido realizada no ambiente escolar, como tem sido sua contribuição para promoção da saúde e quais suas possibilidades e desafios. A revisão sistemática foi desenvolvida com base em dissertações e teses publicadas no período de 2006 a 2019, que realizassem ou avaliassem ações de EAN no ambiente escolar em escolas brasileiras. As buscas foram feitas no Catálogo de Tese e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD). Foi observado que, a partir de 2013, houve um aumento das pesquisas em torno das ações de EAN e é crescente a multidisciplinariedade da área. Ainda existe a predominância de uma EAN verticalizada, baseada na transmissão de conhecimentos com foco na mudança de comportamento e a carência de referências teórico-metodológicas, havendo a necessidade na elaboração de ações educativas mais problematizadoras com foco no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, respeitando os hábitos e cultura alimentar.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; promoção da saúde; saúde escolar.

ABSTRACT

Food and nutrition education (FNE) is part of public policies, in the context of health promotion, Food and Nutrition Security (FNS) and the Human Right to Adequate Food (HRAF), and has been considered a fundamental strategy for the prevention and control of contemporary food and nutrition problems. In this sense, the school, as a sociocultural space, has been considered a favorable place for carrying out FNE actions, in order to promoting health. As a result, there has been an increasing number of public policies aiming at developing FNE actions in the school environment. In this scenario, this review intends to assess how FNE has been promoted at schools, how it is contributing to health promotion and what are its possibilities and challenges. The systematic review was developed based on dissertations and thesis published from 2006 to 2019, which carried out or evaluated FNE actions at Brazilian schools. The search was made in the CAPES Thesis and Dissertations Catalog in the Brazilian Digital Library of Thesis and Dissertations. It was observed that, as of 2013, there was an increase in research on FNE actions and the multidisciplinary nature of the area is growing. There is still a predominance of a verticalized FNE, based on the transmission of knowledge with a focus on behavior change, as well as a lack of theoretical and methodological references, with the need to develop more critical educational actions, focusing on the development of the subjects' autonomy, respecting the food habits and culture.

Keywords: Food and Nutrition Education; Health promotion; school health.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por sempre terem colocado a minha educação e a dos meus irmãos em primeiro lugar.

À minha mãe Cássia da Silva Leite de Oliveira por me acompanhar diariamente em minha jornada e me incentivar a alcançar meus objetivos.

À minha orientadora por ter me acompanhado nessa trajetória.

À minha banca de qualificação e da defesa por ter proporcionado diálogos extremamente ricos sobre a temática.

À minha turma de mestrado que tanto me ajudou no primeiro ano do mestrado a descobrir esse mundo da educação que me parecia tão distante.

Aos professores que tanto contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus irmãos Diego e Diogo que sempre me apoiaram e me incentivaram.

Lista de gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1-Distribuição dos trabalhos por ano de publicação..... | 63 |
| Gráfico 2-Distribuição por área do conhecimento..... | 64 |
| Gráfico 3-Formação acadêmico dos pesquisadores..... | 65 |
| Gráfico 4-Distribuição dos trabalhos por Regiões geográfica..... | 66 |
| Gráfico 5-Distribuição quanto a rede de ensino pública e privada..... | 67 |
| Gráfico 6-Distribuição dos trabalhos por segmento da educação básica..... | 68 |
| Gráfico 7-Sujeitos das ações educativas..... | 69 |
| Gráfico 8- Distribuição dos trabalhos com referencial epidemiológico por ano de publicação..... | 82 |
| Gráfico 9-Quantitativo de trabalhos por duração de tempo da ação educativa..... | 88 |

Lista de tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1-Principais Políticas a partir de 2006 que incentivam a EAN no ambiente escolar..... | 54 |
| Tabela 2-Critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos | 61 |
| Tabela 3-Agenda Pública do Marco de Referência | 64 |
| Tabela 4-Distribuição dos trabalhos quanto ao referencial teórico adotado..... | 81 |
| Tabela 5-Principais recursos didáticos | 87 |
| Tabela 6-Principais objetivos, resultados e instrumentos de coleta de dados | 145 |

Lista de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1- Linha do tempo das principais políticas públicas que influenciaram as atividades de EAN no ambiente escolar. | 55 |
| Figura 2- Procedimento de buscas de Teses e Dissertações | 62 |

Lista de abreviaturas e siglas

EAN- Educação Alimentar e Nutricional

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MEC- Ministério da Educação e Cultura

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

FAO- Food and Agriculture Organization

ONU- Organização das Nações Unidas

SAPS -Serviço de Alimentação da Previdência Social

CNA -Comissão Nacional de Alimentação

STAN -Serviço Técnico da Alimentação Nacional

Unicef- United Nations International Children Emergency Fund

USAID- Agency for International Development, dos Estados Unidos da América

PMA- Programa Mundial de Alimentos

CME- Campanha de Merenda Escolar

CNME- Campanha Nacional de Merenda Escolar

CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar

Usaid- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

PMA- Programa Mundial de Alimentos

OMS- Organização Mundial da Saúde

INAN- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

PNDs- Planos Nacionais de Desenvolvimento

PNS- Programa de Nutrição em Saúde

PCA- Programa de Complementação Alimentar

LBA- Lei Brasileira de Assistência

PROAB - Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa

Renda

COBAL- Companhia Brasileira de Alimentos

PIB- Produto Interno bruto

ENDEF- Estudo Nacional de Despesas Familiares

PNAN- Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PSE- Programa Saúde na Escola

PPP- Projeto Político Pedagógico

PNSAN- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PlanSAN- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CAE- Conselhos de Alimentação Escolar
DHAA- Direito Humano a Alimentação Adequada
AAS- Alimentação Adequada e Saudável
SAN- Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DCNT's- Doenças Crônicas Não Transmissíveis
CGAN- Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição
LDB- Lei de Diretrizes e Bases
EB- Educação Básica
EI-Educação Infantil
EF- Ensino Fundamental
EM- Ensino Médio
BNCC-Base Nacional Comum Curricular
PNAN- Política Nacional de Alimentação e Nutrição
SME- Secretaria Municipal de Educação
PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais
FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento
CFN-Conselho Federal de Nutricionistas
DCN-Diretrizes Curriculares Nacionais
PAAS- Promoção da alimentação adequada e saudável
BDTD-Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

APRESENTAÇÃO

O ano era 2007. Passei no vestibular e ingressei na Faculdade de Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ansiedade e expectativa eram os sentimentos do momento, por querer descobrir como seriam os próximos quatro anos da graduação. Foram anos intensos de aulas diárias em tempo integral, muitas disciplinas, cobranças para entregas de trabalhos, diariamente viagens longas de Magé/RJ até a universidade. Aprendi bioquímica, fisiologia, técnica dietética, dietoterapia, calcular dietas, elaborar planejamento alimentar, ler rótulos, realizar orientação nutricional. Por fim, em 2011, a graduação acabou e optei por ingressar no mercado de trabalho, e então surgiu meu primeiro desafio: o que fazer? Por onde começar?

Nos meus primeiros dois anos de formada, acabei trabalhando como autônoma, realizando atendimento nutricional em clínicas médicas e em atendimento domiciliar, quando inesperadamente, no fim de 2012, participei de uma entrevista de emprego que, apesar de eu ainda não saber, mudaria minha forma de ver a nutrição. Comecei a trabalhar com educação alimentar e nutricional! Foram somente três meses para cobrir uma licença médica. Basicamente, ministrava um curso em comunidades, para falar sobre alimentação saudável. Três meses se passaram e, após um ano, surgiu meu maior desafio: fui convidada pela mesma empresa para participar de uma seleção para trabalhar com educação alimentar e nutricional em unidades escolares.

Então, eu, que tive uma formação voltada para trabalhar basicamente com atendimento nutricional ou em serviços de alimentação, teria que trabalhar com educação. Mas como fazer isso? Por onde começar? Na universidade a única disciplina que tive que de alguma forma remetia a educação tinha sido a disciplina de educação alimentar. Disciplina essa que ocorreu somente durante um semestre no meu último ano de disciplinas obrigatórias, antes de iniciar os estágios curriculares obrigatórios. Ou seja, uma disciplina que na época eu só via como mais uma disciplina e, inclusive lembro-me, então, de ter muita dificuldade em compreender sua importância para minha vida profissional.

Pois bem, os desafios foram muitos ao “mergulhar” no mundo das escolas, mas com o meu grupo de trabalho, que era composto por muitas nutricionistas, realizando muitas pesquisas, reuniões, conversas com professores e pedagogos, cantineiros, merendeiras, pais, após muitos erros e acertos fomos desbravando esse mundo e desenvolvendo habilidades para deixar de ser uma orientadora e passar a ser uma educadora. Foram trinta meses de aprendizados diários e, quando eu achava que já tinha aprendido muito, descobria que ainda tinha muito mais a aprender.

Foi essa experiência extremamente diferenciada na minha vida que me despertou o interesse em ingressar no mestrado em Educação e Saúde, pois começou a me causar uma inquietação em descobrir como melhorar as ações de EAN de forma que possa realmente incentivar a autonomia dos sujeitos.

Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas. Pessoas transformam o mundo. (Paulo Freire)

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RESUMO..... | 3 |
| ABSTRACT | 4 |
| Lista de gráficos..... | 6 |
| Lista de tabelas | 7 |
| Lista de figuras | 7 |
| Lista de abreviaturas e siglas | 8 |
| INTRODUÇÃO | 15 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL | 19 |
| TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EAN NO AMBIENTE ESCOLAR | 28 |
| Escola como promotora de hábitos alimentares saudáveis..... | 35 |
| O nutricionista como educador no ambiente escolar..... | 43 |
| Diálogos da EAN com o ambiente escolar..... | 48 |
| PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA | 53 |
| Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011..... | 54 |
| METODOLOGIA DA PESQUISA | 57 |
| Os passos da revisão sistemática (RS)..... | 57 |
| Teses e dissertações: fontes e procedimentos de buscas | 58 |
| RESULTADOS E DISCUSSÕES | 62 |
| Distribuição por tipo e ano de publicação | 62 |
| Distribuição por área de avaliação do programa e formação dos pesquisadores | 64 |
| Distribuição por Regiões geográfica | 66 |
| Distribuição pela rede de ensino Pública e Privada..... | 67 |
| Distribuição dos trabalhos por segmento da educação básica | 68 |
| Distribuição quanto à participação dos responsáveis nas intervenções realizadas | 69 |
| Distribuição quanto à participação dos professores nas intervenções de EAN | 72 |

| | |
|---|-----|
| Principais objetivos encontrados nos trabalhos e referencial metodológico utilizado | 78 |
| Principais recursos didáticos utilizados nos trabalhos..... | 82 |
| Principais métodos e instrumentos de avaliação dos trabalhos | 87 |
| REFLEXÕES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO CAMPO CIENTÍFICO | 92 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 97 |
| REFERÊNCIAS | 100 |

Quem pensa que a comida só faz matar a fome está redondamente enganado. Comer é muito perigoso. Porque quem cozinha é parente próximo das bruxas e dos magos. Cozinhar é feitiçaria, alquimia. E comer é ser enfeitiçado.

(Rubem Alves).

INTRODUÇÃO

A importância da educação alimentar e nutricional (EAN) nos campos da saúde, alimentação e nutrição, bem como o seu percurso histórico, têm sido foco de diversas políticas públicas nas últimas décadas. Especialmente, a partir de 2006, quando foi publicada a portaria interministerial nº 1010 observa-se um aumento dessas políticas em torno da promoção da EAN no ambiente escolar grande parte na articulação entre os órgãos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e de Combate à Pobreza, do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (BRASIL, 2012).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) regido pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Além disso, em suas diretrizes, o PNAE propõe a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem, perpassando o currículo escolar, de forma a abordar o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Sendo assim, o PNAE tem dois grandes objetivos: a oferta da alimentação escolar e as ações de EAN (BRASIL, 2009).

Em 2012 tivemos o lançamento do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, momento em que se reconhece a importância da educação alimentar e nutricional como estratégica para a promoção da alimentação saudável dentro do contexto da realização do direito humano à alimentação adequada e da garantia da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2012).

Nesse cenário, a educação alimentar e nutricional (EAN) que é um campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde passa a ser considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos (BRASIL, 2012). Isso por ser um processo educativo no qual, através da união de conhecimentos e experiências do educador e do educando, vislumbra-se tornar os sujeitos autônomos e seguros para realizarem suas escolhas alimentares de forma que garantam uma alimentação saudável e prazerosa, propiciando, então, o atendimento de suas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais (CAMOSSA et al, 2005).

Segundo o Marco a educação alimentar e nutricional se caracteriza por:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar”. (BRASIL, 2012, p. 23).

De acordo com Medeiros et al (2016, p.8) “Educar para alimentação envolve uma conexão com a realidade social”, visto que envolve significados que englobam a memória familiar, a identidade cultural e a condição social dos indivíduos, numa abordagem multidisciplinar sob os diversos aspectos econômicos, sociais, culturais e nutricionais (PINHEIRO, 2005).

Educar para alimentação envolve uma conexão com a realidade social, o estímulo à prática do fazer culinário, aproximar saberes que possam nos ajudar a interpretar e compreender a diversidade cultural alimentar onde são criadas e transmitidas as práticas alimentares de um povo, as representações da dieta, a experiência subjetiva dos indivíduos frente à sua alimentação, à tradição e o novo na alimentação, à influência da mídia em nossas concepções do bom e do belo, e, por fim, o comprometimento pelo reconhecimento da alimentação como um Direito Humano, compreendendo que uma alimentação adequada é uma forma de dignificar o homem, posicioná-lo no mundo. Por isso, ultimamente fala-se tanto do nutricionista-educador e, também, do professor que educa para alimentação saudável. (MEDEIROS et al, 2016, p.8-9).

Neste cenário, as políticas públicas em Educação e Saúde têm privilegiado estratégias que visem à promoção da saúde, e entre elas uma alimentação adequada e saudável torna-se protagonista. Assim, a educação alimentar e nutricional colabora para mudanças nas práticas alimentares contribuindo para a promoção da educação em saúde e nutrição, contextualizando as práticas de EAN numa perspectiva mais ampla de construção da cidadania (CUNHA, SOUZA e MACHADO, 2010; ZITKIOSKI, 2000).

Dessa maneira, com o aumento da demanda de ações educativas em torno da alimentação, pressupõe-se que a escola por ser um espaço sociocultural, onde os sujeitos trocam experiência e “educam entre si”, para além da sala de aula, a escola poder ser considerada um espaço propício para o desenvolvimento de EAN (DAYRELL, 1996; FONSECA, 2011). Contudo, ainda são realizados poucos estudos de intervenção no Brasil (FREITAS et al., 2014; SANTOS e ALVES, 2016; ARAÚJO et al., 2017).

De acordo com Freire (2013), há uma compreensão estreita do que é educação e do que é aprender no ambiente escolar, isso ocorre porque as relações que ocorrem no espaço-tempo da escola além das atividades ensinantes não são consideradas de forma educativa. Assim, Freire propõe a reflexão sobre os gestos que compõem o espaço escolar gestos de alunos, do pessoal administrativo, do pessoal docente que se cruzam cheios de significação, que compõem os momentos de aprendizado vividos na escola: *“Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios”* (FREIRE, 2013, pág 44). Nesta perspectiva, a escola apresenta um caráter educativo e socializante para além da transferência de conteúdos, através de experiências informais que são vividas (FREIRE, 2013).

A modificação da atitude em relação às escolhas alimentares é um processo gradativo que envolve conhecimento, consciência e viabilização prática das ações. Segundo Dunker & Phillipi (2003) entende-se como prática ou comportamento alimentar todas as formas de convívio com o alimento. Entendido como um processo constitui um conjunto de ações realizadas com relação ao alimento, que têm início com o momento da decisão; disponibilidade; modo de preparar; utensílios usados; características, horários e divisão da alimentação nas refeições do dia, preferências e aversões, encerrando processo com o alimento sendo ingerido.

Porém, o que a literatura tem demonstrado é que as ações de EAN no ambiente escolar estão presentes principalmente nas disciplinas de Ciências fornecendo informação nutricional de forma pontual e fragmentada (SANTOS, 2005; CASTRO et al, 2007; BOOG, 2010). Essa perspectiva desconsidera que o hábito alimentar envolve um conjunto de crenças, valores e questões socioculturais, necessitando que sua abordagem seja transdisciplinar integrando o saber biológico com as ciências humanas e sociais. Shack (1995) aborda os determinantes sociais e culturais das preferências alimentares e faz considerações sobre diversos aspectos simbólicos do alimento, como por exemplo, status e prestígio, capacidade econômica, aceitação dentro de grupos sociais, estética, afetividade; apontando que estes fatores são mais relevantes para determinar as preferências e rejeições alimentares do que o alimento em si. Dessa maneira, as atividades de EAN devem abranger as questões sociais, culturais e simbólicas que envolvem o ato de alimentar-se.

Nesse contexto, essa revisão pretende mapear a produção científica de EAN no ambiente escolar, avaliar como tem sido sua contribuição para promoção da saúde em termos de possibilidades e desafios. Podendo traçar um panorama e orientar o direcionamento das

atividades de EAN no ambiente escolar contribuindo para discussões pedagógicas em torno do assunto.

POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil datam de 1930. Nessa época a fome e a desnutrição foram reconhecidas como graves problemas de saúde pública no país. Após vários inquéritos alimentares constatou-se que, tanto a classe operária como a população como um todo, tinham condições alimentares precárias. Nesse período as primeiras medidas governamentais foram pautadas em leis trabalhistas, sendo direcionada aos trabalhadores e seus familiares com o intuito de ensiná-los a se alimentarem “corretamente” focando em parâmetros meramente biológicos e desconsiderando o contexto de vida do indivíduo. Ainda nesse período, alguns estados e municípios mais ricos passaram a responsabilizar-se pelo fornecimento da alimentação em sua rede de ensino (BRASIL, 2012).

A luta contra a fome ganha notoriedade ainda nessa década, quando o cientista social, professor, médico, escritor e geógrafo, Josué de Castro já denunciava a fome como uma das maiores mazelas de nosso tempo. Castro foi uma figura importante na Campanha Nacional de Alimentação, assim como na Organização para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization - FAO) da Organização das Nações Unidas (ONU). Sua atuação foi essencial na criação da Campanha Mundial contra a Fome e de Luta Pela Paz. Por meio de seu trabalho ele procurava demonstrar a relação inseparável entre os aspectos políticos e sociais da fome, cobrando soluções para o problema (VALENTE, 2002; BRASIL, 2012).

Com o início da escolarização obrigatória depois de 1934, o município do Rio de Janeiro (1938) e o Estado de São Paulo (1945) passaram a assumir gradativamente a responsabilidade da alimentação escolar. A Prefeitura do Rio de Janeiro assumiu, entre 1937 e 1938, parte significativa do financiamento da distribuição da merenda escolar à rede municipal (NOGUEIRA, 2005).

Como política pública, nas distintas conjunturas compreendidas no período 1930-1963, entre o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), o Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia) de Gaspar Dutra (1946-1950), o retorno do populismo de Getúlio Vargas (1951-1954), o desenvolvimento rápido do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e as reformas de base de João Goulart (1961-março de 1964), o campo materializou-se no Brasil a partir da instituição da “ração essencial mínima” (DecretoLei no 399, de 30 de abril de 1938) e do salário mínimo (Decreto-Lei no 2.162, de 1o de maio de 1940); da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS

(Decreto-Lei no 2.478, de 5 de agosto de 1940) e da Comissão Nacional de Alimentação – CNA (Decreto-Lei no 7.328, de 17 de fevereiro de 1945); da instituição da Campanha Nacional de Merenda Escolar (Decreto no 37.106, de 31 de março de 1955), embrião do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outras intervenções estatais (VASCONCELOS e BATISTA 2011).

Em 1940, durante o governo Vargas, o Ministério do Trabalho criou o Serviço de Alimentação da previdência Social- SAPS- que oferecia aos trabalhadores refeições a preços modestos para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, suprimindo carências nutricionais por meio dos alimentos oferecidos e como forma de complementar o salário mínimo. Em 1942 cria-se o Serviço Técnico da Alimentação Nacional – STAN, que entre outras coisas tinha a função de realizar pesquisas experimentais para desenvolver produtos vitamínicos para as forças armadas e trabalhadores do país além de atuar como um estimulador da formação da indústria nacional de alimentos, incentivando as pesquisas na área (FOGAGNOLI, 2011).

Durante esse período, as intervenções na área de alimentação e nutrição eram pautadas em ações e programas de assistência alimentar e nutricional aos trabalhadores da previdência social; às gestantes, nutrizes e crianças menores de cinco anos de idade e aos escolares. Ainda nesse período, ocorria a articulação desses programas brasileiros de assistência alimentar e nutricional com as organizações internacionais e os programas internacionais de ajuda alimentar, criados no pós-Segunda Guerra Mundial, tais como a FAO (Food and Agriculture Organization), o Unicef (United Nations International Children Emergency Fund), o Programa de Alimentos para a Paz da USAID (Agency for International Development, dos Estados Unidos da América) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) (L'Abbate S,1988; VASCONCELOS,2005; ARRUDA e ARRUDA, 2007; FOGAGNOLI,2011).

Em 1956, a CME passou a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) por meio do decreto Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956 que tinha a intenção de promover a alimentação escolar em âmbito nacional. Em 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) (CALDAS e ÁVILA, 2013).

Entre 1964 e 1984, no período da ditadura militar, mais precisamente na década de 1970 assistiu-se a um contexto de crise do capitalismo, em que a questão da fome mundial ressurgiu com maior intensidade a partir da controvertida crise mundial de alimentos. Diante dessa conjuntura organismos internacionais como a OMS, a FAO e o Unicef defenderam a necessidade de incorporar um planejamento nutricional aos planejamento econômico dos países de Terceiro Mundo, mais precisamente na América do Sul. Nesse período, foi criado no Brasil por meio da Lei no 5.829, de 30/11/72, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e surgiram o I e o II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), incorporando ao planejamento econômico instrumentos de políticas sociais. Sob a tutela do INAN, em março de 1973 foi instituído o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), cujas diretrizes pautavam-se no I PND. Em fevereiro de 1976 foi instituído o II PRONAN, que deveria ter duração coincidente com o II PND (1975-1979), mas em função da não aprovação do III PRONAN foi prorrogada sua execução até 1984. A partir do II Pronan a questão nutricional voltou a assumir um lugar de destaque na agenda pública, constituindo um dos principais instrumentos da política social conduzida pelos governos militares (L'Abbate S, 1988; GEORGE, 1976; ARRUDA e ARRUDA, 2007; VASCONCELOS, 2005).

Os paradigmas que norteavam a atuação dos cientistas do campo no período de 1964 a 1984 eram predominantemente as abordagens multicausais da determinação do processo fome/desnutrição, baseadas em concepções de mundo positivistas e funcionalistas. Nos últimos anos da década de 1970 e nos primeiros anos da de 1980, as concepções estruturalistas da determinação do processo fome/desnutrição passaram a ser enfatizadas. Assim, as investigações científicas em Alimentação e Nutrição passaram a identificar elementos estruturais como a distribuição da renda (a baixa renda), a distribuição da terra e outros elementos da forma de organização social como os principais determinantes do processo fome/desnutrição (VASCONCELOS, 2002; L'Abbate S, 1988; ARRUDA e ARRUDA, 2007; VASCONCELOS, 2005).

Nesse período, as atividades do o INAN pautava- -se no desenvolvimento de três linhas de atuação: 1) Suplementação alimentar a gestantes, nutrizes e crianças de zero a seis anos; aos escolares de sete a quatorze anos e a trabalhadores de mais baixa renda; 2) Racionalização do sistema de produção e comercialização de alimentos, com ênfase no pequeno produtor; e 3) Atividades de complementação e apoio. A linha de suplementação alimentar foi constituída pelo desenvolvimento dos seguintes programas: 1) Programa de Nutrição em Saúde (PNS), desenvolvido pelo Ministério da Saúde por intermédio das Secretarias Estaduais de Saúde; 2) Programa de Complementação Alimentar (PCA),

desenvolvido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social por intermédio da Legião Brasileira de Assistência (LBA); 3) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desenvolvido pelo Ministério da Educação e Cultura por intermédio da Campanha Nacional de Alimentação Escolar e 4) Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), desenvolvido pelo Ministério do Trabalho por intermédio do Departamento Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador. Na linha de racionalização do sistema de produção e comercialização de alimentos destacou-se o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB), coordenado pelo INAN e executado pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e Secretarias Estaduais de Saúde e Agricultura. E na linha de complementação e apoio foi desenvolvida uma série de atividades de combate às carências nutricionais específicas pelo enriquecimento de alimentos de consumo corrente; apoio de estudos e pesquisas; capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos e desenvolvimento de infraestrutura de distribuição de alimentos (ARRUDA e ARRUDA, 2007; VASCONCELOS, 2005).

Após a recessão econômica, entre 1968 e 1974, ocorreu a expansão econômica, conhecido por milagre brasileiro, elevando as taxas de crescimento econômico do país. Contudo, no fim de 1974, ocorreu um esgotamento desse padrão levando a queda do Produto Interno bruto (PIB). Em 1974/1975, o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) atestava que 67,0% da população apresentava um consumo energético inferior às necessidades nutricionais mínimas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Como consequência, 46,1% dos menores de cinco anos, 24,3% dos adultos e idosos brasileiros do sexo masculino e 26,4% do feminino apresentavam desnutrição energético-proteica (ALENCAR, 1996; VASCONCELOS, 2005).

Nesse período, mesmo com a intensificação da miséria no país, houve um abrandamento do discurso dos programas desenvolvidos pelo INAN, colocando-se em foco a proteção aos grupos biológica e socialmente vulneráveis à desnutrição, o combate aos bolsões de pobreza e a redistribuição de renda (VASCONCELOS, 2005).

Em relação aos aspectos econômicos, é preciso enfatizar a contribuição desses programas ao processo de redistribuição indireta de renda, bem como ao estímulo à ampliação e/ou garantia de mercado institucional no campo da alimentação e nutrição. Ocorreu o crescimento das indústrias de alimentos envolvidas com o mercado das políticas públicas do setor. (MONTEIRO, 2000; VASCONCELOS, 2005). Como exemplo, nas décadas de 1970 e 1980, houve uma expansão do cultivo de soja, e para escoar a produção excedente ocorreu o incentivo ao consumo deste produto e seus derivados. Essas ações são exemplos de como as

práticas de educação nutricional realizadas na época valorizavam a dimensão nutricional os alimentos e desconsideravam os aspectos culturais e sensoriais. Além de demonstrar a interferência de interesses econômicos nessas ações (BRASIL, 2012).

Entretanto, no período de 1975-1989 devido ao aumento da renda familiar e à expansão da cobertura dos serviços e programas sociais, houve uma melhoria do estado nutricional da população brasileira. Nesse período, a prevalência de desnutrição entre crianças de um a quatro anos de idade foi reduzida de 19,8% para 7,6 e em adultos foi reduzida de 8,6% para 4,2%, enquanto a prevalência de obesidade nesse grupo etário passou de 5,7% para 9,6%²⁶. Ressalta-se ainda que, por meio do II PRONAN, a questão nutricional voltou a assumir um lugar de destaque na agenda pública, constituindo um dos principais instrumentos da política social conduzida pelos governos militares (VALENTE, 1997; MONTEIRO, 2000; VASCONCELOS, 2005).

Em 1976 ocorre a integração da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), quando seu objetivo passou a ser proporcionar suplementação alimentar aos pré-escolares e escolares do primeiro grau matriculados nos estabelecimentos de ensino público, por meio do fornecimento de uma refeição de valor nutricional equivalente a 15% das recomendações nutricionais diárias durante o ano letivo (PEIXINHO, 2013).

Somente no ano de 1979 a CNAM passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas somente com a constituição de 1988, art.218, inciso VII ficou assegurado o direito universalizado à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais (PEIXINHO, 2013; BRASIL, 1988).

Segundo o Marco de EAN, às características limitantes das práticas desenvolvidas até então levaram, de um lado, a resultados questionáveis, de outro, a desqualificação da EAN enquanto sua legitimidade e o seu papel. Assim, até a década de 1990, a EAN foi pouco valorizada como disciplina e como estratégia de política pública. No entanto, o acúmulo de evidências que apontavam os hábitos alimentares como um dos fatores determinantes para o aumento, em todo o mundo, das doenças crônicas, a EAN passou a ser considerada como uma medida necessária para a formação e proteção de hábitos saudáveis (BRASIL, 2012).

Desta maneira, nos anos 2000 ocorre um aumento progressivo das ações de EAN nas iniciativas públicas no âmbito dos restaurantes populares, dos bancos de alimentos, das equipes de atenção básica de saúde, e na requalificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Ocorrendo o fortalecimento da EAN como política pública para a promoção à saúde (BRASIL, 2012).

Contudo O Marco de EAN coloca que, apesar dos avanços promissores, ainda é necessário ampliar suas possibilidades, seus limites e modo como é realizada. Isso porque, ao mesmo tempo em que a EAN é vista como uma forma promissora na promoção da saúde seu campo de atuação não se encontra claramente definido. Como o Marco de EAN coloca, citando (SANTOS, 2005) existe um paradoxo: “ao mesmo tempo em que é apontada sua importância estratégica, o seu espaço não é claramente definido. A educação alimentar e nutricional está e todos os lugares e, ao mesmo tempo não está em lugar nenhum” (SANTOS, 2005). Ou seja, existe a necessidade de espaço e diálogo para que conceitos em EAN sejam formulados e solidificados para um fortalecimento e implementação de seus processos nas esferas públicas. Sendo o ambiente escolar entendido como valioso para o desenvolvimento da EAN, dado que os alunos ali inseridos estão não somente em processo de crescimento físico, mas de formulações de seus conceitos e valores (GREENWOOD e FONSECA, 2016).

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (BRASIL, 1990). A alimentação encontra-se entre os fatores determinantes e condicionantes de saúde uma vez que possibilita o adequado crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania, assim como são fundamentais para a prevenção de diversas doenças (BRASIL, 2012). Nas últimas duas décadas, ocorreram mudanças profundas na perspectiva da Alimentação Adequada e Saudável (AAS) e, conseqüentemente, no próprio conceito e nos referenciais metodológicos para o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional (EAN). A AAS é um dos elementos centrais na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a EAN é uma estratégia que pode contribuir para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2010b).

A alimentação compreende o processo desde o momento da escolha e aquisição até a preparação e consumo dos alimentos, e, além de ser uma maneira de satisfazer as necessidades biológicas, ela é, também, uma fonte de prazer, de socialização e de expressão cultural, uma vez que agrega significações culturais, comportamentais e afetivas (BRASIL, 2012; 2014; ALMEIDA, 2009).

Segundo a *Carta de Ottawa*, documento proveniente da I Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, realizada em 1986, a promoção da saúde é um processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde. Sendo necessário reforçar a ação em cinco áreas prioritárias: políticas públicas saudáveis, criação de

ambientes saudáveis, reforço à ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços de saúde (BRASIL, 2002). Tendo destaque o desenvolvimento de habilidades pessoais, sendo possível com essa ação desenvolver a autonomia dos indivíduos, estimulando sua capacidade com um variado rol de estratégias de educação em saúde, dando ênfase em programas educativos voltados para os riscos comportamentais e hábitos passíveis de mudança (SALCI, *et al* 2013).

De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a alimentação adequada e saudável é definida como: “a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados” (CONSEA, 2007; CASTRO, 2015).

O Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) ao definir alimentação saudável considera em seu texto o conceito do CONSEA:

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmonia em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (BRASIL, 2014, p.8).

Os guias alimentares insere-se no conjunto de diversas ações intersetoriais que têm como objetivo melhorar os padrões de alimentação e nutrição da população e contribuir para a promoção da saúde. Neste sentido, a OMS propõe que os governos forneçam informações à população para facilitar a adoção de escolhas alimentares mais saudáveis em uma linguagem que seja compreendida por todas as pessoas e que leve em conta a cultura local (BRASIL, 2014).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que periodicamente sejam atualizadas as recomendações sobre alimentação saudável. Dentro dessa recomendação, em 2006 o Ministério da Saúde (MS) publicou o primeiro *Guia Alimentar para a População Brasileira – Promovendo a Alimentação Saudável*, como as primeiras diretrizes alimentares

oficiais para a nossa população. O guia possuía como principais referenciais teóricos os estudos epidemiológicos e clínicos que buscavam relacionar os alimentos, grupos alimentares e nutrientes na redução ou aumento do risco de ocorrência das doenças crônicas não transmissíveis- DCNT (OLIVEIRA, e SANTOS, 2018). Acabando por produzir diretrizes focadas puramente na visão biológica de saúde.

Em 2014 foi lançado o novo *Guia Alimentar para a População* como um instrumento de educação alimentar e nutricional, que busca valorizar o ato de cozinhar, estimulando que as pessoas desenvolvam, exercitem e partilhem suas habilidades culinárias com quem convivem, além de planejar o uso do tempo para dar à alimentação o espaço que ela merece. A intenção do Guia é promover a saúde e a boa alimentação, combatendo a desnutrição e prevenindo as doenças crônicas não transmissíveis. Nessa nova edição, o Guia incorporou em seus referenciais os estudos sociológicos, antropológicos e saberes populares aos estudos epidemiológicos e clínicos em seus referenciais teóricos (OLIVEIRA e SANTOS 2018). A incorporação de referenciais teóricos das ciências humanas representa uma tentativa de abarcar o caráter multidimensional da alimentação, a complexidade da vida dos indivíduos e sua interação na sociedade (FARDET e ROCK,2014).

Entre os princípios que conduziram a elaboração do novo Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014, p.21), destaca-se que: “*os guias alimentares ampliam a autonomia nas escolhas alimentares*” De acordo com o documento, o “acesso a informações confiáveis sobre características e determinantes da alimentação adequada e saudável contribui para que pessoas, famílias e comunidades ampliem a autonomia para fazer escolhas alimentares e para que exijam o cumprimento do direito humano à alimentação adequada e saudável”, sendo que a constituição desta autonomia dependeria do próprio sujeito, da sua capacidade de fazer escolhas mais saudáveis, e, também, do meio ambiente onde ele vive, abrangendo a forma de organização da sociedade e suas leis, os valores culturais e o acesso à educação e a serviços de saúde (SCARPARO, 2017; BRASIL, 2014).

Em 2015 o Ministério da Saúde por meio da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) relançou o livro *Alimentos Regionais Brasileiros* com o propósito de favorecer o conhecimento acerca das mais variadas espécies de frutas, hortaliças, leguminosas, tubérculos, cereais, ervas, entre outros existentes em nosso país, além de estimular o desenvolvimento e a troca de habilidades culinárias, resgatando e valorizando o ato de cozinhar e apreciar os alimentos, seus sabores, aromas e suas apresentações, tornando o ato de comer mais prazeroso. De forma a resgatar o reconhecimento e a incorporação desses alimentos no cotidiano das práticas alimentares representando uma importante iniciativa de

melhoria do padrão alimentar e nutricional, contribuindo para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável e da segurança alimentar e nutricional da população brasileira (BRASIL, 2015).

Nesta perspectiva, a alimentação se torna um dos determinantes da vida social, pois além de oferecer condições objetivas para sua manutenção, é importante para assegurar a constituição de vínculos necessários à sociabilidade humana e à reprodução social (ALVES e WALKER, 2013). Portanto, a alimentação como prática social, além de apresentar uma dimensão política quando no momento da escolha do que será consumido, além do gosto, das preferências e tradições e da preocupação com a saúde, também se consideram as questões ambientais, sociais e econômicas (CASTRO, 2015).

Dessa forma, o desenvolvimento de habilidades pessoais em alimentação e nutrição implica em pensar a educação alimentar e nutricional como processo de diálogo entre educador e educando, de fundamental importância para o exercício da autonomia e do autocuidado. Isso pressupõe, sobretudo, trabalhar com práticas referenciadas na realidade local, problematizadoras e construtivistas, considerando-se os contrastes e as desigualdades sociais que interferem no direito universal à alimentação (BRASIL, 2013c).

Assim, um dos desafios da EAN é evitar uma abordagem pragmática que apenas instrui sobre como proceder, ignorando os conflitos e as contradições, reduzindo o fenômeno da alimentação ao que comer o que comprar e como preparar não pode resultar eficaz, na medida em que leva o educando a proceder mecanicamente segundo o pensar do educador, e destituindo o seu comer dos significados a ele inerentes (BOOG, 1997).

Freire (2013; p.47), explica que

(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou construção e que a autonomia vai se constituindo na experiência de inúmeras decisões que vão sendo tomadas em sua existência e representa o processo de amadurecimento do ser.

Assim, quando realizada de forma a propiciar o desenvolvimento do pensamento crítico, a EAN se torna promissora na promoção de hábitos alimentares saudáveis. Já que a relação entre educação em saúde quando parte de um diálogo horizontalizado entre educador e educando, contribui para a construção da emancipação do sujeito para o desenvolvimento da saúde individual e coletiva.

TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EAN NO AMBIENTE ESCOLAR

As políticas públicas para promoção da saúde realizadas pelo Ministério da Saúde (MS) impõe a necessidade de articular propostas intersetoriais que reforcem o desenvolvimento de ações com os mais diferentes setores (BRASIL, 2010). Nessa perspectiva, o MS compreende que o período escolar é fundamental para se trabalhar a saúde na perspectiva de sua promoção, desenvolver ações voltadas para a prevenção de doenças e para o fortalecimento dos fatores de proteção. Visto que, os alunos passam grande parte do tempo na escola, oportunizando a construção de conhecimentos e a criação de novos hábitos e atitudes. Isso porque, além da sua função pedagógica, a escola tem uma função social e política voltada para a transformação da sociedade (PARREIRA, 2003).

Dessa forma, têm sido preconizadas diversas articulações inter e intrasetoriais, dentre as quais, o Ministério da Educação e o da Saúde são corresponsáveis por assegurar como, por exemplo, a implantação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e da Política Nacional de Promoção de Saúde nas escolas, em consonância com os critérios de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (IULIANO, 2008).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada no ano de 1999, faz parte do conjunto de esforços do Estado Brasileiro que por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação (BRASIL, 2003). Ao completar dez anos uma nova edição atualizada pela Portaria No 2.715, de 17 de novembro de 2011, apresenta-se com o propósito melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição (BRASIL, 2011a). A PNAN insere-se na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e entre suas diretrizes destacam-se a promoção da alimentação saudável, no contexto de modos de vida saudáveis e o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população brasileira (BRASIL, 2006a).

A crescente necessidade de uma melhor organização dos serviços de saúde para atender às demandas geradas pelos agravos relacionados à má alimentação, tanto em relação ao seu diagnóstico e tratamento quanto à sua prevenção e à promoção da saúde, gerou a necessidade do desenvolvimento de ações e práticas de educação em saúde no âmbito escolar (BRASIL, 2013). Ocorrendo a partir dos anos 2000, a intensificação de diversas políticas

públicas de EAN como o objetivo de enfatizar a escola como espaço propício a promoção da saúde por meio do desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis.

A publicação pelo Ministério da Saúde, da Portaria Interministerial nº 749/2005, constituiu a Câmara Intersetorial para a elaboração de diretrizes com a finalidade de subsidiar a Política Nacional de Educação em Saúde na Escola (BRASIL, 2005). O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007, representa o arcabouço legal para ações de educação em saúde no ambiente escolar. Trata-se de um programa intersetorial dos Ministérios da Educação e da Saúde que tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por intermédio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, fortalecendo o enfrentamento das vulnerabilidades neste campo que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar (BRASIL, 2007). A avaliação nutricional, a promoção da alimentação saudável, a educação permanente em saúde e a inclusão das temáticas de educação em saúde no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas são algumas das ações compreendidas pelo PSE (BRASIL, 2007).

No ano anterior, em 2006, tinha sido publicada a Portaria Interministerial nº1010, que instituiu diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e nível Médio da rede pública e privada, a fim de favorecer o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar. Reconhecendo a escola como espaço propício à formação de hábitos alimentares saudáveis e à construção da cidadania, ressaltando o desafio de incorporar o tema da alimentação e nutrição no contexto escolar, com ênfase na alimentação saudável e na promoção da saúde (BRASIL, 2006b).

Suas diretrizes baseiam-se nas ações de educação alimentar e nutricional, estímulo à produção de hortas escolares, implantação de boas práticas de manipulação, monitoramento da situação nutricional e regulamentação do comércio de alimentos: restrição ao comércio no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal, com incentivo ao consumo de frutas e hortaliças. Levando em consideração o papel dos Parâmetros Curriculares Nacionais em orientar sobre a necessidade de que as concepções sobre saúde ou sobre o que é saudável valorização de hábitos e estilos de vida, atitudes perante as diferentes questões relativas à saúde perpassem todas as áreas de estudo, possam processar-se regularmente e de modo contextualizado no cotidiano da experiência escolar (BRASIL, 2006b).

Em 2009, por meio da sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho foi incluído nas diretrizes do PNAE a promoção da alimentação saudável e a inclusão da EAN no ensino:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

A inclusão desses dois eixos no PNAE faz com que a visão puramente assistencialista do Programa que perdurou por décadas, passe a ter uma visão mais significativa sinalizando que a comum prática de comer na escola deve se dar ao mesmo tempo que a prática de educar para o ato de comer, tanto dentro quanto fora da escola (BRASIL, 2009; BARBOSA *et al*; 2013).

Porém, de acordo com (BARBOSA *et al*, 2013) a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem proposta pelo PNAE, até o momento não projetou elementos que conseguissem avançar em direção à discussão sobre a concepção do tema. Assim, se faz necessário estabelecer qual a relação existente entre o alimentar, o nutricional e o educacional presente na proposta de EAN, para que o elemento educacional não seja secundário nesta discussão (SANTOS, 2005; BARBOSA *et al*, 2013).

Nessa mesma época foi realizada a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 no inciso VII do art. 208 da Constituição Federal, 1988: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 2009c). Com isso, o PNAE que antes fornecia alimentação somente aos alunos do ensino fundamental, passou a atender todas as faixas de ensino desde a creche até o ensino médio, incluindo a EJA e a educação especial.

Assim, (BARBOSA *et al*, 2013, p.938) coloca que o PNAE, ao se inscrever enquanto parte do conjunto de políticas públicas sociais estruturantes, atuando especificamente sobre a questão alimentar, vem fortalecendo a sustentabilidade quando incorpora em suas defesas e princípios: a discussão da produção agrícola familiar sem o uso de agressores ao meio ambiente; a construção do saudável e da cidadania por meio dos cuidados promovidos pelas

práticas de produção de refeições adequadas e seguras do ponto de vista nutricional, sanitário e da plena realização do direito humano à alimentação, por meio do fornecimento de refeições a todos os escolares. Dessa forma, o Programa se transforma em uma ação de política pública voltada para a construção da sustentabilidade, do respeito aos direitos humanos e da cidadania.

Dialogando com Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) estabelecida pelo decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, prevê entre as suas diretrizes a instituição de processos permanentes de EAN. Esta diretriz está detalhada no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN) onde, dos seis objetivos previstos, quatro se relacionam com a EAN, sendo que o terceiro objetivo da terceira diretriz se relaciona diretamente com a inserção da EAN no ambiente escolar (BRASIL, 2011b).

Diretriz 3 – Instituição de Processos Permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa e Formação nas Áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Objetivo 3:

Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar e fortalecer a gestão, execução e o controle social do PNAE, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Todas as metas estabelecidas no PlanSAN trazem no seu escopo uma atuação pública intersetorial. As ações de EAN no ambiente escolar têm como parte de suas iniciativas: a inclusão de ações de EAN nos projetos político-pedagógicos; a formação de gestores, nutricionistas, membros dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e coordenadores para a promoção da SAN e do DHAA no ambiente escolar (BRASIL, 2011b).

No ano de 2012, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome publicou o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas que tem como propósito qualificar a agenda de alimentação e nutrição. O Marco é fruto de uma construção participativa de cidadãos, profissionais, gestores, representantes da sociedade civil, professores e acadêmicos que se dedicam ao tema, compartilham e acreditam que a Educação Alimentar e Nutricional contribui para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e para a construção de um Brasil saudável (Brasil, 2012).

O Marco de Referência surgiu no contexto de ampliar a discussão sobre as possibilidades, limites e desafios de como é realizada a EAN que se insere no âmbito das políticas públicas no contexto da promoção da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional.

Sendo considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos (BRASIL, 2012).

No ano seguinte ao Marco de Referência, foi publicada a Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito PNAE (BRASIL, 2006a). Nessa resolução foi fortalecido um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional, ao dedicar seção I do Capítulo V as ações de EAN.

Seção I

Das ações de Educação Alimentar e Nutricional

Art. 13 Para fins do PNAE será considerada Educação Alimentar e Nutricional – EAN o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

§1º As EEx. poderão considerar ações de EAN, entre outras, aquelas que:

I – promovam a oferta de alimentação adequada e saudável na escola;

II – promovam a formação de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar;

III – articulem as políticas municipais, estaduais, distritais e federais no campo da alimentação escolar;

IV – dinamizem o currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição;

V – promovam metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico;

VI – favoreçam os hábitos alimentares regionais e culturais saudáveis;

VII – estimulem e promovam a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da sociobiodiversidade;

VIII – estimulem o desenvolvimento de tecnologias sociais, voltadas para o campo da alimentação escolar; e

IX – utilizem o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de EAN.

§2º As ações de educação alimentar e nutricional deverão ser planejadas, executadas, avaliadas e documentadas, considerando a faixa etária, as etapas e as modalidades de ensino.

Dessa forma, a Lei nº 11.947/2009 e a Resolução FNDE nº 26/2013 passam a ser vista como uma estratégia para garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) na

escola, com acesso universal e diário a uma alimentação de qualidade aos alunos da rede pública de ensino de forma a enfrentar a insegurança alimentar e os problemas de saúde, possibilitando a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio do favorecimento de escolhas mais saudáveis (BRASIL, 2006a; BRASIL, 2009a).

Em 2015, o Governo Federal instituiu o Pacto Nacional para Alimentação Saudável por meio do Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015. O objetivo do pacto é aumentar o consumo de alimentos saudáveis, de forma a aumentar as condições de oferta e disponibilidade destes alimentos como propósito de combater o sobrepeso, obesidade e doenças decorrentes da má alimentação. Entre os eixos do pacto encontram-se: aumentar a oferta e a disponibilidade de alimentos saudáveis; reduzir o uso de agrotóxicos e priorizar produtos da agricultura familiar, orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade; promover hábitos alimentares saudáveis para a população brasileira; reduzir progressivamente os teores de açúcar adicionado, de gorduras e de sódio nos alimentos processados e ultraprocessados; fomentar a EAN nos serviços de saúde, de educação e de assistência social; e, especificamente no ambiente escolar, incentivar o consumo de alimentos saudáveis, bem como a regulamentação da comercialização, da propaganda, da publicidade e da promoção comercial de alimentos e bebidas em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional (BRASIL, 2015).

Mais recentemente, no ano de 2018 tivemos a publicação da Lei nº 13.666/2018 que acrescenta ao artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que “a educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais” nos currículos da educação infantil do ensino fundamental e do ensino médio. Mais uma vez reforçando a importância da EAN na promoção da saúde e novamente reforçando a importância do ambiente escolar ser integrante desse processo (BRASIL, 2018b).

É importante destacar que a inclusão da EAN como tema transversal no currículo escolar já era prevista desde a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) em 1997. Os PCN's são estruturados em sete áreas básicas da educação (matemática, ciências naturais, história, arte, educação física e língua portuguesa) e contempla cinco temas transversais: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural. O objetivo de inserir esses temas é o de promover propostas educacionais que se adequem às necessidades culturais, sociais e econômicas dos alunos. É importante destacar que temas relacionados à alimentação e nutrição integram o pluralismo do conceito de saúde e são fundamentais para a construção de hábitos saudáveis na mais tenra idade (BRASIL, 1997).

A escola propicia a inclusão da EAN no ambiente escolar por meio do fornecimento da alimentação, que nas instituições públicas tem interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujo caráter universal permite, segundo o FNDE que cerca de 41 milhões de estudantes, da educação básica sejam atendidos, além das oportunidades de ensino-aprendizagem nas diferentes áreas do currículo (FNDE 2018) ¹. Certamente essas políticas possuem enorme importância para a saúde pública, porém temos ciência que entre a política e a sua realização nos espaços escolares existem grandes distâncias, percalços e que nem sempre é possível chegar a todos os lugares da mesma forma.

¹ Dados da página do FNDE: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/11571-programa-nacional-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-completa-63-anos>. Acesso em: 10 de mar 2019

Escola como promotora de hábitos alimentares saudáveis

Todas essas políticas públicas mencionada até o momento formam um arcabouço que busca promover o desenvolvimento da EAN por meio de diálogos entre educandos e educadores e, ao mesmo tempo, trocas com atores sociais fora do contexto escolar, além da possibilidade de vivenciar experiências com alimentos durante este processo educativo como, por exemplo, a merenda escolar. Essa perspectiva traz um olhar Freiriano nos direcionamentos dos processos educativos e busca favorecer discussões sobre Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), questões estas que permeiam a promoção da prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (GREENWOOD e FONSECA, 2016).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Tendo a educação básica por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (EB) visam a estabelecer bases nacionais comuns para a Educação Infantil (EI), o Ensino Fundamental (EF) e o Ensino Médio (EM), bem como para outras modalidades de ensino. Entre os objetivos das diretrizes, destacam-se: sistematizar os princípios e diretrizes gerais da EB contidos nos dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional; estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de EB; e orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais (BRASIL, 1996).

A Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destaca inclusão da EAN nos processos de ensino e aprendizagem, que perpassam o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Segundo a legislação do Programa, caberia ao Ministério da Educação propor ações educativas que abordassem essa temática no ambiente escolar (BRASIL, 2009), assim como os nutricionistas, responsáveis técnicos pelo PNAE, coordenar e realizar, em conjunto com a direção e coordenação pedagógica da escola, ações de EAN.

Segundo Matos e Valadares (2001), esta nova forma de olhar o ambiente da sala de aula admite do ponto de vista epistemológico o conhecimento científico não como um fato consumado, mas como um processo em construção, sempre inacabado, fruto da interação dos sujeitos com os objetos do conhecimento e da partilha e negociação de representações pessoais, em que tanto as experiências como a razão desempenham um papel decisivo, não sendo de privilegiar nem uma nem outra, isto é, nem as visões empiristas nem as racionalistas da origem do conhecimento. Numa perspectiva psicológica, não encara a mente do aluno como uma tábua rasa, pelo contrário, valoriza os seus saberes mais ou menos espontaneamente adquiridos, ou, se preferir os modelos mentais mais ou menos confusos com que os alunos interpretam, à sua maneira, a realidade que os cerca.

A promoção da alimentação saudável conforma uma ação transversal incorporada a todas e quaisquer outras ações, programas e projetos. Exigindo que a abordagem desse conteúdo seja realizada com as adaptações necessárias para que possam corresponder às reais necessidades de cada região ou mesmo de cada escola. Ainda, é importante a eleição de temas locais para integrar o componente “temas transversais”, para atender aos problemas de saúde, sociais, ambientais ou culturais identificados como prioritários em cada realidade (BRASIL, 2008).

De acordo com Thiesen (2008) uma possibilidade para superar a visão fragmentada do processo de produção e socialização do conhecimento e, conseqüentemente, para trabalhar a alimentação saudável é o trabalho interdisciplinar. Pois, como coloca (SCARPARO, 2017). ao abordar os conteúdos interdisciplinarmente, de forma a favorecer a compreensão de situações do dia a dia, aproximam-se os escolares da sua realidade e possibilita-se que os conhecimentos tenham maior significado e sentido, assim como se contribui para uma formação mais consistente e responsável.

Dessa maneira, o professor precisa aceitar os desafios e proporcionar ao educando aulas mais diversificadas, com conteúdo que envolva o seu dia-a-dia. Os conteúdos devem estar interligados com a realidade do aluno, proporcionando aulas mais interessantes para eles. Com isso, podemos aproximar o currículo com a realidade do aluno fazendo com que ele possa comparar o que estuda na escola com os seus conhecimentos do senso comum. Muitas vezes os alunos numa conversa discutem assuntos onde não sabem ordenar as palavras e que muitas vezes tem resultados negativos, e é muito importante que eles possam perceber a necessidade da argumentação, que possam expressar suas opiniões tanto na sala de aula quanto no mundo lá fora.

A promoção de hábitos saudáveis integra políticas públicas que destacam a escola como espaço promotor de saúde e de formação cidadã, com atividades educativas que representam possibilidade concreta de produção de impacto sobre a saúde, a autoestima, os comportamentos e o desenvolvimento de habilidades por meio de ações intersetoriais e transversais, com inclusão do tema saúde, alimentação e nutrição no projeto político pedagógico das escolas (CAMOSSA et al., 2005).

Considerando que a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados socioculturais dos alimentos. A alimentação escolar pode e deve ter função pedagógica, devendo estar inserida no contexto curricular (BRASIL, 2006). Dessa maneira, a alimentação escolar está inserida em um processo, contínuo e permanente, de educação alimentar e nutricional, que segundo Boog (2008), é composto por um conjunto de estratégias e ações que têm como propósito incentivar a cultura e a valorização da alimentação, considerando a autonomia nas escolhas alimentares e a necessidade de respeitar, assim como de refletir e/ou modificar “crenças, valores, atitudes, representações, práticas e relações sociais que se estabelecem em torno de uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada”, a fim de contemplar tanto a saúde, o prazer, o convívio social, como a sustentabilidade ambiental (p. 26).

Inicialmente, a formação do hábito alimentar da criança é influenciado pelos pais. Como o passar do tempo, o contato com o mundo, com o ambiente e com a sociedade passa a exercer também influência sobre suas práticas alimentares. Dessa maneira, o ambiente escolar é o contexto ideal para o desenvolvimento de práticas promotoras de saúde, já que exerce influência na aquisição de valores e estimula o exercício da cidadania (BRITO, SILVA e FRANCA, 2012). Assim, a escola passa a exercer o papel de educadora em saúde devido a sua função social e a sua potencialidade para o desenvolvimento de um trabalho sistematizado e contínuo (SOBRAL e SANTOS, 2010).

Segundo Bizzo (2005) a educação alimentar nutricional no ensino fundamental tem mérito para se fundamentar em metodologia pedagógica que rompa com o modelo tradicional vigente se construindo de forma dialógica, significativa, problematizadora, transversal, lúdica, propositiva e por meio da construção da cidadania pelo fomento do senso crítico e empreendedor. Ainda segundo a autora, seria necessário compreender o que significa hábitos saudáveis para as crianças de forma a promover a construção coletiva do conhecimento.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando o tema alimentação, destaca a importância de os estudantes conhecerem e aprenderem a correlacionar alimentação e saúde, considerar e avaliar diferentes processos de produção de alimentos, discutir e posicionar-se sobre os alimentos, além de entender que os sistemas produtivos (como a agricultura) causam problemas ambientais em distintas áreas, como saúde, alimentação e poluição, entre outros aspectos, o que reforça a necessidade de abordar o tema para além da sua função fisiológica (BRASIL, 2016). Ou seja, numa perspectiva de uma educação dialógica de Freire, a educação não se limita a transmissão de conhecimento, mas deve reforçar a autonomia do educando a uma postura ativa de forma a fortalecer o processo de ensino-aprendizagem para que ele possa aplicar o conhecimento em sua vida cotidiana (FREIRE, 2008).

A autonomia dos indivíduos, um dos princípios da PNAN (2013), reforça a importância de tornar os indivíduos autônomos para as escolhas e práticas alimentares, o que poderá promover um aumento da capacidade de interpretação e análise do sujeito sobre si e sobre o mundo, além de torná-lo capaz de fazer escolhas, governar e produzir a própria vida. É importante que o indivíduo desenvolva a capacidade de lidar com as situações, a partir do conhecimento dos determinantes dos problemas que o afetam, encarando-os com reflexão crítica (BRASIL, 2013a).

Nessa perspectiva, de acordo com Silva (2018), Freire propõe que para relacionar as questões curriculares com as circunstâncias da sua realidade, visando uma educação libertadora, que o processo educacional se articule por meio dos “temas geradores”. Os temas devem originar-se da situação real dos estudantes, ou seja, como é sua relação com o mundo, partindo de situações locais para a análise de problemas nacionais e regionais.

Nesse cenário, todos os integrantes da comunidade escolar, professores, diretores, coordenadores, cantineiros, profissionais de saúde, o responsável pelo aluno e até mesmo os próprios alunos fazem parte do processo de promoção da saúde no ambiente escolar. Porém, não exclusivamente, mas como peça chave, o professor apresenta um papel importante na promoção de práticas alimentares saudáveis, isso porque, ao mesmo tempo em que trata do objeto, a alimentação do educando, o educador pode influenciar as percepções, hábitos e escolhas alimentares.

De acordo com Abreu e Masetto (1990, p. 115)

(...) é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos. O modo de agir do professor fundamenta-se numa

determinada concepção do papel do professor, que por sua vez reflete valores e paradigmas da sociedade.

Dessa maneira, o professor, por meio da educação em saúde funciona como um elo nesse processo por fazer parte do contexto da escola e da realidade da comunidade, por deter as ferramentas pedagógicas para a realização desse trabalho (MIRA, 2007) e por possuir estratégias educativas necessárias para a construção integrada do conhecimento (BUCHARLES, ALVERNE e CATRIB, 2013).

O professor sendo um moderador em sala de aula também deve possuir conhecimentos e habilidades sobre alimentação saudável para inserir a temática em sua rotina de aula, abrangendo todo o contexto escolar para que a experiência vivenciada possa ir além dos muros da escola. Para isso, se faz necessário que a temática seja abordada de forma transversal tornando as ações mais sustentáveis (SCHMITZ et al, 2008). Nesse ponto, é importante refletirmos que para que o professor tenha conhecimentos na área de promoção da alimentação saudável, ele deve ter capacitação e/ou vivências com práticas educativas relacionadas à EAN, mas interessante ainda seria ter a possibilidade de realizar trocas de saberes com o nutricionista da unidade escolar. Também é necessário que toda a comunidade escolar esteja envolvida com a temática e, mais ainda que a gestão escolar estabeleça condições para que os professores possam desenvolver suas atividades, pois de nada adianta professores capacitados se não existe uma estrutura e apoio para o desenvolvimento de suas atividades. Isso porque, apesar do professor ser a figura mais próxima do aluno, não podemos esquecer que a escola é um ambiente social e essa vivência entre os sujeitos influenciará o comportamento dos educandos.

Como nutricionista, que trabalhou durante quase trinta meses somente com a realização de EAN em escolas particulares e públicas, posso dizer que realizar as atividades em parceria com a comunidade escolar (professores, coordenadores, cantineiros, merendeiras, pais) ou individualmente promovem resultados completamente distintos. Durante essa minha trajetória trabalhando com EAN, eu não fazia parte da equipe escolar das escolas. Eu era uma “visitante” que passava algumas semanas nas unidades escolares realizando atividades de EAN e “concluída” as atividades ia embora para outra unidade escolar. Quando durante as semanas em que eu passava na escola havia o envolvimento da comunidade escolar e a participação dos professores, muitas das vezes essas atividades tinham continuidade na escola após minha partida, os professores e a direção escolar mantinham contato comigo para troca de saberes e para falar sobre as atividades que estavam desenvolvendo em relação à alimentação e nutrição. Quando eu era somente uma visita, realizando uma atividade

extraclasse, muitas vezes era vista como quem estava atrapalhando a rotina escolar e as atividades finalizavam com minha partida. Por isso, acredito que a parceria entre nutricionistas, professores e toda a comunidade escolar é fundamental para o desenvolvimento das atividades.

No contexto da realização de ações de educação em alimentação e nutrição, no ambiente escolar, o Manual para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas, propõe em seus objetivos: a promoção da alimentação saudável – acreditando-se que as ações realizadas, com o propósito de favorecer melhores práticas alimentares, podem ampliar e fomentar a capacidade de decisão dos indivíduos com relação ao seu comportamento alimentar; e a alfabetização em nutrição - considerando que a finalidade das ações não se limita à mudança de comportamento, entende-se que a divulgação de informações irá possibilitar que o indivíduo tome decisões que favoreçam a adoção de um estilo de vida saudável, assumindo o cuidado com a sua alimentação (BRASIL, 2008).

Assim, de acordo com o manual o desenvolvimento das ações de promoção de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar requer a capacitação permanente dos educadores em temas relacionados à alimentação e nutrição, fator importante para o sucesso destes programas. A capacitação não pode restringir-se a um evento pontual nem a um instrumento destinado a suprir deficiências da formação inicial. Mais do que isso, precisa fazer parte do exercício profissional do educador. Para ser eficiente, precisa utilizar métodos práticos e interativos, além de trabalhos de campo, e possibilitar os conhecimentos necessários para o desenvolvimento profissional (BRASIL, 2008).

Contudo, isso ainda se configura um desafio nas práticas de EAN. No dia a dia do ambiente escolar é possível observar que os professores não possuem essa capacitação na área da alimentação e saúde e, com isso, acabam limitando suas atividades a reprodução do que consta nos livros didáticos. Além disso, é importante compreender que a capacitação dos professores, no sentido de somente apresentar conhecimento técnico sobre o assunto, ainda não seria suficiente para torna-los educadores em saúde, visto que mais importante do que ter conhecimento técnico é compreender a dimensão social do assunto e incorporá-la a sua realidade. De que adianta o professor tentar estimular os alunos a deixarem de consumir refrigerante e entrar todos os dias na sala de aula bebendo uma latinha de refrigerante? Ou do que adianta dizer aos alunos para almoçarem na escola e os alunos ouvirem o professor falar mal da alimentação escolar? Como Freire (2013, pág.35) diz: *“Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo.”*

Dessa forma, a capacitação deveria ir além, ela deveria ser realizada em conjunto com atividades problematizadoras de EAN com os professores para a promoção de sua própria saúde. Isso porque, promover uma capacitação bancária, cheia de conteúdos e termos técnicos sobre alimentação e nutrição, simplesmente reforçaria a reprodução de uma educação bancária aos educandos, e ainda reforçaria a visão do professor sendo detentor do saber e o educando um receptor de informações.

Um estudo realizado por Silva (2018) que avaliava a formação dos professores de uma escola de Ensino Fundamental na cidade de Petrolina-PE verificou que os professores reconhecem a importância da temática no currículo escolar e que se baseiam nos descritores fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) para abordar a temática nas disciplinas. Também foi verificado que o tema é trabalhado principalmente na disciplina de ciências e muito discretamente na disciplina de matemática e educação física, indo contra a transversalidade proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A maioria não tem capacitação e, por isso tem escasso conhecimento sobre o assunto, buscando informações sobre a temática na internet e livros didáticos.

Esses dados vão ao encontro ao estudo realizado por Scarparo (2017) que avaliava as crenças sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar de profissionais e acadêmicos das áreas de Educação e Nutrição. Scarparo identificou que os profissionais de educação reconhecem a escola como um espaço adequado para aprender sobre o tema e, também, para desenvolver hábitos alimentares saudáveis, devendo o tema ser trabalhado de forma transdisciplinar, tendo a alimentação na escola uma função pedagógica. Os profissionais concordam que para ensinar sobre a temática os professores se baseiam em seus próprios conhecimentos e que ações pontuais, como palestras, não são suficientes para provocar mudanças sendo a temática uma possibilidade para articular e integrar as diferentes áreas do conhecimento. A maioria não se sente preparados para trabalhar a temática e o tema não é trabalhado em função de: falta de tempo; sobrecarga de trabalho; falta de conhecimento específico do conteúdo; ou por não conseguir articular o tema com os conteúdos de suas disciplinas. Possivelmente, em função desta situação, consideram que “os professores deveriam ter acesso a um livro ou manual sobre alimentação, contendo sugestões de atividades para trabalhar o conteúdo em sala de aula”, assim como sinalizam a necessidade de preparo destes profissionais, seja durante o curso de licenciatura ou em cursos de especialização sobre o tema alimentação saudável e a possibilidade do trabalho conjunto, com o auxílio técnico do nutricionista.

Tanto Silva (2018) quanto Scaraparo (2017) verificaram que a Pirâmide dos Alimentos costuma ser a principal estratégia utilizada pelos professores para abordar a temática. Demonstrando o desconhecimento do Novo Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) que aborda a alimentação muito além da sua dimensão biológica, priorizando o caráter multidimensional da alimentação, a complexidade da vida dos indivíduos e sua interação na sociedade. Outros métodos utilizados são cartazes, vídeos e dinâmicas que podem contribuir para o aprendizado desde que a sua utilização seja contextualizada.

Costa et al, (2013) destaca que a efetivação de práticas reconhecidas como promotoras de saúde no ambiente escolar necessitam de planejamento adequado que fomente o estabelecimento de relações construtivas e harmônicas para promoverem habilidades e competências para saúde. Assim, quando o planejamento das ações de saúde é realizado de forma desarticulada e/ou esporádica, comprometem o alcance dos objetivos traçados.

O nutricionista como educador no ambiente escolar

Sendo o nutricionista educador em saúde com foco na promoção de práticas alimentares saudáveis e, como sendo o profissional que tem como base de sua formação estudar a alimentação, venho nesse capítulo realizar alguns levantamentos sobre a formação do nutricionista para atuar como educador na alimentação escolar e alguns desafios na sua atuação.

É importante recordar que apesar do PNAE datar da década de 50, a inserção do nutricionista no PNAE foi oficializada somente na década de 90 com a Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994², que o tornou profissional responsável pela elaboração dos cardápios da merenda escolar. A partir de 2003, também se verificou, pela primeira vez, a efetiva inserção de um nutricionista na coordenação geral do PNAE, junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE), reafirmando a responsabilidade técnica pela execução da alimentação escolar (BRASIL, 2009; BRASIL, 2004; BRASIL, 2005).

Assim, em 2005 o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) publicou a Resolução nº 358 de 18 de maio que tratava das atribuições do nutricionista na alimentação escolar, normatizando as atividades desempenhadas no Programa. Em 2006, o FNDE publicou a Resolução/CD/FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006, que instituía ao nutricionista o cargo de responsável técnico (RT) pelo PNAE (CFN, 2005; BRASIL, 2006a). A consolidação do nutricionista no PNAE ocorre com a publicação da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/CD/FNDE nº 38 em 2009, que reforça a atuação do nutricionista na coordenação das ações da alimentação escolar, dispôs ainda que o nutricionista deveria estar cadastrado no FNDE (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b). Em 2010 o CFN revisa a Resolução nº 358/2005, publicando uma nova Resolução CFN nº 465 de 23 de agosto de 2010, que trata sobre as atribuições obrigatórias e complementares do nutricionista responsável técnico e quadro técnico e a adequação do número mínimo de profissionais no Programa (BRASIL, 2005; CFN, 2010c).

Dentre os campos de atuação do nutricionista temos a área de Nutrição em Saúde Coletiva – Assistência e Educação Nutricional Individual e Coletiva e a área de Alimentação Coletiva. Ambas as áreas abrange a atuação do nutricionista no PNAE e na área de alimentação e nutrição escolar na rede privada de ensino (BRASIL, 2018a). Dentre as muitas

² 1.A Lei 8.913, de 12 de julho de 1994 foi revogada pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

funções do nutricionista no PNAE estabelecidas pela Resolução CFN 465/2010 destaco o Capítulo I, art 3º, inciso IV:

(...) propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição.

A educação alimentar e nutricional (EAN) é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2018a). Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o nutricionista deve apresentar formação generalista, humanista e crítica, sendo capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e a atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2001).

No currículo de graduação em nutrição existe uma disciplina denominada educação nutricional que de acordo com Franco e Boog (2007) apresenta um diferencial em relação às outras que integram o curso de nutrição por exigir do docente a mediação de conhecimentos diferentes daqueles que compõem o instrumental técnico de nutrição. Sendo professores e alunos desafiados a se relacionarem com conceitos e contextos diversos, o conhecimento técnico da nutrição se revela insuficiente para lidar com situações vivenciadas em campo. Dessa maneira, a disciplina é de extrema importância, pois oportuniza o diálogo entre as ciências sociais, humanas e biológicas.

Na formação do nutricionista, há maior ênfase ao conteúdo biológico em detrimento dos aspectos psicológicos, socioculturais, econômicos, históricos e ambientais envolvidos no processo de alimentação. Isso dificulta ao estudante a aproximação com outros campos do conhecimento e com reflexões que lhe permitiriam compreender melhor os determinantes das problemáticas nutricionais e alimentares, o que acaba comprometendo o preparo do profissional para assumir as atividades educativas (CERVATO et al., 2005)

Porém, essa disciplina normalmente é realizada somente durante um semestre com uma carga horária reduzida quando comparada com as disciplinas técnicas. O mesmo ocorre com o estágio em nutrição social, que possui uma carga horária reduzida em relação às demais áreas de estágio. Para Cervato et al (2005) essa formação com foco no biológico em

detrimento dos aspectos psicossociais dificulta ao estudante a aproximação com outros campos do conhecimento e com reflexões que lhe permitiriam compreender melhor os determinantes das problemáticas nutricionais e alimentares, o que acaba comprometendo o preparo do profissional para assumir as atividades educativas.

Em um trabalho realizado por Recine et al (2012) observou-se que no máximo trinta por cento da carga horária total dos cursos de nutrição no Brasil é destinado a disciplinas da área de nutrição em saúde pública. Ainda é destacado que não foi identificada nenhuma disciplina que explicitamente tratasse de segurança alimentar e nutricional, nem de alimentação escolar ou promoção da saúde e da alimentação saudável. Com isso, esse desequilíbrio entre as áreas técnicas e humanas acarreta uma baixa compreensão do papel social na formação do nutricionista, levando a um hiato na articulação do biológico com o social. (BOSI, 1996).

Pinheiro et al (2012), realizou um estudo em 2011, que buscou analisar a percepção de estudantes de graduação, profissionais egressos e professores de instituição superior, sobre o perfil de formação em saúde pública no Brasil. Dentre os professores da área de saúde pública das universidades, identificou-se a necessidade de abordagens de ensino capazes de articular metodologias ativas aplicáveis à realidade social. Os autores relatam que muitos currículos ainda seguem o modelo positivista, com pouca articulação entre teoria e prática, caracterizando um ensino linear, na qual primeiro é dada a teoria para depois praticar nos estágios curriculares que ocorrem ao final do curso. Reconhecendo como desafio a integração de práticas metodológicas problematizadoras.

Trazendo esses levantamentos para atuação do nutricionista como educador no ambiente escolar devemos ressaltar que a educação nutricional no sentido de orientação nutricional/ prescrição dietética é atividade privativa do nutricionista (BRASIL, 1991; BOOG, 2008). Sendo diferente da educação alimentar e nutricional estabelecida pelo Marco de Referência e pela Resolução CD/FNDE nº26/2013 em que preconiza que a EAN deva ser realizada de forma multiprofissional (BRASIL,2012; BRASIL,2013).

Dessa maneira, levando em consideração que o nutricionista é o profissional formado em alimentação e pensando a EAN de forma transdisciplinar, interdisciplinar e multiprofissional, ela deve ser realizada no ambiente escolar como uma parceria entre o nutricionista e todos os demais profissionais que compõem a comunidade escolar (professores, diretores, coordenadores, merendeiras, pais e responsáveis). Porém, para realizar a EAN não basta ser detentor de conhecimentos técnicos e biológicos, pois a simples

transmissão de informações não é suficiente para promover mudança no sujeito e nem a construção crítica do conhecimento (GADOTTI, 2000).

Assim, se faz necessário que o nutricionista tenha essa habilidade voltada para a educação desenvolvida de maneira mais expressiva durante toda graduação, e não somente de maneira pontual em uma única disciplina. Digo isso pensando em minha formação acadêmica. Hoje, resgatando meu histórico acadêmico da graduação, ano de 2011, vejo que das minhas 2.730 horas de disciplinas obrigatórias realizadas em sala de aula (39 disciplinas), somente 345 horas (5 disciplinas) eram voltadas para a área social, ou seja, 13% da carga horária das disciplinas teóricas do curso. Dessas 345 horas, 90 horas correspondiam a disciplina de educação nutricional, ministrada no último período da graduação antes do início dos estágios obrigatórios de forma descontextualizada com o restante do currículo. Lembro que na época não entendia o porquê da necessidade da disciplina e achava desnecessária para a minha formação. Em relação ao estágio supervisionado, das 1.060 horas, somente 180 horas foram dedicadas à nutrição social, ou seja, 17% da carga horária dos estágios. Somando toda a carga horária do curso (estágios e disciplinas), somente 13% do curso foram voltados para nutrição social.

Essa estrutura curricular afetou o meu modo de ver a nutrição. Saí da graduação com uma visão muito limitada sobre alimentação, desconsiderando todas as questões psicossociais, culturais e os determinantes sociais envolvidos no hábito alimentar. Tinha uma concepção de que a nutrição prescritiva poderia solucionar os problemas de saúde e, nunca pensei em atuar na área de saúde pública e/ou educação. Somente após começar a trabalhar de forma bastante inesperada na área da educação e devido a diversos obstáculos e demandas que foram surgindo é que fui modificando meu olhar sobre a alimentação e entendendo que se alimentar é muito mais do que ingerir nutrientes.

Dessa forma, defendo a necessidade de se discutir a formação do nutricionista com uma maior fundamentação teórica e prática na disciplina de educação nutricional, que talvez devesse chamar educação alimentar e nutricional, e uma integração entre as disciplinas de nutrição com as outras áreas do conhecimento. A EAN deveria perpassar todo o currículo da graduação, pois o nutricionista como profissional de saúde atuando ou não no ambiente escolar é um educador. Assim, como diz Freitas (2008), mesmo que o conhecimento científico seja essencial para o tratamento de diversas doenças, ele ainda é um obstáculo epistemológico ao reconhecimento da totalidade da doença e do seu tratamento. Esse discurso reducionista do profissional de saúde se torna moralista na medida em que culpabiliza o

indivíduo pela sua situação. Com isso, dificilmente, ele irá conseguir mudar crenças e práticas apenas com a informação do discurso de quem o receitou.

Um trabalho realizado por Soares (2015) que avaliou a compreensão dos nutricionistas da alimentação escolar sobre EAN verificou que os nutricionistas reconhecem a EAN como um processo de ensino-aprendizagem contínuo e permanente, porém em suas falas demonstram uma atuação tradicional e verticalizada. Além disso, mesmo reconhecendo a importância de outros atores da comunidade escolar no desenvolvimento das ações ainda tem dificuldade em realizar esse matriciamento, foi priorizado o saber científico do nutricionista em relação aos saberes populares da comunidade escolar. O que acabou por mostrar uma contradição entre o estabelecido pelo arcabouço legal e a prática profissional, sugerindo que apesar das discussões do campo da alimentação e nutrição acompanhar as mudanças políticas e ideológicas, a realidade ainda está atrelada a concepções desatualizadas.

Contudo, pensamos que esse novo olhar para formação do nutricionista possa estar começando a ocorrer. Analisando a pesquisa de Lisbôa et al (2020) que avaliava os princípios da educação popular no currículo de graduação em nutrição de uma Instituição Federal, foi observado que quatro disciplinas utilizavam os princípios da Pedagogia Freiriana em seu referencial teórico-metodológico com o intuito de promover a consciência de cidadania e humanização no âmbito da saúde. Além disso, as disciplinas eram trabalhadas ao longo do curso, sendo no primeiro (saúde da comunidade), quinto (EAN 1), sexto (EAN 2), sétimo (EAN 3) período. De forma a integrar toda a grade curricular e, indo ao encontro da formação generalista proposta pela DCN.

Como discutimos anteriormente, o professor é peça chave nas atividades de alimentação e nutrição, visto que está diretamente em contato com a realidade sociocultural dos alunos e por apresentar uma similaridade comunicativa, porém muitos não se sentem aptos a realizarem atividades de EAN. Já o nutricionista possui o conhecimento técnico científico, mas devido sua formação positivista baseada na educação bancária tem dificuldade em atuar como educador sem ser um transmissor de conhecimento. Assim, se faz necessário que o nutricionista e o professor trabalhem em conjunto de forma a eliminar os desníveis dos conhecimentos técnicos e populares existentes. Essa socialização do conhecimento é importante para que a EAN possa ser incorporada de forma transversal no currículo escolar e se torne de fato uma educação permanente e não somente atividades pontuais no ambiente escolar.

Diálogos da EAN com o ambiente escolar

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) constitui uma estratégia preconizada pelas políticas públicas em alimentação e nutrição, sendo considerada um importante instrumento para promoção de hábitos alimentares saudáveis. Porém, como estabelecido pelo próprio Marco de Referência (2012) ainda é necessário ampliar a discussão sobre suas possibilidades, seus limites e o modo como são realizadas, uma vez que o seu campo de atuação não está claramente definido. Ressalta-se também a pouca visibilidade das experiências bem-sucedidas, assim como a fragilidade nos processos de planejamento (BRASIL, 2012).

Observando as produções científicas no âmbito da EAN percebe-se que existem poucos estudos que abordam as bases teórico-conceituais e os processos de formação em educação alimentar e nutricional. Nesse contexto, Boog (1997) e Santos (2005) acreditam ser necessário aprofundar as reflexões sobre as possibilidades, os limites e os elementos que norteiam as reflexões e práticas neste campo. Pois, de acordo com Garcia (1997) ainda que as ações de educação nutricional sejam bastante heterogêneas quanto aos conteúdos, às formas de abordagem e aos públicos de interesse, é recorrente observar que o foco central tem sido a difusão de informação sobre os benefícios de determinados alimentos e nutrientes e os malefícios de outros para a saúde.

Dessa forma, nesse capítulo pretendo estabelecer um diálogo com algumas bases teóricas que podem contribuir para estabelecer alguns caminhos para o desenvolvimento de práticas de EAN no ambiente escolar.

Como nutricionista, formada em 2011, com base em uma educação bancária, com foco no biológico em detrimento do social e que em 2013 “caiu de paraquedas” no mundo da educação devido uma proposta de emprego para trabalhar com EAN em escolas públicas e privadas. Após muitos desafios que enfrentei nessa jornada, posso dizer que falar em educação sem falar em diálogo, nesse caso mais especificamente EAN é praticamente impossível, por isso escolho Paulo Freire, um dos mais fortes representantes da teoria crítica e defensor de uma educação dialógica e problematizadora para me guiar durante essas reflexões.

A EAN é uma diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e é uma ação estratégica para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) se constitui em uma das estratégias para implementação da diretriz de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) que integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

Fazendo uma análise, ainda que superficial da realização de EAN, compreendemos os desafios e toda a complexidade envolta no processo da promoção da alimentação saudável, sendo a sua base promover e proteger a alimentação adequada e saudável por meio da SAN e do DHAA.

Assim, percebemos que o ato de se alimentar não é simplesmente um ato biológico, como ingerir ou não determinado alimento por conter determinado nutriente e propiciar algum benefício e/ou malefício para a saúde. A alimentação permeia o psicossocial, o cultural, o biológico e até mesmo o ambiental, além disso, é também um ato político. Ou seja, todas essas características precisam ser levadas em consideração quando pensamos em EAN. Nesse contexto, considerando que a EAN deve promover a autonomia dos sujeitos, as atividades devem estimular os indivíduos a quererem adotar hábitos alimentares saudáveis por meio de reflexões provocadas através de diálogos, no lugar de orientar os sujeitos dizendo o que eles devem ou não fazer.

Aqui nos deparamos com a educação dialógica e problematizadora proposta por Freire em detrimento da educação bancária. Para Freire (2013, p. 47) “*ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.*” Assim, existe a necessidade dos educadores criarem possibilidades para a construção do conhecimento pelos próprios alunos por meio de problematizações que propiciem reflexões ao educando. Nesse sentido, problematizar significa estimular os educandos a refletirem criticamente sobre questões que permeiam ao seu redor de forma positiva e/ou negativa para perceberem como estão sendo no mundo em que vivem e se apropriando da sua história. Encontrando assim, respostas, soluções respeitadas e éticas com os que estão a sua volta, consigo mesmo e com o ambiente em que vive.

Essa problematização se dá por meio de diálogos que funciona como uma ferramenta para mediar grupos de pessoas com opiniões diferentes. De forma a estimular à construção de conhecimentos, a democracia e a autonomia dos sujeitos. Para Freire (2014, p.111) esse diálogo deve ser baseado na ética, humildade e escuta verdadeira:

Não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade. “A pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante”. Freire vai mais além quando questiona: “Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro e nunca em

mim? Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela? (FREIRE, 2014, p.112).

Assim, para Freire o diálogo é o espaço para troca de saberes, sendo necessário oportunizar encontros entre os saberes científicos e populares, sendo a escola um espaço adequado para estimular esses diálogos de forma contínua e permanente (FREIRE,2014).

Trazendo essas reflexões para a EAN devemos levar em consideração que mudar um hábito alimentar é muito mais do que incorporar e/ou excluir um alimento da dieta. Essa mudança para ocorrer envolve diversas áreas da vida dos indivíduos: é preciso ter acesso seja físico ou financeiro aos alimentos, saber como prepará-los, armazená-los, higienizá-los, conhecer seus impactos na saúde, sua composição, ter tempo para prepara-los, ter algum significado o seu consumo, dentre tantos outros fatores. Ou seja, não é “simplesmente” inserir ou retirar um alimento da rotina alimentar, é na mudar o estilo/rotina de vida dos sujeitos.

Algumas questões que merecem ser refletidas sobre a alimentação são: Por que comemos o que comemos? Quando comemos? Com quem nos relacionamos quando comemos? Qual significado determinados alimentos tem na minha vida? De onde vêm os alimentos que comemos (quem produziu? Como chegou até mim?), Eu tenho fome de que? Dentre tantos outros questionamentos.

Assim, pensando na escola como um espaço propício ao diálogo e em toda dimensão psicossocial e cultural da alimentação podemos pensar no espaço escolar como os Círculos de Cultura proposto por Freire. Por meio dele é possível realizar o diálogo de forma horizontal, problematizando temas vivenciados em situações sociais do grupo, buscando coletivamente compreender a realidade e transformá-la. Ele é um espaço de troca de saberes em que os sujeitos investigam temáticas de interesse comum do grupo, que geram a problematização e reflexão de questões sobre sua realidade para posteriormente decodificá-la. Auxiliando os indivíduos a se reconhecerem como sujeitos de suas vidas.

Então, pensando na escola todos os atores da comunidade escolar (professor, direção, alunos, merendeiras, pais/ responsáveis, nutricionistas) formariam esse Círculo de Cultura e, coletivamente, realizariam reflexões e discussões sobre questões alimentares relevantes para o grupo e juntos encontrariam possibilidades de intervenção. No ambiente escolar, professor e nutricionistas guiariam esses Círculos não como detentores do saber, mas como integrantes do grupo permitindo um diálogo horizontal. Assim, os sujeitos buscariam compreender sua realidade e transformá-la.

É possível observar que a dialogicidade de Freire é um dos princípios da EAN proposto pelo Marco de Referência, quando ele coloca que a forma como a comunicação é

desenvolvida vai impactar diretamente nos resultados das atividades. Segundo o Marco ela deve ser pautada em um diálogo horizontal, por meio da escuta ativa e próxima, reconhecendo as diferentes formas de saberes e práticas, valorizando a cultura do patrimônio alimentar, construindo saberes de forma compartilhada e buscando soluções de forma contextualizada. Destacando a necessidade de reconhecer a complexidade do tema; as diferentes visões existentes na sociedade um profundo conhecimento das diferentes práticas alimentares da população brasileira e seus determinantes; o entendimento de que o impacto almejado necessita de ações permanentes e que os resultados são de médio e de longo prazo (BRASIL, 2012).

Assim, um dos desafios das atividades de EAN é realizar um diagnóstico inicial da comunidade e avaliar as necessidades daquela população. Para Boog (2013) a EAN compõe-se de conjunto de ações ou projetos, integrados e interligados entre si, com o objetivo comum de melhorar a alimentação da população-alvo, pois se sabe que nenhuma ação sozinha (isolada) é suficiente para provocar uma transformação duradoura nas práticas alimentares.

O Marco de Referência em EAN destaca a importância do “planejamento, avaliação e monitoramento”. O planejamento compreende o processo de diagnóstico e contexto da população alvo da ação, possibilitando um planejamento, identificação das prioridades, estabelecimento de objetivos a partir das necessidades reais dos sujeitos, definição de estratégias, bem como delineamento de indicadores para avaliação da eficácia e efetividade e a sustentabilidade das atividades de EAN. Ele também ressalta a importância do compromisso de todos os envolvidos e que o processo de planejamento deve ser participativo de forma que as pessoas possam ser legitimamente inseridas nos processos decisórios (Brasil, 2012). Para tanto, Boog (2013, p.58) afirma que quando se tem por objetivo *“educar em alimentação é preciso primeiro ir até onde o educando está, compreender o seu contexto, e, então convidá-lo a transitar conosco pelas nossas ideias e preocupações”*.

O planejamento nos permite investigar o contexto alimentar, para que se possa compreender o que, como e por que as pessoas comem determinados alimentos, e verificar o que sentem com relação a questões relativas à alimentação do dia a dia e à sua prática alimentar. Permitindo caracterizar o contexto local, para obter elementos que ajudarão estabelecer o que se pretende atingir, delineando os objetivos e estabelecendo metas a fim de atingir os resultados desejados. (BOOG, 2013; ESPERANÇA e GALISA, 2014; Brasil, 2012).

Assim, é possível observar que não existe um programa padronizado para realizar atividades de EAN, com a predefinição de objetivos, de conteúdos a serem abordados ou de

estratégias a serem realizadas, pois os grupos sociais são diferentes uns dos outros (BOOG, 2013). Ou seja, um grupo pode até ter um problema parecido com o outro, mas a forma com que eles percebem a questão pode ser diferente e isso vai impactar na forma como a atividade será melhor aceita ou não pelo grupo promovendo reflexão e conscientização por meio da problematização.

Dessa maneira, a educação dialógica proposta por Freire, permite desafiar os educandos a pensar em sua história e realidade social, mostrando a necessidade de superar determinados saberes que são insuficientes para explicar os fatos e situações.

PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA

É possível observar uma crescente importância dada a EAN no ambiente escolar nos documentos que elaboram as políticas públicas no campo da alimentação e nutrição. Pensando em todo o processo histórico de construção e fortalecimento das políticas públicas de EAN que datam de 1930 até chegar o século XXI quando houve um crescimento acelerado das políticas de EAN no ambiente escolar, identificamos que esse foi um processo vivido e construído. E atualmente a EAN se insere no âmbito das políticas públicas no contexto da promoção da saúde, da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável (DHAA).

Durante esse percurso, a escola tornou-se espaço privilegiado para promoção da alimentação saudável e, com isso um dos espaços mais presente nas políticas públicas de alimentação e nutrição. Esse fato começou a se intensificar principalmente a partir de 2006 com a já referenciada Portaria interministerial nº 1010 que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. A partir de então diversas outras políticas públicas surgiram e/ou foram alteradas propondo/ incentivando a EAN no ambiente escolar. (tabela 1)

| Principais Políticas a partir de 2006 que incentivam a EAN no ambiente escolar | |
|---|---|
| Portaria interministerial nº 1010/2006, de 8 de maio de 2006. | Institui diretriz para a promoção da alimentação saudável nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e nível Médio da rede pública e privada, a fim de favorecer o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar. |
| Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. | Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada |
| Decreto Presidencial nº 6.286/2007. | Criação do programa Saúde na Escola. Programa intersetorial dos Ministérios da Educação e da Saúde que tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por intermédio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, fortalecendo o enfrentamento das vulnerabilidades neste campo que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar |
| Lei nº 11.947/2009. | Extensão do PNAE para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do |

| | |
|---|---|
| | FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Inclusão nas diretrizes do PNAE a promoção da alimentação saudável e a inclusão da EAN no ensino e aprendizagem. |
| Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. | PNAE que antes fornecia alimentação somente aos alunos do ensino fundamental passou a atender todas as faixas de ensino desde a creche até o ensino médio, incluindo a EJA e a educação especial. |
| Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. | Dispõe sobre o programa Mais Educação- entre tantas atribuições encontra-se a promoção da saúde e da alimentação saudável. |
| Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. | Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN- prevê entre as suas diretrizes a instituição de processos permanentes de EAN. |
| Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010 | Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. |
| Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011. | Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. |
| Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (2012) | Orienta conceitos, princípios e diretrizes que visam a contribuir para a construção de práticas referenciadas a serem traduzidas em eixos, ações e programas de EAN mais qualificados. |
| Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 | Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito PNAE- Fortalecimento do eixo de EAN. |
| Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. | Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). |
| Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015 | Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável- Fortalece EAN no ambiente escolar. |
| Lei nº 13.666/2018 | Inclui a educação alimentar e nutricional entre os temas transversais nos currículos da educação infantil do ensino fundamental e do ensino médio. |

Tabela 1-Principais Políticas a partir de 2006 que incentivam a EAN no ambiente escolar

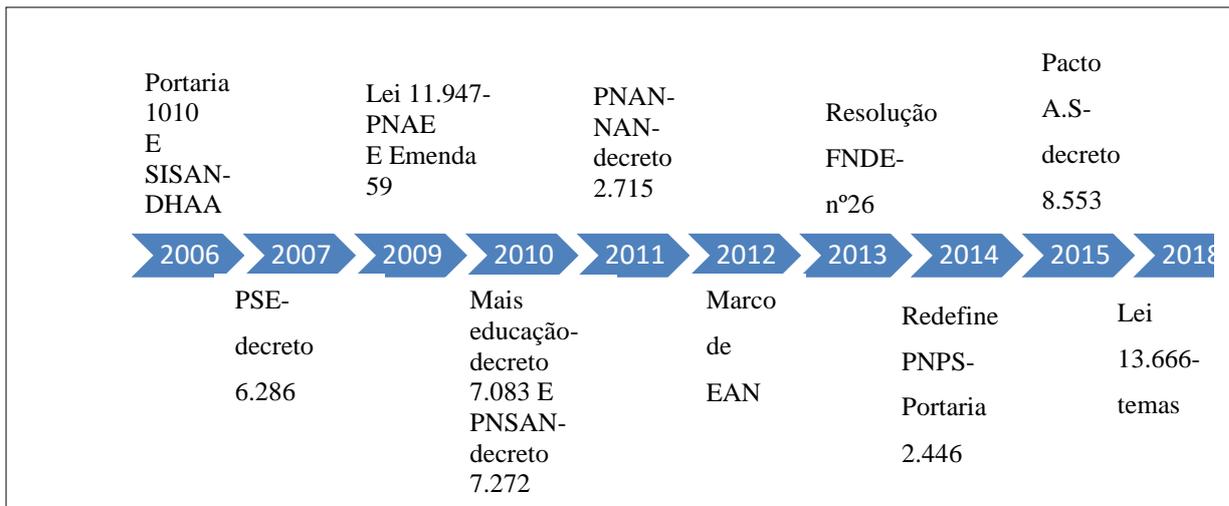


Figura 1- Linha do tempo das principais políticas públicas que influenciaram as atividades de EAN no ambiente escolar.

Todas essas políticas (Figura 1) preconizam uma EAN dialógica, por meio de uma perspectiva problematizadora de forma a promover a autonomia dos sujeitos respeitando os aspectos culturais e psicossociais. Essa visão da EAN fica mais marcante com a publicação do Marco de Referência em EAN para Políticas Públicas (2012) que segundo Santos (2013) pode ser compreendido como um documento que orienta conceitos, princípios e diretrizes que visam a contribuir para a construção de práticas referenciadas a serem traduzidas em eixos, ações e programas de EAN mais qualificados. Assim, passa-se a se estabelecer uma EAN transdisciplinar, intersetorial, multiprofissional, que visa a promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012).

Segundo o Marco de EAN apesar dos avanços em torno da EAN ainda se faz necessário ampliar a discussão sobre suas possibilidades, seus limites e o modo como é realizada. Isso porque existe uma grande diversidade de abordagens conceituais e práticas, pouca visibilidade das experiências bem sucedidas, fragilidade nos processos de planejamento e presença insuficiente nos programas públicos. Sendo necessário basear as ações em evidências de diferentes naturezas, ampliar e qualificar os referenciais científico e teórico-metodológico, adotar indicadores de monitoramento e de avaliação dos processos, de resultados e impacto alcançado. (BRASIL, 2012).

Assim, a partir de toda essa evolução histórica da EAN e do incentivo de suas ações no ambiente escolar certos questionamentos foram surgindo: *temos diversas políticas públicas incentivando a prática da EAN no ambiente escolar para a promoção da saúde e alimentação saudável, mas como desenvolver uma EAN que propicie a autonomia dos sujeitos? Como funciona essa EAN no ambiente escolar? Quais os desafios a serem superados?* A partir

desses questionamentos enxerguei a necessidade de realizar a revisão sistemática de maneira a contextualizar a produção científica e verificar como ela pode estar contribuindo para auxiliar em colocar essas ações em prática.

Com isso, definimos nossos objetivos como:

Objetivo geral

Mapear como a produção científica de EAN tem ocorrido no ambiente escolar, como tem sido sua contribuição para promoção da saúde em termos de possibilidades e desafios. Podendo orientar o direcionamento das pesquisas científicas em EAN no ambiente escolar e orientar discussões pedagógicas em torno do assunto.

Objetivos específicos

1. Realizar buscas sistemáticas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Tese e Dissertações Capes;
2. Identificar o perfil das pesquisas sobre o tema da EAN no ambiente escolar;
3. Estabelecer em que área do saber esse conhecimento tem sido produzido e quais profissionais tem pesquisado a área;
4. Analisar os resultados das pesquisas quanto à promoção da saúde na escola;
5. Analisar a participação da comunidade escolar nas atividades de EAN realizadas.

Dessa maneira, espera-se que com essa revisão seja possível traçar um panorama das pesquisas científicas das ações de EAN no ambiente escolar nos auxiliando a refletir sobre as práticas de EAN vigentes no contexto contemporâneo e observar se existe um diálogo entre as orientações das políticas públicas e prática.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Essa pesquisa é uma revisão sistemática, que é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados à literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/ intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras (LINDE et al, 2003; Sampaio et al, 2007).

Os passos da revisão sistemática (RS)

O trabalho de RS deve possuir passos bem definidos de forma a garantir que o processo seja sistemático, auditável e tenha reduzido ao máximo os vieses. Segundo Tractenberg (2011), a RS deve se iniciar com a proposição de um protocolo de pesquisa, que se trata de um plano de como deve transcorrer a pesquisa e síntese das evidências.

Segundo o livro *Research synthesis and meta-analysis: a step-by-step approach* Cooper (2017), uma revisão sistemática deve seguir sete passos:

1. Formulação do Problema;
2. Busca de literatura;
3. Obtenção de Informação;
4. Avaliação da Qualidade dos Estudos;
5. Análise e Interpretação dos Resultados dos Estudos;
6. Interpretação das Evidências;
7. Apresentação dos Resultados.

Em relação à execução prática da RS, Tractenberg (2011) salienta que é de grande importância que fique claro os seguintes pontos:

- 1) Contexto e justificativa da revisão;
- 2) Objetivos;
- 3) Questões norteadoras;

- 4) Os métodos a serem utilizados (sendo eles as estratégias de busca, ferramenta de pesquisa, manipulação das referências, critérios de seleção dos estudos, os critérios e os instrumentos de categorização dos estudos);
- 5) Cronograma de trabalho;
- 6) Equipe responsável pela revisão

Dessa forma, me inspirei nas proposições de Tractenberg (2011) e Cooper (2017) para me guiar no desenvolvimento dessa pesquisa.

Teses e dissertações: fontes e procedimentos de buscas

A maioria das pesquisas científicas publicadas em periódicos é produzida no âmbito da pós-graduação, porém somente uma pequena parcela das teses e dissertações é publicada na forma de artigos em periódicos, além disso, devido a limitações das exigências das revistas científicas e do número de páginas impostos para a publicação dos artigos, eles algumas vezes não nos permitem nos aprofundar em todo o desenvolvimento da pesquisa. Dessa maneira, a revisão sistemática dessa pesquisa foi realizada somente com teses e dissertações a respeito do tema da pesquisa. Assim, foi possível delimitar o estado da arte, realizar uma avaliação crítica sobre o panorama da educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, suas possibilidades e desafios.

A questão principal da pesquisa foi em torno de quais estratégias e quais as possibilidades e desafios da educação alimentar e nutricional no ambiente escolar para a promoção da alimentação saudável (A.S)?

As questões orientadoras serão:

1. Quais estratégias de EAN tem sido utilizadas no ambiente escolar;
2. Quem são os profissionais responsáveis pela realização das atividades de EAN no ambiente escolar;
3. Em que áreas do saber esse conhecimento tem sido produzido;
4. Quais os resultados das estratégias de EAN no ambiente escolar;
5. Quais suas possibilidades e desafios.

As buscas foram realizadas no mês de março e abril do ano de 2019, no Catálogo de Teses & Dissertações Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sendo as teses e dissertações localizadas utilizando as seguintes combinações de expressões de palavras-chave: “educação alimentar e nutricional”, “educação nutricional”,

“educação alimentar”, “alimentação escolar”, “merenda escolar” e “PNAE”. A delimitação temporal da pesquisa foi o período de 2006, ano em que foi publicada a portaria interministerial nº 1010 de 08/05/2006 que estabelece as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio da rede pública e privada, até o ano de 2019. Considerando o prazo de um após a data da defesa para a disponibilização dos trabalhos nos referidos sites, as ocorrências mais recentes datavam 2018.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Tese e Dissertações Capes são plataformas livres e gratuitas que podem ser acessadas de qualquer local. Além disso, disponibilizam os resumos dos trabalhos e por meio de um link é possível acessar os trabalhos integralmente em PDF ou ser direcionado para a plataforma de origem do texto. No Catálogo Capes os trabalhos de 2012 ou anterior a ele não possuíam link de acesso. Assim, para acessar os arquivos foi realizada a busca no banco de tese e dissertações em plataformas online das Universidades de origem e/ou google. Porém, ainda assim alguns arquivos não foram encontrados e, por isso não contemplaram a pesquisa. Nenhum documento foi adquirido fisicamente e/ ou pago. Todos foram acessados *on-line* e gratuitamente.

As publicações foram pré-selecionadas pelos títulos, os quais deveriam conter como primeiro critério o termo completo e/ou referência a escolares e consumo alimentar, hábitos alimentares ou alimentação saudável, acompanhada da leitura dos resumos. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão (tabela 2) com base na leitura de títulos e resumos, foram selecionados e coletados as dissertações e teses que compuseram o corpus inicial de análise- 84 trabalhos. Posteriormente a esta etapa, foi realizada a revisão dos estudos pré-selecionados, por meio de leitura flutuante, obtendo 48 trabalhos que foram lidos integralmente (Tabela 6).

Posteriormente, cada texto completo selecionado recebeu um número de chamada para facilitar o trabalho de gestão dos arquivos. Os trabalhos foram organizados no Microsoft Excel®, com título, resumo, ano de publicação, público da pesquisa, local de realização da pesquisa, tipo de estudo, objetivos, principais resultados encontrados, e as áreas de avaliação dos cursos, se houve participação dos professores, pais/responsáveis. Para estabelecer a área de avaliação de cada programa de Pós-graduação foi acessado a Plataforma Sucupira da Capes para buscar as informações cadastradas de cada programa de Pós-graduação³. Os resultados foram distribuídos em três áreas mais frequentes (ensino, nutrição e saúde coletiva)

³ <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>

e os que não integravam nenhuma das três áreas foram agrupados na categoria “Outros”. A categoria “Outros” que agrupa as áreas (Psicologia, Medicina, Ciências de alimentos, educação, interdisciplinar e Enfermagem) (figura 5). Formando assim um mapa sistemático para a organização das informações e a geração de gráficos e análise estatística caso necessário.

O software Sphinx Lexica foi utilizado para realizar a análise quantitativa dos dados. Foram avaliados os seguintes dados quantitativos: Estado e Cidade onde foram realizados os trabalhos, ano de publicação, nível de ensino, tipo de estudo, tempo de intervenção, tipos de instrumentos de coleta de dados, se intervenção envolve a comunidade escolar ou somente alunos, área do conhecimento e metodologia. A partir dos dados levantados, será realizada uma análise quantitativa e qualitativa dos principais resultados.

Para avaliar se as ações de EAN realizadas envolviam a participação dos pais/responsáveis somente foram considerados os trabalhos que realizavam a atividade de EAN com os pais. Os estudos que somente enviaram questionário aos pais/responsáveis para responderem informações sobre os hábitos dos alunos pré e pós-intervenção não foram contabilizados.

Para estabelecer o referencial teórico dos trabalhos foi utilizado o que foi citado pelo próprio autor da tese ou dissertação. Os trabalhos que não mencionaram o referencial teórico metodológico utilizado, mas que tiveram sua introdução, justificativa e referencial baseados em dados e estudos epidemiológicos de intervenção foram categorizados na categoria estudo epidemiológico de intervenção.

Foram incluídas as teses e dissertações que atenderam ao critério de um estudo de intervenção; de apresentar como metodologia a descrição, aplicação e/ou avaliação de uma ação de EAN no ambiente escolar desenvolvida em escolas brasileiras. Foram excluídos os trabalhos duplicados e os que não atendiam aos critérios de inclusão.

| Critérios de inclusão |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Teses e dissertações acerca do tema EAN na promoção de hábitos alimentares saudáveis; ✓ Pesquisas a partir do ano de 2006- Portaria interministerial nº1010 de 2006; ✓ Pesquisa realizada no ambiente escolar e em escolas brasileiras; ✓ Ser um estudo de intervenção tendo como metodologia a descrição, aplicação e/ou avaliação de uma ação de EAN no ambiente escolar; ✓ Trabalhos disponíveis <i>on-line</i> em formato completo; ✓ Trabalhos cujo objetivo geral e/ou específicos referia-se ao objeto deste estudo. |
| Critérios de exclusão |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Não ser tese ou dissertação acerca do tema em questão; ✓ Trabalhos anteriores a 2006; ✓ Trabalhos realizados fora do ambiente escolar e/ou fora de escolas brasileiras; ✓ Não ser um estudo de intervenção e/ou avaliar ou descrever uma ação de EAN; ✓ Trabalhos não disponibilizados <i>on-line</i>; ✓ Trabalhos cujo objetivo geral e/ou específicos não estava explicitado ou, quando explícitos, não se referiam ao objeto deste estudo; ✓ Trabalhos duplicados; ✓ Trabalhos sem metodologia descrita claramente; |

Tabela 2-Critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As buscas dos trabalhos realizadas entre março e abril de 2019, utilizando os descritores estabelecidos, resultaram em 1583 trabalhos e, após a exclusão dos trabalhos duplicados, leitura dos títulos e resumos, avaliação dos critérios de inclusão e leitura integral dos trabalhos foram selecionados 48 estudos para integrar a fase seguinte. Vale destacar que muitos trabalhos se repetiam e a maior parte deles se dedicava a estudar a gestão do PNAE, a qualidade e/ou aceitação da merenda escolar e avaliar estado nutricional dos escolares, não atendendo aos critérios de inclusão do estudo.

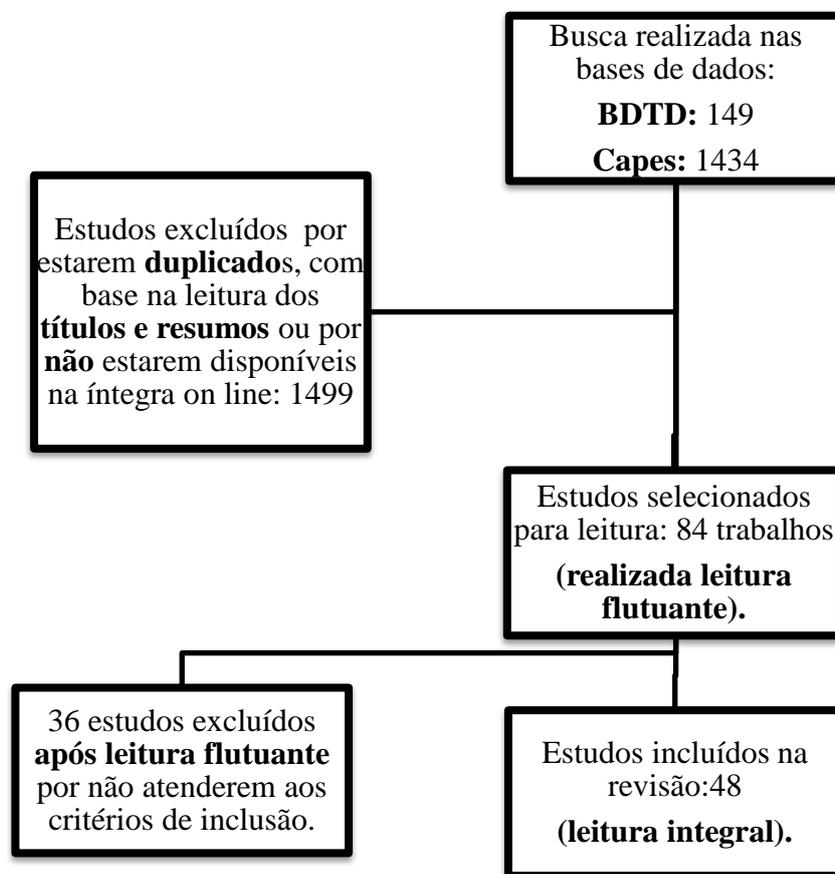


Figura 2- Procedimento de buscas de Teses e Dissertações

Distribuição por tipo e ano de publicação

Entre os trabalhos selecionados temos 35 dissertações de mestrado acadêmico, 4 dissertações de mestrado profissionalizante e 9 teses de doutorado. Assim, observamos que a maioria das pesquisas são provenientes do mestrado. Distribuindo os trabalhos por ano de publicação (Gráfico 1) foram identificados: 8 em 2015, seguido de 7 em 2017, 6 em 2016 e

em 2013, 5 em 2018, 4 em 2014, diluindo os 12 restantes entre os demais anos. Vale destacar que como todos os trabalhos foram acessados on line e que os trabalhos podem levar até um ano para ficarem disponíveis, possivelmente no ano de 2018 tivemos mais que cinco trabalhos pesquisando o tema, já que a seleção dos trabalhos foi realizada entre março e abril de 2019.

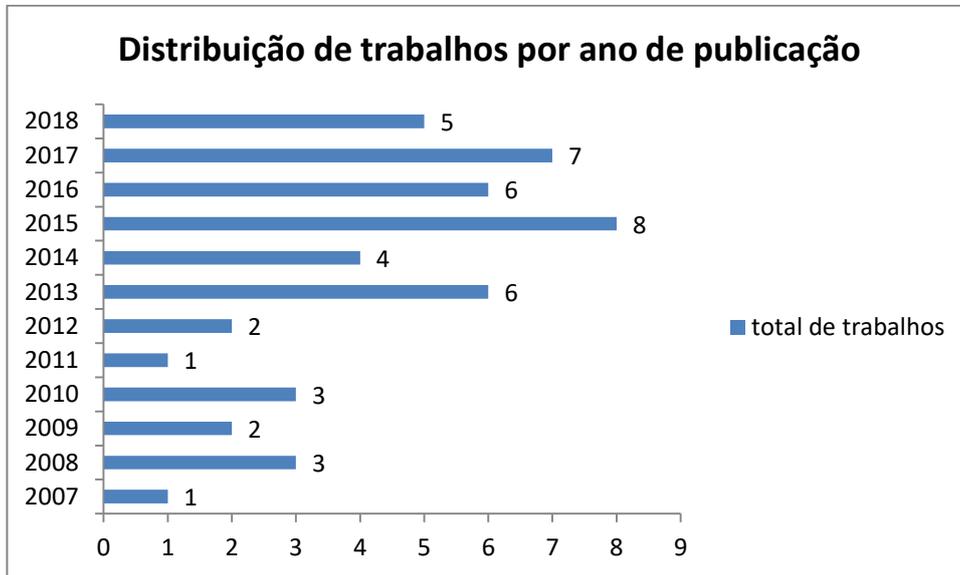


Gráfico 1-Distribuição dos trabalhos por ano de publicação

É possível observar que houve um aumento dos trabalhos sobre a temática a partir de 2013. Esse fato pode estar relacionado ao aumento da obesidade e das DCNT's e sua associação com ao estilo de vida e práticas alimentares não saudáveis. Isso porque observamos que 97,2% dos trabalhos realizados a partir de 2013 fazem menção sobre a necessidade da realização de atividades de EAN para prevenir e/ou tratar a obesidade e/ou DCNT's.

Uma hipótese de outro fator que também pode estar contribuindo para o aumento das pesquisas a partir de 2013 é intensificação dos olhares para as políticas públicas voltadas para a alimentação como promotora de saúde com o lançamento do Marco de Referência em EAN em 2012, já que dos 36 trabalhos realizados nesse período, 17 (47,2%) fazem referência ao documento. O Marco propõe orientações e reflexões sobre a prática levantando a importância da intersetorialidade de forma a construir coletivamente saberes, linguagens e práticas entre os diversos setores envolvidos com o tema, para melhores resultados nas atividades de EAN. Além disso, divulga uma agenda pública de EAN envolvendo diversas áreas, dentre elas uma voltada para diretamente para o estudo e a pesquisa em EAN (tabela 3).

| Agenda Pública em EAN- Marco de Referência |
|---|
| 1- Agenda estratégica de articulação intersetorial e federativa. |
| 2- Agenda voltada para a formação profissional, estudo e pesquisa. |
| 3- Agenda de articulação e mobilização social. |
| 4- Agenda com entidades da sociedade civil. |
| 5- Agenda voltada para a especificidade dos povos e comunidades tradicionais. |

Tabela 3-Agenda Pública do Marco de Referência

Distribuição por área de avaliação do programa e formação dos pesquisadores

Ao analisar os trabalhos pela área de avaliação dos Programas de Pós-graduação na Plataforma Sucupira da Capes (Gráfico 2) foram encontrados 11 em nutrição (22,9%), 14 em ensino (29,2%), 6 em saúde coletiva (12,5%) e 17 na categoria outros (35,4%) que agrupa as áreas (Psicologia, Medicina, Ciências de alimentos, educação, interdisciplinar e Enfermagem).



Gráfico 2-Distribuição por área do conhecimento

Dos resultados encontrados é possível observar que a maioria dos trabalhos são realizados na área de Ensino, seguido da área de Nutrição e Saúde Coletiva. Além disso, a categoria Outros, que agrupa diversas áreas do conhecimento, concentra a maioria dos estudos. Com esse dado, constatamos a essência da multidisciplinariedade, interdisciplinaridade e transdisciplinariedade da EAN, já que diversas áreas do conhecimento tem se dedicado a pesquisar o tema.

Verificando quem são os pesquisadores que estão estudando a temática (Gráfico 3) foi observado que 31 (64,6%) são graduados em nutrição, 7 (14,6%) em ciências biológicas, 3

(6,2%) em educação física, 2 (4,1%) em psicologia, 1 (2,1%) em licenciatura em ciências, 1 em psicologia e pedagogia, 1 em nutrição e gastronomia, 1 em ciências naturais e pedagogia e 1 em nutrição e ciências biológicas. Dessa maneira é possível constatar que apesar da temática ser investigada em diversas áreas do conhecimento, o nutricionista ainda é o profissional que mais estuda a temática, e interessante que, apesar da formação de base predominar a Nutrição, na formação pós-graduada acabam por buscar outras áreas para complementar sua formação.

Esse resultado era previsto já que o nutricionista é o profissional que é formado em alimentação e por isso tem grande interesse em investigar assuntos relacionados à temática. Além disso, segundo a Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010 e a Resolução CFN 600, de 25 de fevereiro de 2018 a EAN é uma atribuição obrigatória do nutricionista, contribuindo assim para que esses profissionais tenham maior interesse pela área.

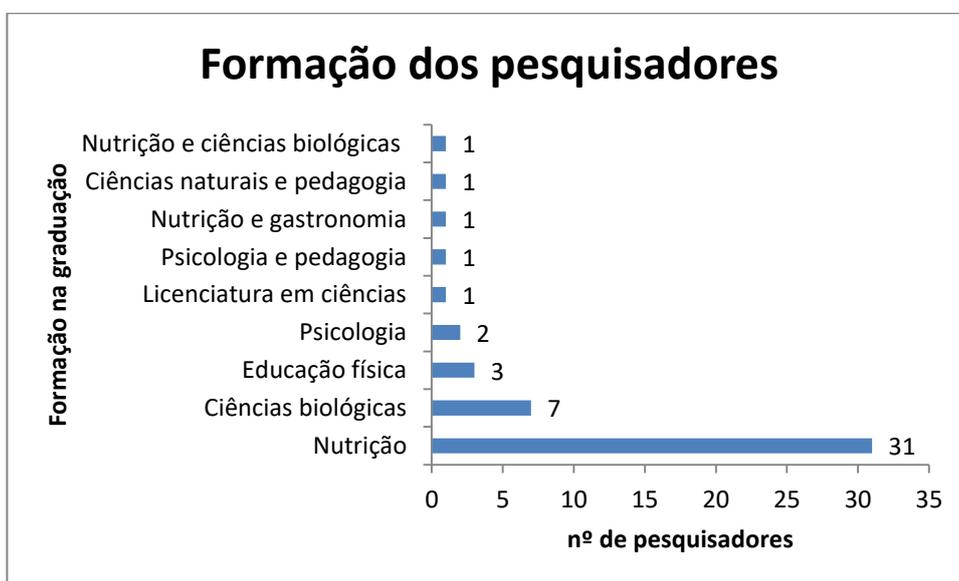


Gráfico 3-Formação acadêmico dos pesquisadores

Analisando os trabalhos não foi possível estabelecer uma relação de causa e efeito do interesse de diversas áreas na temática. Porém, ao constatar que a maioria dos pesquisadores são nutricionistas, levanto uma hipótese de que a escolha por outras áreas do saber pode estar demonstrando que o campo científico da Nutrição, na formação de base, tem se mostrado restrito para que os profissionais ao irem para o mercado de trabalho consigam responder aos problemas e demandas na área de EAN no ambiente escolar somente com essa formação. A busca por outros aportes teóricos pode estar sinalizando a necessidade de complementação na formação.

Como a maioria dos pesquisadores são nutricionistas e, em nosso País temos um Programa de Alimentação Escolar que com a Resolução/CD/FNDE nº32, de 10 de agosto de

2006 tornou o nutricionista o responsável técnico pelo Programa, esse fato aproximou o profissional do ambiente escolar. Dessa maneira, a intensificação dos movimentos das políticas públicas para inclusão da EAN e promoção da saúde no ambiente escolar pode estar contribuindo para que esses profissionais tenham o interesse em investigar a temática por perspectivas diferentes da vivida nos cursos de nutrição, que de certa forma por ser um curso da área da saúde acaba sendo mais voltado para o desenvolvimento de atividades em instituições de saúde com maior foco do biológico em detrimento do social.

Distribuição por Regiões geográfica

Quando analisamos as regiões brasileiras (Gráfico 4) em que foram realizadas as pesquisas é possível observar que elas se concentram predominantemente na Região Sudeste (56%) com mais da metade dos trabalhos, seguida pela região Sul (23%), Nordeste (10,5%) e Centro-oeste (10,5%). Nenhum dos trabalhos selecionados foi realizado na Região Norte no período do recorte. Vale destacar que dos 27 trabalhos realizados na Região Sudeste, 14 foram realizados no Estado de São Paulo, seguido por 8 no Rio de Janeiro, 4 em Minas Gerais e 1 no Espírito Santo.

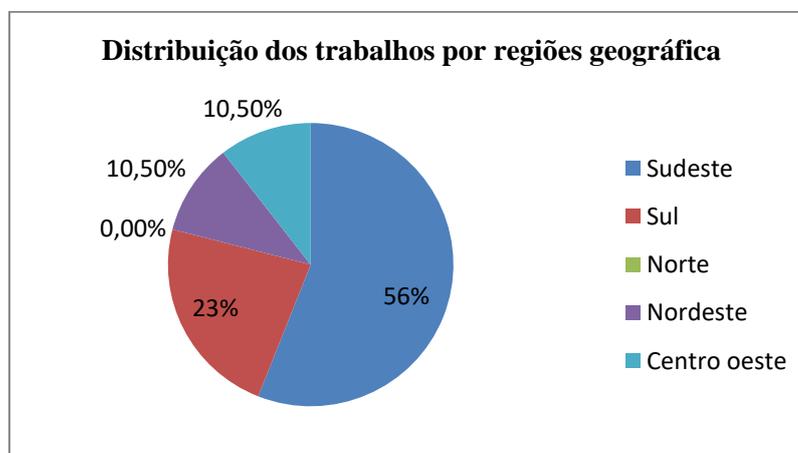


Gráfico 4-Distribuição dos trabalhos por Regiões geográfica

Tentando compreender o motivo de não ter encontrado nenhum trabalho na Região Norte levantamos algumas hipóteses. Fazendo uma busca na Plataforma Sucupira do Portal Capes foi possível observar que a Região Norte não possui nenhum Programa de Pós-graduação em Nutrição até o momento desta pesquisa. Além disso, totalizando os programas de pós-graduação em Nutrição, Ensino e Saúde Coletiva, que são as áreas de avaliação que mais pesquisam a temática, a Região Norte é a que possui o menor número de programas de Pós-graduação. Esse fato pode ter contribuído para no recorte não ter encontrado nenhuma pesquisa na Região. Em contrapartida, a Região Sudeste possui um número muito maior de

programas de pós-graduação em Nutrição, Ensino e Saúde Coletiva em detrimento das demais Regiões, podendo contribuir assim para um maior número de pesquisas. Outro dado levantado é que segundo os dados estatísticos do CFN⁴ a Região Norte é a que possui o menor número de nutricionistas (4,6%), podendo também ser um fator que influencia nesse resultado. Já que o nutricionista é o profissional que mais estuda a temática.

Distribuição pela rede de ensino Pública e Privada

Avaliando em que tipo de instituição de ensino (Gráfico 5) as pesquisas foram realizadas foi possível verificar que 86% dos trabalhos foram realizados em instituições de ensino públicas mesmo com a Portaria Interministerial 1010 instituindo diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

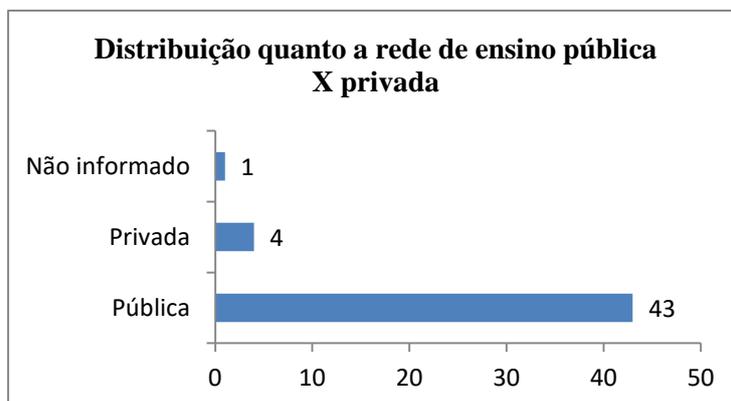


Gráfico 5-Distribuição quanto a rede de ensino pública e privada.

Analisando os trabalhos, não é possível identificar o motivo da escolha da instituição pública em detrimento da privada, mas podemos levantar a hipótese de que já que todas as instituições de ensino público fornecem alimentação escolar por meio do PNAE e obrigatoriamente existe a necessidade de nutricionistas como responsáveis técnicos pelo programa é bem possível que este fator contribua para um maior interesse das pesquisas na rede de ensino pública.

⁴ Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. [Internet]. Quadro estatístico. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/index.php/estatistica/>. Acesso em: 01 de out 2019.

Distribuição dos trabalhos por segmento da educação básica

Outro dado analisado na pesquisa foi em que nível de ensino as atividades tem sido realizadas (Gráfico 6) encontrando 15 no ensino fundamental I -EFI (31,3%), 13 no ensino fundamental II- EFII (27,1%), 7 no ensino médio- EM (14,6%), 6 no EFI e EFII concomitantemente (12,5%), 6 na educação infantil - EI (12,5%) e 1 no EFII e EM concomitantemente (2,1%). Esses dados nos permite avaliar que os estudos se concentram prioritariamente no ensino fundamental.

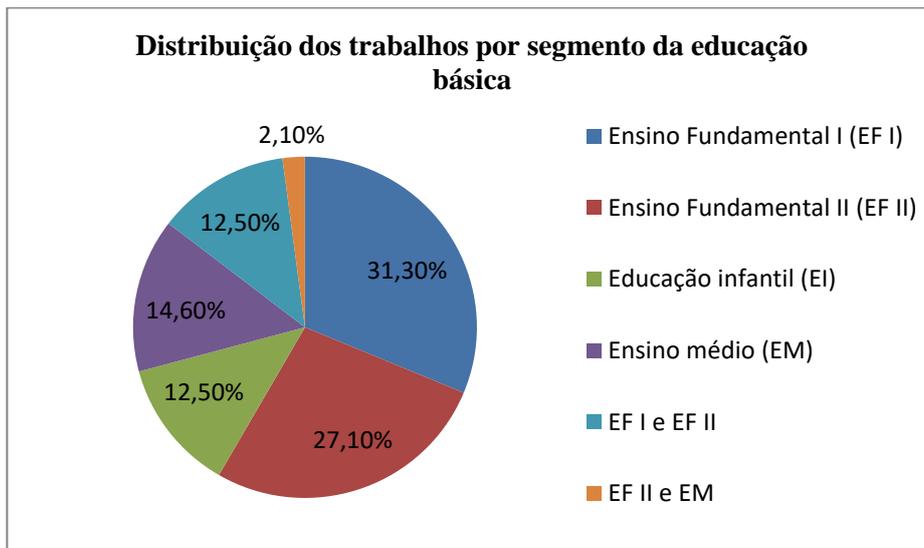


Gráfico 6-Distribuição dos trabalhos por segmento da educação básica

Não é possível estabelecer o motivo da ocorrência de mais pesquisas com o EF em detrimento dos demais segmentos, porém levantamos algumas hipóteses de acordo o que observamos com a leitura dos trabalhos. Um fato que pode contribuir para poucos projetos com alunos da EI pode ser devido à visão positivista do desenvolvimento das ações de EAN, em que o educador é o transmissor de conhecimentos para os educandos. Logo, os alunos que ainda não foram alfabetizados não estariam “aptos” a aprenderem os conhecimentos técnicos necessários sobre alimentação saudável. Com relação às poucas atividades do ensino médio, pode ser reflexo de que nesse segmento a grade curricular não “permite” a inserção de atividades extraclasse que ocasionará “perda de tempo”, visto que no ensino médio aumenta o número de disciplinas e a demanda dos alunos para ingressar na universidade e/ou entrar no mercado de trabalho. Essas visões sobre a EAN são um equívoco visto que a construção de bons hábitos alimentares deve iniciar na primeira infância e perpetuar por toda a vida, já que conforme citado pelo próprio Marco de Referência em EAN à educação deve ser um processo contínuo e permanente (BRASIL, 2012).

Assim, para alcançar uma alimentação saudável no ambiente escolar dentre muitas outras ações é necessário desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional das crianças, com ênfase no desenvolvimento de ações de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e educação nutricional; incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares (BRASIL, 2006).

Distribuição quanto à participação dos responsáveis nas intervenções realizadas

Entre os trabalhos avaliados, 12 (25 %) envolviam os responsáveis nas atividades de EAN realizadas nas escolas (gráfico 7).

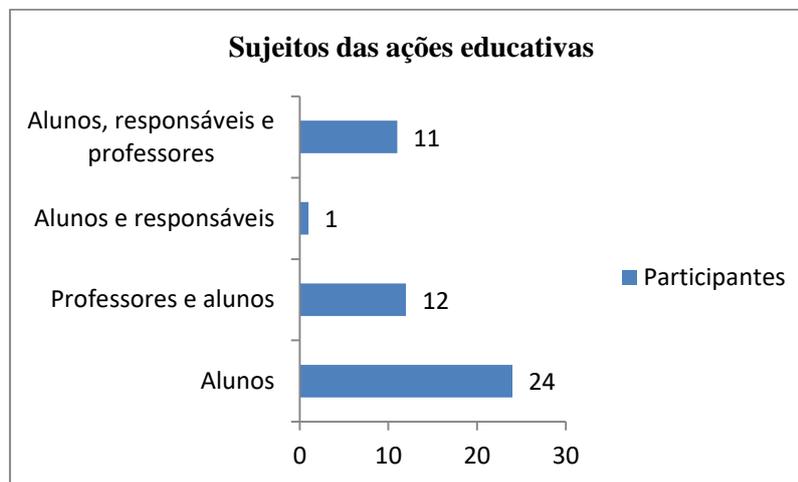


Gráfico 7-Sujeitos das ações educativas

É importante lembrar que o comportamento alimentar tem suas bases fixadas na infância, criadas no ambiente familiar por meios das culturas e tradições locais. Quando os responsáveis apresentam hábitos alimentares saudáveis, pode influenciar positivamente o comportamento alimentar dos filhos (TIBBS et al, 2001). Dessa maneira, a participação dos pais/responsáveis nas atividades de EAN pode contribuir positivamente para os resultados, visto que a atividade contribuirá para a saúde dos próprios pais e também proporcionará a continuidade da abordagem da temática no ambiente familiar.

As principais formas de envolvimento dos pais com as atividades de EAN citadas nos trabalhos encontrados ocorreram por meio de palestras, distribuição de folders, oficinas culinárias e participação nas hortas escolares. Nem todos os trabalhos descreveram detalhadamente a participação dos pais e, alguns não mencionaram em seus resultados como a ação repercutiu. Vale recordar que os trabalhos que somente enviaram questionário aos

responsáveis para obtenção de informações sobre o hábito alimentar dos filhos não foram considerados como ação educativa com os pais.

Dentre esses trabalhos, o estudo realizado por Candido (2016) relata a baixa adesão dos pais nas atividades devido à falta de disponibilidade de tempo para comparecer aos encontros agendados. Segundo o autor, a baixa frequência dos pais é um desafio e aponta demanda pelo fomento futuro para o desenvolvimento de estratégias eficientes que promovam a participação dos responsáveis. Já o estudo de Jugend (2015) que também apresentou baixa adesão dos pais a intervenção, justifica a falta de disponibilidade, a dificuldade em relação aos horários em que as palestras foram ministradas e, ainda, a falta de interesse em mudar realmente o estilo de vida de seus filhos. O estudo ainda cita como fator que contribuiu para essa baixa adesão o desafio de mudar a cultura de uma população que valoriza mais o tratamento do que a prevenção. O estudo de Oliveira (2015) colocou a baixa presença dos pais e seus responsáveis nas reuniões oferecidas pela equipe do programa de EAN como uma limitação do estudo. O autor sugere que o maior envolvimento dos pais e responsáveis auxiliaria na formação de hábitos saudáveis e na prevenção da obesidade.

Conceição (2010) também coloca a baixa participação dos pais e/ou responsáveis na participação dos eventos relacionados à saúde dos seus filhos como uma limitação do estudo. O autor sugere que a escola precisa de meios alternativos para trazer os pais para dentro da escola. Caram (2010) coloca que a participação dos pais nas palestras sobre alimentação saudável enriqueceu o trabalho, acrescentando várias perguntas sobre o tema durante e após as apresentações. Zanirati (2012) coloca a ausência dos responsáveis no processo educacional dos alunos e o pouco envolvimento dos professores na intervenção como atores que comprometeram o resultado do estudo. O autor coloca a necessidade de elaborar estratégias para mobilizar e incorporar esses atores em atividades futuras.

Já no trabalho de Calegari (2013) o autor coloca que realizou atividades extraclasse do tipo palestra com os familiares e que o projeto promoveu oportunidades de instrução da família através de encartes, pesquisas, envio de lista de sugestões para lanches saudáveis, envio de informativos de saúde, receitas, e todos os insumos praticados nas aulas do projeto foram enviados pelos pais, assim, houve um acompanhamento e envolvimento nas atividades e na atmosfera de busca pela qualidade de vida, assim, por osmose, o ambiente familiar tornou-se assessor e promotor de continuidade. O autor ainda colocou que a direção escolar relatou satisfação dos pais e gerou reflexões sobre a parcela de participação dos hábitos familiares na formação do caráter alimentar dos filhos. Ainda pontuou a necessidade do resgate à responsabilidade dos pais para com os filhos no intuito de promover uma releitura

nos conceitos contemporâneos de educação exclusiva pela escola, onde os pais trabalham e os avós, a televisão e a internet ensinam as crianças. Vargas (2008) menciona que no planejamento do programa de EAN um dos objetivos era a inclusão dos pais/responsáveis em algumas das atividades, mas foi observado que a participação dos pais na vida dos participantes era pouco frequente o que constitui uma limitação à participação de familiares no estudo de intervenção.

Pensando nessa dificuldade relatada pela maioria dos estudos e no fato de mais de 70% dos trabalhos não envolverem os pais nas atividades, percebemos o distanciamento existente entre os pais e o ambiente escolar. Diversos fatores podem contribuir para esse distanciamento entre a escola e os responsáveis e, não é o intuito aqui levantar todos esses fatores que certamente envolvem diversos determinantes sociais, desde econômicos, até, por exemplo, a organização dos centros urbanos. Mas, levando em consideração a realidade da grande maioria das famílias brasileiras, sabemos que muitos pais/responsáveis apresentam grandes demandas com seus trabalhos para o sustento de suas famílias o que pode acabar resultando em uma menor disponibilidade de tempo, já que normalmente os horários das atividades escolares ocorrem no horário de trabalho.

Além do mais, não podemos esquecer que a maioria das pesquisas foram realizada em escolas públicas, sendo constituída pelas classes populares que acabam conduzindo suas vidas na provisão em detrimento da prevenção (VALLA, 1996).

Assim, nesse caso, uma alternativa seria tentar aproximar os responsáveis do ambiente escolar em horários alternativos. Certamente não seria uma solução imediata, mas sim a ser trabalhada buscando novos caminhos e possibilidades para essa aproximação.

Segundo Cavalcante (1998) alguns dos empecilhos para que os responsáveis e a escola trabalhem de forma colaborativa são devido ao estereótipo da escola ser detentora do saber, a crença de que a escola é impotente em afetar positivamente a família dos alunos e a falta de diálogo entre pais e professores. Nesse aspecto, um desafio para a escola é realizar o chamamento desses responsáveis para o ambiente escolar por meio de uma comunicação dialógica, pois quando existe uma colaboração entre pais e escola todos saem ganhando: a experiência educacional dos alunos se torna mais significativa, ocorre melhora do rendimento escolar, redução de problemas de comportamento, os pais passam a ter uma atitude mais positiva com relação à escola e a si mesmo, sendo mais ativos na sua comunidade e melhorando seu relacionamento com os filhos.

O Ministério da Saúde define diálogo no campo da Saúde como um encontro de conhecimentos construídos historicamente e culturalmente por sujeitos, ou seja, o encontro desses

sujeitos na intersubjetividade, que acontece quando cada um, de forma respeitosa, coloca o que sabe à disposição para ampliar o conhecimento crítico de ambos acerca da realidade, contribuindo com os processos de transformação e de humanização (BRASIL, 2013c).

Assim, é importante retomarmos a proposta dos Círculos de Cultura de Paulo Freire, pensando como espaços educativos em que dialogicamente se ensina e se aprende promovendo a horizontalidade na relação educador-educando e a valorização das culturas locais da oralidade. Essa perspectiva coloca a educação dentro de uma visão humanística, em detrimento a visão elitista de educação. Pensamos que a participação dos pais em espaços como os Círculos no ambiente escolar, pode criar uma condição melhor para que eles passam a se perceberem como detentores de sua história, cultura, ampliando os olhares sobre sua realidade. Pensando na alimentação como um ato social e cultural, o envolvimento dos responsáveis com as atividades de EAN realizadas no ambiente escolar, contribuiriam para a qualidade de vida de toda família e o em torno da comunidade escolar.

Distribuição quanto à participação dos professores nas intervenções de EAN

Com relação à participação dos professores, foi observado 23 (48 %) dos estudos envolverem os professores na intervenção (gráfico 7). Deve-se ter em mente que o comportamento alimentar apesar de ter sua base construída na infância não é estático podendo ao longo da vida vir a modificar-se em decorrências de novas experiências com o meio, como por exemplo, o ambiente escolar, trabalhos, amigos e também relacionada a questões psicossociais. Dessa maneira, no ambiente escolar os professores são responsáveis por construir conhecimentos, contribuir para o compartilhamento de experiências e opiniões, além de exercer influência no comportamento dos alunos servindo de inspiração.

A forma de participação dos professores nos trabalhos foi desde auxiliando o pesquisador nas atividades até o recebimento de capacitação para a realização de atividades de EAN com os alunos. Alguns dos trabalhos elaboraram guias, cartilhas ou realizaram cursos de formação com conceitos de nutrição para que os professores pudessem realizar as atividades em sala de aula. Nesses trabalhos, foram encontradas expressões como: “reforçar mensagens em sala de aula”; “reproduzir atividades em outros momentos”; “dar subsídios aos professores”; “apresentar guia aos professores”; “realizar cursos de formação”; “esclarecer conceitos de nutrição”, “desenvolver programa de orientação para utilizar cartilha em sala de aula”, dentre outros. Nem todos os trabalhos deixaram efetivamente clara a forma de participação dos professores e se eles auxiliaram ou não no desenvolvimento/ criação do

conteúdo das atividades. Além disso, alguns trabalhos apesar de mencionarem a participação dos professores, em seus resultados não abordaram a questão.

Nesses estudos é possível observar que esses guias/ cartilhas/ treinamentos nem sempre são elaborados levando em consideração a história psicossocial e cultural do local em que foram realizadas as atividades. Muitas vezes são guias elaborados com base em dados epidemiológicos ou revisão de literatura e/ ou com base em questionários sobre hábitos alimentares que os participantes preencheram antes da realização da intervenção. Seguem algumas descrições dessas atividades:

Mensalmente os professores receberam materiais para a realização das atividades, em sala de aula e, para reforçar as mensagens recebidas em classe, receitas e folhetos foram enviados às famílias. (PESSOA, 2018, p. 31).

Inicialmente, para embasar a construção do guia pedagógico, foi realizado um levantamento da literatura existente, com base em artigos e demais fontes de pesquisa, referentes aos hábitos alimentares de crianças e adolescentes, educação nutricional e temas correlatos. Através dos resultados encontrados nesta pesquisa possibilitou-nos pensar na elaboração do guia pedagógico com atividades diversificadas sobre alimentação saudável para ser utilizada por professores do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental com seus alunos. (VALE, 2017, p. 48).

Após revisão bibliográfica, realizou-se levantamento das práticas educativas de promoção da alimentação saudável em seis creches e pré-escolas de Educação Infantil públicas e privadas (...). Os objetivos desta observação consistiam em buscar informações a respeito de atividades que abordassem o tema “Alimentação e Nutrição”, analisar as preferências das brincadeiras pelas crianças, observar os jogos e brincadeiras desenvolvidos em sala de aula, observar a rotina das crianças nesses estabelecimentos e coletar impressões com os educadores sobre a prática educativa. A partir das observações, constatou-se que jogos e músicas são recursos amplamente usados no contexto da educação infantil, dada a diversidade destes materiais a que se teve acesso. (...). De posse de todas essas informações, foram definidos e elaborados os materiais para composição do kit. (PINHEIRO, 2009, p.35).

Vale ressaltar que os guias e cartilhas podem ser instrumentos úteis nas atividades de EAN, mas é importante que sejam utilizados de forma contextualizada, de acordo com a realidade local e produzidos, preferencialmente em conjunto com os professores da unidade escolar em questão. Isso porque, eles podem auxiliar em como inserir a temática de forma transversal no currículo escolar e contribuir trazendo uma linguagem pedagógica para o material, visto que esses materiais grande parte das vezes são produzidos por profissionais da área da saúde.

Os principais resultados encontrados nos trabalhos em relação à participação dos professores foram:

Caram (2010) coloca que o programa de educação nutricional foi planejado e desenvolvido com a participação dos professores, vice-diretora, coordenadora pedagógica e diretora da escola, além da nutricionista, autora dessa pesquisa. As atividades em grupo utilizaram temas transversais. O autor atribui como um dos motivos para o resultado positivo da ação educativa (aumento do conhecimento de nutrição e envolvimento multi e interdisciplinar) a integral dedicação e participação da diretora e dos professores da escola e o entrosamento transdisciplinar entre os professores e profissionais envolvidos. Reforça que o programa atingiu aspectos nutricionais, transdisciplinar e multidisciplinar, envolvendo importantes membros do ambiente escolar (professores, pedagoga, diretora) além dos alunos e pais.

No trabalho de Farias (2011) foi realizada uma capacitação sobre alimentação com os professores, direção e merendeiros para que os mesmos pudessem realizar atividades sobre alimentação saudável com os alunos. O autor coloca que os professores relataram que as atividades deveriam ser realizadas diretamente pelos pesquisadores do projeto para que eles pudessem se sentir mais seguros para trabalhar o tema com os alunos. Ainda relata que :

(...) ainda que a ação de formação básica tenha sido muito bem avaliada por quem dela participou, sua baixa cobertura reflete a dificuldade que o professor tem de se afastar de sua rotina, aí incluído o coordenador pedagógico, profissional chave na concepção que norteou o desenho das atividades de formação e que, muitas vezes, não pode estar presente. (FARIAS, 2011, p. 95)

O autor conclui que:

(...) dado que a qualificação de formadores de opinião (no caso, professores) para a promoção da alimentação saudável parece ser um componente crucial de qualquer intervenção que se baseie em estratégias educativas para a mudança de comportamentos (no caso, hábitos alimentares), **faz-se necessário repensar as estratégias de formação em intervenções dirigidas ao ambiente escolar** (*grifo meu*). (FARIAS, 2011, p. 95)

No trabalho de Silva (2013) que tinha por objetivo descrever uma experiência educativa interdisciplinar em alimentação e nutrição, conclui que o exercício da interdisciplinaridade foi um dos maiores desafios devido a aspectos administrativos e operacionais tais como dificuldade de conciliação de horários, que não possibilitava os encontros frequentes entre os professores das diferentes disciplinas e a equipe NEPAC (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação sobre Cultura) a fim de dialogar sobre o

projeto e as atividades que estavam sendo realizadas. Ainda esclarece que os diálogos ocorriam mais frequentemente nos intervalos das aulas, no qual os professores discutiam suas atividades, refletiam coletivamente e davam contribuições pertinentes, assim como ocorreu entre os docentes das disciplinas de línguas estrangeiras e portuguesa. Finaliza colocando que ainda são incipientes os espaços e o tempo para a construção de projetos interdisciplinares no sistema de ensino vigente.

No trabalho de Figueiredo (2014) que tinha por objetivo avaliar o impacto de uma intervenção em alimentação com os alunos e verificar o impacto da representação social dos alimentos pelos professores de educação física, o autor verificou que existe uma influência sobre a representação desses atores e sua prática pedagógica.

As práticas pedagógicas dos professores na abordagem do tema alimentação estavam intrinsecamente relacionadas às suas experiências de vida e a construção da representação do alimento. (...)A representação social que cada colaborador elabora sobre o alimento demonstra que não tem uma única linha condutora, mas faz parte de um conjunto de significados. (FIGUEIREDO, 2014, p. 250, p.269)

Com relação à inserção do tema alimentação como tema transversal o autor coloca que todos os professores colocaram em sua narrativa a dificuldade em abordar os temas transversais na prática escolar. Justificando que os colegas acreditam que haja maior facilidade nas disciplinas de Biologia e Educação Física para tratar sobre o tema alimentação se eximindo da responsabilidade.

Vargas (2008) coloca como uma limitação do trabalho o fato das atividades terem sido realizadas pelos pesquisadores no lugar dos professores. Ele ressalta que embora os docentes tenham atuado como grandes incentivadores à realização do estudo, poucos se envolveram diretamente na sua realização. O autor acredita que o que pode ter acarretado a falta de estímulo para participar das atividades é a situação de baixa remuneração dos professores, o que acaba acarretando o acúmulo de trabalho em diferentes escolas a fim de se conquistar melhores condições financeiras, resultando em sobrecarga de trabalho que demandaria tempo extra.

Reis (2014) ressalta a dificuldade em construir junto com os professores as atividades em sala de aula.

Apesar de se colocarem à disposição para tal, relataram uma sobrecarga laboral e precárias condições de trabalho, o que dificultava e até mesmo levava ao sacrifício de relevante etapa, que era o planejamento acadêmico. (REIS, 2014, p.36)

Wisniewski (2007) aponta que existe um sentimento geral por parte dos professores de que o tema de EAN para ser abordado na escola precisa de um profissional específico, pois o professor já sobrecarregado pelas atividades acaba por negligenciar o tema. Na ação educativa de Detregiachi (2008) o pesquisador capacitou os professores do grupo intervenção para utilizarem o material educativo “Criança Saudável, Educação Dez”, idealizado e distribuído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O autor coloca que:

Em nosso estudo, a inadequação da metodologia à série e a falta de apoio logístico também se configuraram como justificativas dos professores para mudança na metodologia sugerida às atividades que foram programadas para serem desenvolvidas, desconsiderando as adaptações acordadas no programa de orientação. A falta de tempo para o desenvolvimento dos assuntos previsto no programa educativo também foi argumento utilizado pelos professores como justificativa ao não desenvolvimento de determinados assuntos. (DEREGIACHI, 2008, p.69)

A autora recomenda que para que os programas de EAN realizados no ambiente escolar apresentem melhores resultados, haja o comprometimento da direção escolar e da equipe pedagógica com a elaboração de cronograma para o desenvolvimento do programa e possibilidade de discussões semanais como forma de preparação e planejamento das atividades. Ainda sugere a importância da realização de programas de orientação aos professores para o desenvolvimento de programas de educação nutricional, realizado por profissional especialista coordenando e apoiando a abordagem dos assuntos, para maximização dos resultados.

No estudo de Pinheiro (2009) foi elaborado um Kit pedagógico para os professores utilizarem nas atividades de EAN. Os educadores foram treinados para a utilização do Kit. Em seu trabalho, os professores relataram que “é preciso que os educadores pesquisem sobre o assunto e que o material distribuído pelo projeto, já oferece subsídio suficiente para o trabalho”. (p. 68) O autor ressalta que essa opinião não foi unânime e que outros professores afirmam “(...) haver a necessidade da troca de experiências entre os educadores, de modo que a formação potencializaria a sensibilização e o uso do material” (p. 68). Nesse estudo, a maioria dos professores que acham necessária a capacitação é de escolas particulares. Os educadores também colocaram como um fator limitante o tempo disponível para utilização dos materiais, pois os mesmos competiam com outros projetos desenvolvidos pela escola.

Pensando nos principais resultados apresentados resgato um estudo realizado por Doyle e Feldman (1994) com estudantes do ensino médio na Região Amazônica brasileira que comparou o aprendizado dos alunos sobre conhecimentos de alimentação e nutrição ministrados por nutricionistas e por professores locais treinados sobre o tema, e observou que

os alunos aprendiam mais com os professores locais treinados do que com os nutricionistas com quem não tinham contato. A justificativa para o fato é que a identificação com o comunicador é um fator crítico nos processos educativos. Outro estudo realizado por Panunzio et al. (2007), na Itália, verificou que as atividades de EAN quando realizadas por professores são mais eficazes do que quando realizadas somente por nutricionistas.

Porém, estudos (SILVA, 2018; SCARPARO, 2017) que se propõe avaliar a percepção dos professores sobre a alimentação escolar e o papel da EAN no ambiente escolar para a promoção de bons hábitos alimentares têm demonstrado que apesar dos professores acharem o tema importante e que a escola tem um papel fundamental na formação de hábitos saudáveis pelos alunos, muitos não se sentem capacitados para abordarem o tema e acabam por realizar uma educação bancária por meio dos conteúdos existentes nos livros didáticos. É importante ressaltar que para que o professor se transforme em agente promotor de hábitos alimentares saudáveis, é necessário que tenha, além dos conhecimentos teóricos sobre uma alimentação saudável, uma postura consciente de sua atuação na formação dos hábitos do aluno (DAVANÇO et al., 2004; BEZERRA et al., 2015). Dessa maneira, é importante a capacitação dos professores em temas relacionados à alimentação e nutrição e sua participação nas atividades de EAN e que sejam estimulados a abordarem o assunto nas disciplinas de forma transversal e interdisciplinar.

Com relação à necessidade de capacitar os professores sobre assuntos relacionados à alimentação para auxiliá-los na prática em sala de aula, já que os mesmos não tem essa formação em sua base curricular, devemos refletir sobre alguns pontos. Primeiro, essas capacitações não devem ter a função de adestramento, senão ocorre à boa e velha educação tradicional de reprodução de conhecimentos. É necessário que essas capacitações levem em consideração a história de vida dos sujeitos para que elas possam ter significados e não meramente mais um conteúdo a ser abordado em sala de aula, pois entendemos que a história de vida do professor e, nesse caso especificamente a representação social sobre alimentação, vai interferir em sua atuação em sala de aula. Segundo, é necessário pensar em que momento essa capacitação pode/deve ocorrer, já que como bastante mencionado no resultado de alguns dos trabalhos os professores relatam falta de tempo por se sentirem sobrecarregados em suas atividades. Sendo assim, fica o questionamento de como criar possibilidades para que esse profissional pode “abraçar” mais uma entre tantas demandas já existentes?

Um ponto que muitas vezes é esquecido e foi levantado no trabalho de Reis (2014) é que os professores colocaram a infraestrutura da escola como um empecilho para que as atividades realizadas no ambiente escolar se tornasse um atrativo para os alunos. Ainda

destacou o quanto essa falta de infraestrutura refletia em algum mal-estar que os tomava, e este, por sua vez, na sua relação com o trabalho desenvolvido.

Essa precária infraestrutura retratada no histórico da formação do bairro em estudo reflete também em sua escola. A estrutura física da escola não faz recordar um espaço agradável e atraente as crianças e adolescentes: muros altos, portão pesado em ferro, sem visibilidade entre os espaços; não há área verde, bem como espaços para prática de esporte e/ou para recreação infantil (mesmo abrigando também esse público). Tudo é somente concreto e cimento, dividido por grades em ferro. As paredes, em cor amarelo palha, descascadas e com infiltrações; piso das salas quebrado; os quadros brancos manchados e arranhados, dificultando a escrita e a leitura com o uso desse recurso.” (p.26).

De acordo com Freire (2013), o cuidado ou o não cuidado com o espaço escolar na cotidianidade dos professores e alunos promove um peso significativo na avaliação da experiência docente:

É incrível que não imaginemos a significação do ‘discurso’ formador que faz uma escola respeitada em seu espaço. A eloquência do discurso ‘pronunciado’ na e pela limpeza do chão, na boniteza das salas, na higiene dos sanitários, nas flores que adornam. Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço. (p.45).

Assim, percebemos que existe a necessidade dessas atividades serem desenvolvidas pelos professores, bem como sua capacitação, o envolvimento de todos da comunidade escolar, o apoio da direção escolar e que essa escola possua uma infraestrutura que apoie o desenvolvimento das atividades escolares e que promova o bem estar de todos os seus frequentadores. Porém, ao mesmo tempo em que sabemos que tudo isso é necessário, todos esses fatores também são desafios a serem superados.

Principais objetivos encontrados nos trabalhos e referencial metodológico utilizado

Analisando os objetivos (Tabela 6) dos estudos verificamos que grande parte dos trabalhos buscava avaliar pós-ação educativa os conhecimentos adquiridos, mudanças no comportamento alimentar e/ou mudanças no estado nutricional, aumento do consumo de frutas e hortaliças, mudanças no padrão alimentar. Os termos mais utilizados para descrever os objetivos foram: avaliar o conhecimento, avaliar o estado nutricional, avaliar o padrão alimentar e/ou consumo, verificar o impacto, avaliar um programa de EAN.

Em número menor os trabalhos tinham por objetivo: elaborar sequência didática em EAN; estudar aspectos pedagógicos e metodológicos em EAN; analisar a possibilidade das

hortas escolares nas atividades de EAN; elaborar um guia para professores; construir e validar um instrumento imaginético em EAN; avaliar a educomunicação como proposta de EAN ; identificar fatores que contribuem para a realização de refeições em famílias; compreender a proposta de atividade construtivista em EAN; analisar ações educativas no âmbito do PNAE; descrever experiência interdisciplinar; discutir limites e possibilidade de EAN na perspectiva do DHAA.

Aproximadamente 42% dos trabalhos não mencionaram um referencial teórico metodológico na prática realizada e apoiam o estudo em dados e trabalhos epidemiológicos (Tabela 4). Entre 2007 e 2012, aproximadamente 83% dos trabalhos utilizaram esse tipo de referencial, a partir de 2013 houve uma redução para 30% dos trabalhos (Gráfico 8). É importante ressaltar que apesar do aumento de trabalhos a partir de 2013 que utilizaram referenciais metodológicos, boa parte das pesquisas não descrevem a prática da ação educativa e sua relação com o referencial. Salientamos esse fato pelo alerta de Ramos (2013, p. 2158) ao fato por ele identificado de que “(...) ao delinear as metodologias a serem implementadas com objetivo claro de avaliar, pode-se basear apenas no resultado a ser alcançado, deixando de lado a opção pedagógica adotada, que é essencial em um processo educativo”, ou seja, pode haver uma desconexão entre opção teórica-metodológica e a ação realizada. Isso porque, de acordo com Bordenave (1980, p.75-102, Apud Ramos, 2013, p.2158) “os processos educativos, assim como suas respectivas metodologias e meios, têm por base uma concepção de como se consegue que as pessoas aprendam algo e, a partir daí, modifiquem seu comportamento”.

Os resultados que encontrei em minha pesquisa vão ao encontro às colocações de Ramos (2013). Muitos trabalhos, em seus referenciais, remetem a EAN a mudança de comportamento e/ou hábito alimentar e se basearam na educação verticalizada para alcançar os resultados. Além disso, encontramos em alguns estudos objetivos tais como: “Desenvolver um programa de educação nutricional e verificar seu efeito na absorção do conhecimento de nutrição nos adolescentes.” (CARAM, 2010, p.48); “Verificar os possíveis efeitos da orientação alimentar na ocorrência dos fatores de risco às doenças cardiovasculares”. (WEIGEL, 2015, p.28); “Avaliar o nível de conhecimento das crianças através de um questionário aplicado nas crianças antes e após a intervenção nutricional.” (PICERNI, 2016, p.28). “Avaliar a influência de ações educativas sobre mudanças nos motivos para a escolha dos alimentos e seu impacto sobre a qualidade da dieta em adolescentes”. (SANTOS, 2018, p.42). “Avaliar se a intervenção promoveu mudanças nos hábitos alimentares de adolescentes, bem como no ambiente das refeições em família”. (SILVA, 2015, p.50). Verificar se a

intervenção foi capaz de provocar mudanças comportamentais nos hábitos alimentares e no estilo de vida de adolescentes. (Zancul, 2008, p.52). “Examinar, segundo informação dos pais ou responsáveis, a ocorrência de mudança nas preferências e hábitos alimentares dos escolares após o desenvolvimento de um programa educativo”. (DETREGIACHI, 2008, p.27).

De acordo com Boog (2003) uma atividade educativa convencional, fundamentada na transmissão de informações é insuficiente para motivar mudanças significativas das práticas de saúde, isso porque fatos relativos à ação fisiológica dos nutrientes e manifestações de carências, advindas da sua ausência total ou parcial na alimentação, sensibilizam pouco os jovens para o processo de mudança. Segundo o Marco de Referência em EAN à educação alimentar e nutricional deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar, devendo promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2102).

Em contrapartida alguns trabalhos se destacaram não somente por descrever de forma mais refinada a metodologia aplicada, como também porque tirou o foco de avaliar os conhecimentos adquiridos, a mudança do comportamento e a composição corporal para realizar uma educação mais dialógica de forma a incentivar a autonomia dos sujeitos.

O trabalho de Fandini (2017) que estudou os aspectos metodológicos de ensino e a educação CTS/CTSA a partir do desenvolvimento de uma prática pedagógica em torno da educação alimentar fundamentou sua pesquisa em torno de três referenciais metodológicos, a sociocientíficas de Freire, a pedagogia dos projetos e a educação CTS/CTSA. As atividades foram abordadas em torno de três temas transversais (trabalho e consumo, saúde e meio ambiente) de forma a proporcionar a autonomia dos estudantes reconhecendo a importância local e regional em suas vidas. Os temas foram abordados em torno de questões sociocientíficas, sociotecnológicas e socioambientais. Ao fim da atividade foi construído um guia didático de Ciências abordando temáticas de educação alimentar, a relação entre a escola e o mundo do trabalho. Ainda segundo o autor a atividade educativa pode vir como alternativa para superar o ensino tradicional vigente por meio de temas transversais e práticas inter e transdisciplinares. Pareceu-nos uma opção interessante de trabalho, mais construtivo e educativo.

O trabalho de Silva (2016) buscou avaliar a contribuição da Educomunicação por meio do rádio para a promoção da educação nutricional. Os alunos que participaram voluntariamente das atividades receberam capacitação sobre a produção de conteúdos

radiofônicos e, posteriormente construíram um programa de rádio sobre alimentação. Os discentes tiveram autonomia para a produção dos conteúdos e foi aberto espaço para a discussão de situações relacionadas à realidade do público envolvido no uso da mídia radiofônica na escola. O autor ressalta que a atividade foi realizada com foco na autonomia dos sujeitos, pouco presente no modelo clássico de educação em que o educando é submisso a figura do professor. Sendo trabalhada a realidade dos educandos de forma a desenvolver a capacidade de oratória, expressão, desinibição, liderança, trabalho em grupo, para tornar o aprendizado mais dialógico, interativo e democrático.

O trabalho de Casemiro (2013) propôs discutir os limites e possibilidades para o desenvolvimento de estratégias de educação alimentar e nutricional na escola, pautadas pelo Direito Humano à Alimentação Adequada, tendo como ponto de partida as experiências desenvolvidas no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE) de Duque de Caxias. A pesquisa foi realizada por meio da educação popular, utilizando temas geradores e círculos de cultura proposto por Freire. Sua abordagem foi por meio de uma articulação intersetorial, interdisciplinar e multiprofissional através de uma educação dialógica. A autora ressalta que a escola e recebe muito bem as ações de saúde escolar, mas precisa reconhecer a necessidade de ocupar um lugar mais ativo e propositivo no debate sobre o PSE e PNAE.

Na Tabela 4 relacionamos o quantitativo dos referenciais indicados nos trabalhos

| Distribuição dos trabalhos quanto ao referencial teórico adotado | | | |
|---|---------------------|--|---------------------|
| Referencial | Nº trabalhos | Referencial | Nº trabalhos |
| Estudos epidemiológicos de intervenção | 21 | Construtivismo | 1 |
| Comportamento alimentar | 1 | Modelo transteórico | 1 |
| CTS- Alfabetização científica | 1 | PNAE | 1 |
| Teoria cognitiva social | 3 | Educação Sociocomunitária | 1 |
| Interdisciplinariedade | 1 | Aprendizagem mediada por Feuerstein | 1 |
| Metodologia Problematizadora | 2 | Tema gerador- Freire | 2 |
| Questões sociocientífica de Freire + Pedagogia dos projetos + Educação CTS/CTSA | 1 | Método do Arco de Maguerez + Metodologia Problematizadora de Paulo Freire | 2 |
| Aprendizagem significativa | 1 | Educação Popular & Saúde | 1 |
| Políticas públicas | 2 | Piaget | 1 |
| Educomunicação | 1 | Humanismo | 1 |
| Teoria da aprendizagem significativa + multiplicidade representacional | 1 | Material do Governo federal: Projeto Nutribrinca, Programa MyPlate e Programa “5 ao Dia” | 1 |

Tabela 4-Distribuição dos trabalhos quanto ao referencial teórico adotado

No Gráfico 8, fizemos a relação entre a quantidade de trabalhos por ano e a quantidade que utilizaram referencial epidemiológico para a pesquisa.

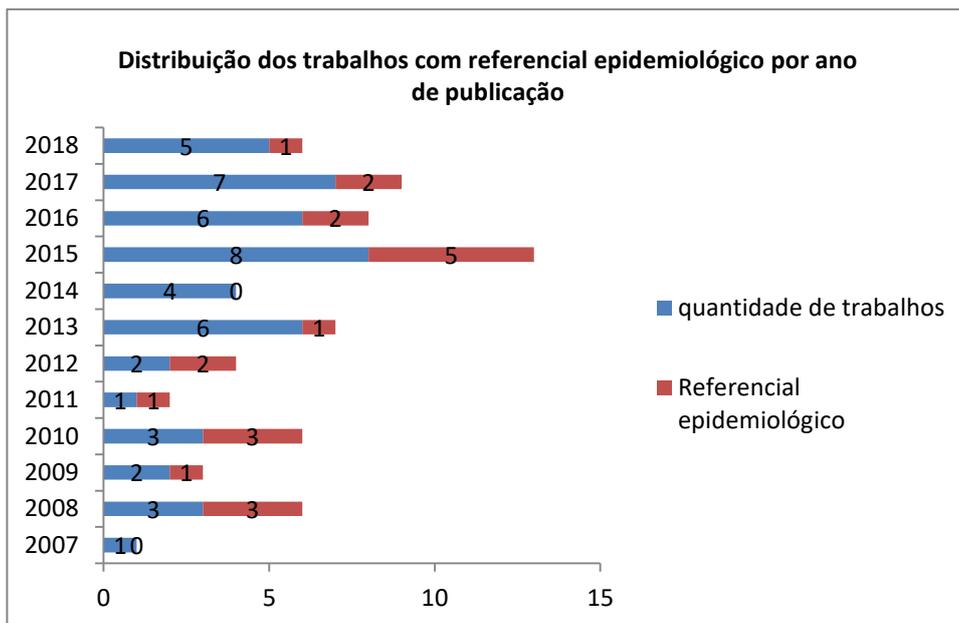


Gráfico 8- Distribuição dos trabalhos com referencial epidemiológico por ano de publicação.

Principais recursos didáticos utilizados nos trabalhos

Os principais recursos didáticos utilizados em cada trabalho foram sintetizados na Tabela 5. É possível observar a diversidade de recursos utilizados e que na grande maioria utiliza diversos recursos para realizar a ação educativa. Os recursos variam desde os mais tradicionais como palestras e aula expositiva, que nos remetem mais a uma educação bancária, até os menos tradicionais como hortas, radio comunicação, trabalho de campo entre outros.

O propósito aqui não é avaliar qual o recurso mais eficiente, pois na verdade muito provavelmente não existe um único recurso didático que daria conta de toda complexidade envolvida numa ação educativa. Nosso intuito é demonstrar a diversidade de possibilidades existente para realizar uma prática educativa em EAN e ressaltar que mais importante do que utilizar um recurso didático, é que eles sejam utilizados de forma contextualizada para explorar suas potencialidades, pois

O uso inadequado de um recurso didático pode resultar no que se chama 'inversão didática', isso acontece quando o material utilizado passa a ser visto como algo por si mesmo e não como instrumento que auxilia o processo de ensino e de aprendizagem, um exemplo disso, seria um professor que deve ensinar matemática com o uso do ábaco apenas deixar as crianças brincarem com o objeto sem resgatar a historicidade do mesmo e sua importância para o ensino da matemática. (SOUZA, 2007, p. 113).

Dessa forma, se faz necessário que os recursos utilizados sejam adequados e contextualizados para o grupo que será utilizado, e deve propiciar a integração dos educandos de forma a problematizar as questões, desenvolver a criticidade de maneira a incentivá-los a compartilhar e colocar em prática o que foi aprendido.

| Tipo de recursos didáticos utilizados nas ações educativas | |
|---|---|
| Análise da percepção do consumo de frutas em adolescentes participantes de um ensaio comunitário randomizado em Duque de Caxias – RJ. (PESSOA, 2018) | Jogos educativos; folhetos de receitas; aulas de culinárias; estratégias de autocontrole; atividade física; aulas com a temática hábitos alimentares saudáveis e troca de bebidas açucaradas por água. Pais dos alunos acima do peso as famílias foram visitadas por agentes comunitários visando estimular hábitos saudáveis. |
| Kdd na saúde escolar: na perspectiva do estado nutricional e do padrão alimentar. (SERRA, 2018) | Palestras sobre alimentação saudável, materiais didáticos informativos sobre alimentação saudável, material sobre alimentação saudável e atividade física da AMIL; estudo dirigido sobre pirâmide de alimentos (nutrição/prof. de Educação Física); Feira do conhecimento com ênfase em atividade física e alimentação saudável; proibição de lanches “não saudáveis; construção da horta escolar; aumento dos níveis de atividade física durante as aulas de Educação Física escolar; palestras sobre atividade e inatividade física; visita dos alunos à Universidade para vivenciar diferentes possibilidades de atividade física (escola/universidade) e uma visita em uma academia de ginástica para conhecer a possibilidade de atividades físicas em adultos; Atividades com jogos ativos na escola (escola/universidade); Capacitações de todos os professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino; Concurso e premiação de desenhos (entre os alunos) sobre “o que é uma família saudável”. |
| Educação nutricional em uma proposta CTS: desafios e possibilidades. (OLIVEIRA, 2018) | Sequência didática em sete aulas: reconhecer os componentes principais dos alimentos (carboidratos, lipídeos e proteínas) consumidos diariamente; reconhecer as propriedades químicas dos carboidratos, lipídeos e proteínas; relacionar as propriedades químicas dos alimentos às suas funções no organismo; compreender a inter-relação entre fatores históricos, sociais, tecnológicos e econômicos na composição dos padrões alimentares. |
| As ações educativas influenciam os motivos para a escolha dos alimentos e a qualidade da dieta de adolescentes? (SANTOS, 2018) | Dinâmicas, oficinas e discussões com a utilização de alimentos, materiais didáticos e audiovisuais. |
| Educação alimentar e nutricional a partir de uma perspectiva interdisciplinar no curso de agropecuária do instituto federal do sertão pernambucano – campus floresta Negra. (MERCANTI, 2018) | Jogos didáticos trabalhando a nutrição nas disciplinas Educação Física, Geografia e Sociologia. |
| Impacto de uma intervenção nutricional com instrumentos imagéticos para a promoção de práticas alimentares saudáveis entre adolescentes de Brasília-DF. (FONSECA, 2017) | Encontros abordando: alimentação saudável, classificação dos alimentos, importância da leitura dos rótulos e do olhar crítico para propagandas de alimentos, além da representação de refeições saudáveis e não saudáveis e seus teores de açúcar, gordura e sódio. Os materiais imagéticos utilizados foram desenhos, réplicas de alimentos e de embalagem. ., |

| | |
|--|--|
| Alimentação saudável e nutrição: uma abordagem com foco no ensino de ciências em escolas do ensino médio na cidade de pau dos ferros – RN. (MEDEIROS, 2017) | 1 palestra de 50 minutos |
| Desenvolvimento de um projeto de educação alimentar com enfoque CTS/CTSA no contexto do ensino médio público. (FADINI, 2017) | Oficinas, entrevistas, rodas de conversa, fotografias. |
| A utilização de hortas e composteiras no desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas para a promoção da saúde em duas escolas municipais de São Paulo. (PRAGER, 2017) | Hortas e composteiras como estratégia pedagógica |
| Elaboração de um guia pedagógico para o ensino de nutrição no ensino fundamental. (VALE, 2017) | Atividades lúdicas: oficinas culinárias, artesanato, jogos, oficinas de música. |
| Construção e validação de instrumento imagético de promoção de práticas alimentares saudáveis para adolescentes. (COSTA, 2017) | Fotografias |
| Nutrição escolar consciente: introdução da educação nutricional no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas públicas municipais de Duque de Caxias-RJ. (SILVA, 2017) | Oficina culinária e jogos educativos |
| A educação alimentar no ensino de ciências: o caso das dietas alimentares. (LEITE, 2016) | Oficinas |
| Efeitos de processo educativo nutricional sobre o nível de conhecimento de escolares na prevenção e controle da obesidade infantil. (PICERNI, 2016) | Vídeo roda de conversa, aula expositiva |
| Educomunicação e rádio escola: uma proposta de educação nutricional para adolescentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Luís Maracaná. (SILVA, 2016). | Rádio comunicação |
| Aprendizagem Significativa Conceitual, Procedimental e Atitudinal na Educação Alimentar e Nutricional, no Ensino Fundamental, por meio de Multiplicidade Representacional. (FRASSON, 2016) | Aula expositiva, mapa conceitual, atividade prática, debates e produção de histórias em quadrinhos |
| Efetividade de intervenções em creches públicas pautadas na educação alimentar e nutricional com diferentes abordagens na promoção da alimentação complementar saudável. (CÂNDIDO, 2016) | Informativos/cartazes sobre A.S (grupo controle e intervenção) e reuniões sobre A.S com pais e cuidadores (grupo intervenção) |
| Promoção de hábitos alimentares saudáveis entre alunos do ensino fundamental i da rede adventista do vale do paraíba: lições aprendidas em quatro anos de intervenção. (LANNES, 2016) | Ações simultâneas de educação nutricional, intervenções na alimentação escolar e avaliação do estado nutricional dos alunos. |
| Programa de promoção de hábitos saudáveis em escolas da rede pública de ensino fundamental no interior do rio grande do sul: ensaio clínico randomizado. (SCHUH, 2015) | Seminários e oficinas, com auxílio de material lúdico para explanação e fixação do conteúdo, abordando atividade física, alimentação e bullying |
| Avaliação de um programa para desenvolvimento de alimentação saudável em uma escola. (MOREIRA, 2015) | Oferta de frutas e hortaliças; livro com personagem para servir como modelo de hábitos alimentares; construção de uma horta escolar; entrega de potes para crianças levarem frutas ou hortaliças para a escola; cartas para envolver os familiares na intervenção; e colheita e consumo dos alimentos plantados na horta |

| | |
|---|---|
| Educação nutricional através do processo de ensino aprendizagem baseado na metodologia da problematização. (LANES, 2015) | Capacitação dos professores de ciências e EF (palestras e debates); atividade interdisciplinas entre ciências e EF para os alunos. Construção de e-book para suporte metodológico. |
| Efeito de uma intervenção interdisciplinar nos fatores de risco às doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes com sobrepeso e obesidade. (WEIGEL, 2015). | Exercícios físicos de intensidade moderada à intensa; reeducação postural, orientação nutricional (palestras educativas, teatros, realização de folders junto aos alunos, aulas de culinária saudável na cozinha da escola, visualização de filmes, jogos educativos, brincadeiras com massa de modelar, implantação de uma horta frutífera) e educação bucal. |
| Educação nutricional nas escolas e seu impacto sobre o hábito alimentar e o estado nutricional de crianças de 6 a 8 anos. (JUGEND, 2015). | Palestras com os pais; atividades lúdicas com as crianças e o dia do lanche saudável no recreio; atividade física semanal. |
| "Hábitos Saudáveis, Meninas Saudáveis": estratégia de intervenção em alimentação saudável e refeições em família de adolescentes de escolas técnicas. (SILVA, 2015). | Envio de mensagens de texto, seminários, oficinas de nutrição, incentivo à prática de atividade física, uso de pedômetros, cartas enviadas aos pais, subsidiando estratégias para promoção de alimentação saudável e atividade física |
| Efeito de um programa de intervenção com educação nutricional e atividade física na prevenção da obesidade em escolares: um estudo controlado randomizado. (FRIEDRICH, 2015). | Gincana; atividade física e aula de EAN. |
| Promoção da alimentação adequada e saudável na escola: limites e possibilidades de uma proposta educacional. (OLIVEIRA, 2015). | Programa educativo com 8 atividades práticas com a finalidade de ampliar o conhecimento, habilidades e atitudes positivas entre os adolescentes em relação a alimentação saudável por meio da pedagogia da problematização |
| No mundo da imaginação se encaixa a alimentação: estudo sobre uma proposta de ensino construtivista envolvendo hábitos alimentares para a educação infantil. (PRODES, 2014) | Visita ao museu e atividades lúdicas |
| O impacto da promoção de ações continuadas de educação alimentar e a representação social dos alimentos na redução de sobrepeso e obesidade em adolescentes. (FIGUEIREDO, 2014). | Aulas e oficinas práticas sobre alimentação saudável. |
| Educação alimentar e nutricional: análise de um projeto interdisciplinar no ensino fundamental de uma escola pública de Salvador – Bahia. (REIS, 2014) | Inserção do tema alimentação e nutrição nas disciplinas de forma interdisciplinar |
| O saber da merenda: práticas educativas no contexto da alimentação escolar. (DYSARZ, 2014). | Hortas e cardápio escolar |
| EDUCANDO SABORES Introduzindo o cuidado nutricional no cotidiano escolar da criança. (CALEGARI, 2013) | Práticas inclusivas de atividades coletivas como gincanas, brincadeiras, música e dança, vídeos, produção de alimentos junto às crianças em ambiente de cozinha, encartes para colorir. Palestras destinadas aos familiares, amigos, funcionários das instituições participantes do projeto e à comunidade em geral. Desenvolvimento de receitas saudáveis e saborosas, com orientação sobre higiene alimentar e fornecimento de livreto de receitas. |
| Aprendizagem Mediada: uma proposta de intervenção mediacional para a promoção de hábitos alimentares saudáveis em pré-escolares. (MUNIZ, 2013). | Histórias infantis, oficinas de alimentação saudável e construção de portfólio. |

| | |
|---|--|
| Educação nutricional de pré-escolares: consumo de alimentos ricos em ferro e vitamina c. (BRASIL, 2013) | Atividades lúdicoeducativas de educação nutricional utilizando um grupo de super-heróis denominados “Esquadrão da Saúde”. Etapas: Sensorial, Modelagem, Manutenção e Avaliação. |
| Refeitório escolar: espaço de aprendizagem e troca de conhecimentos sobre alimentação. (COSTA, 2013). | Degustação de receitas, cartazes, exibição de propagandas de TV. |
| Educação alimentar e nutricional: um estudo de intervenção em uma escola pública de salvador – bahia. (SILVA, 2013). | Círculo de cultura sobre hábitos alimentares e de atividade física e sobre participação na escolha e preparação da alimentação da família. oficina culinária, vídeo-debate sobre agricultura familiar e urbana, sarau de poesias, exposição de fotografia sobre a alimentação no mundo. |
| CULTURA, PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR & SAÚDE: a educação alimentar e nutricional como lugar de encontro na escola. (CASEMIRO, 2013). | Oficina culinária, vídeo-debate sobre agricultura familiar e urbana, sarau de poesias, exposição de fotografia sobre a alimentação no mundo. |
| Aptidão física relacionada à saúde de alunos do ensino fundamental participantes de programa para mudança do estilo de vida na escola. (HULSHOF, 2012) | Brincadeiras e jogos sobre alimentação saudável e educação física. |
| Promoção da alimentação saudável no âmbito do programa escola integrada: influência no perfil nutricional de crianças e adolescentes.(ZANIRATI, 2012). | Oficinas de educação nutricional e oficina culinária. |
| Avaliação do impacto de uma intervenção de promoção de frutas e hortaliças sobre o consumo desses alimentos por alunos e professores de escolas públicas. (FARIAS, 2011). | Curso de formação básica aos professores, merendeiros e coordenadores pedagógicos. |
| Hábitos alimentar, intestinal, estado nutricional, atividade física, imagem corporal e subsídios para um programa educação nutricional. (CARAM, 2010). | Orientação nutricional individual; orientação nutricional individual e em grupo e Grupo de alunos sem orientação nutricional. |
| Eficácia de um programa de educação alimentar e nutricional para o aumento do consumo de hortaliças e frutas por escolares. (NASSER, 2010). | Dinâmicas lúdico pedagógicas com os alunos |
| Promoção da alimentação saudável: proposta de implantação de um programa de educação nutricional em escolas. (CONCEIÇÃO, 2010). | Oficinas de EAN |
| Unidades didáticas: uma proposta metodológica humanista sobre alimentação e saúde no ensino fundamental. (SOUZA, 2009). | Construção e aplicação de Unidades didáticas |
| Estratégias educativas sobre alimentação saudável para pré-escolares: da concepção à avaliação. (PINHEIRO, 2009). | Jogos; livros; pôster e músicas relacionadas ao tema. |
| Implementação de um programa de prevenção de obesidade para adolescentes em ambiente escolar - efeitos sobre medidas antropométricas e práticas alimentares. (VARGAS, 2008). | Dinâmica dos alimentos, Apresentação e discussão dos filmes do Programa “Fome Zero”, Concurso do Slogan para divulgação do projeto , Elaboração e distribuição do exemplar do jornal com matérias sobre o projeto , Concurso da música , Exibição e discussão sobre propagandas de alimentos , Oficina dietética , Apresentação do filme “Super Size Me – a dieta do palhaço” , Olimpíadas escolares |
| Orientação nutricional e alimentar dentro da escola: Formação de conceitos e mudanças de comportamento. (ZANCUL, 2008). | Discussões, apresentação de filmes, elaboração de cartazes, dramatização, leitura de textos, aplicação de jogos e dinâmicas nas aulas de ciências. |

| | |
|--|---|
| Programa de orientação a professores para o desenvolvimento de projeto educativo Efeito na aprendizagem acerca de alimentação saudável. (DETRREGIACHI, 2008). | Utilização do material educativo do projeto “Criança Saudável, Educação Dez”, idealizado e distribuído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que é composto por revista em quadrinhos para os alunos e um caderno para o professor. |
| O comer consciente: perspectivas para a educação alimentar na infância. (WISNIEWSKI,2007). | Aula de culinária para as mães pela estrutura da Pastoral da criança; confecção de cartazes, teatro, produção de textos com o tema alimentação saudáveis realizados pelos alunos com auxílio dos professores; alunos degustaram receitas preparadas pelas mães. |

Tabela 5-Principais recursos didáticos

Principais métodos e instrumentos de avaliação dos trabalhos

Dos trabalhos analisados, 15 estudos (31,25%) se caracterizavam por apresentar a comparação de grupo intervenção X grupo controle randomizado ou não. Esse tipo de análise demonstra a essência de uma visão biológica das ações de EAN. Isso porque, partindo do princípio que a EAN não deve ser realizada simplesmente por meio de uma transmissão de orientações e conhecimentos, por intermédio de uma educação bancária, e que a alimentação está permeada por aspectos culturais, sociais e psicossociais, realizar generalizações por meio de comparações entre grupos se torna um fator limitante, pois mesmo que esses grupos sejam “controlados” para serem mais parecidos possíveis cada participante apresenta uma história de vida e ela vai interferir diretamente em sua relação com o alimento.

Dessa maneira, consideramos limitantes os trabalhos que procuram comparar grupos de indivíduos para dizer se a ação foi efetiva ou não. Isso porque um dos desafios existente nas ações de EAN é se uma mesma atividade é possível ser fielmente replicada em um outro grupo obtendo os mesmos resultados, já que não se trata de um estudo biológico e/ou laboratorial, mas sim uma ação educativa num dado contexto temporal e social.

Entre os métodos de avaliação dos resultados os mais utilizados (Tabela 6) foram: os conhecimentos de nutrição adquiridos por meio de questionários com perguntas abertas e/ou fechadas; mudança do consumo alimentar por meio de questionário de frequência alimentar e/ou recordatório de 24 horas; mudança no estado nutricional pós-intervenção por meio de avaliação antropométrica com aferição de peso, circunferência da cintura (CC), avaliação de dobras cutâneas e/ou análise de exames bioquímicos.

É interessante que, conforme vimos no tópico anterior (Tabela 5), apesar da diversidade de recursos didáticos utilizados não ação de EAN ainda prevalece uma avaliação tradicional das ações desenvolvidas.

Com relação ao tempo de duração das ações educativas variou de 50 min até 4 anos (Gráfico 9). É curioso observar essa variedade de tempo de duração das ações de EAN. Temos atividades de 50 min, atividades de alguns dias, outras de alguns meses e até de anos. Ou seja, independente da duração é uma ação de EAN que se propõe a alcançar um resultado.

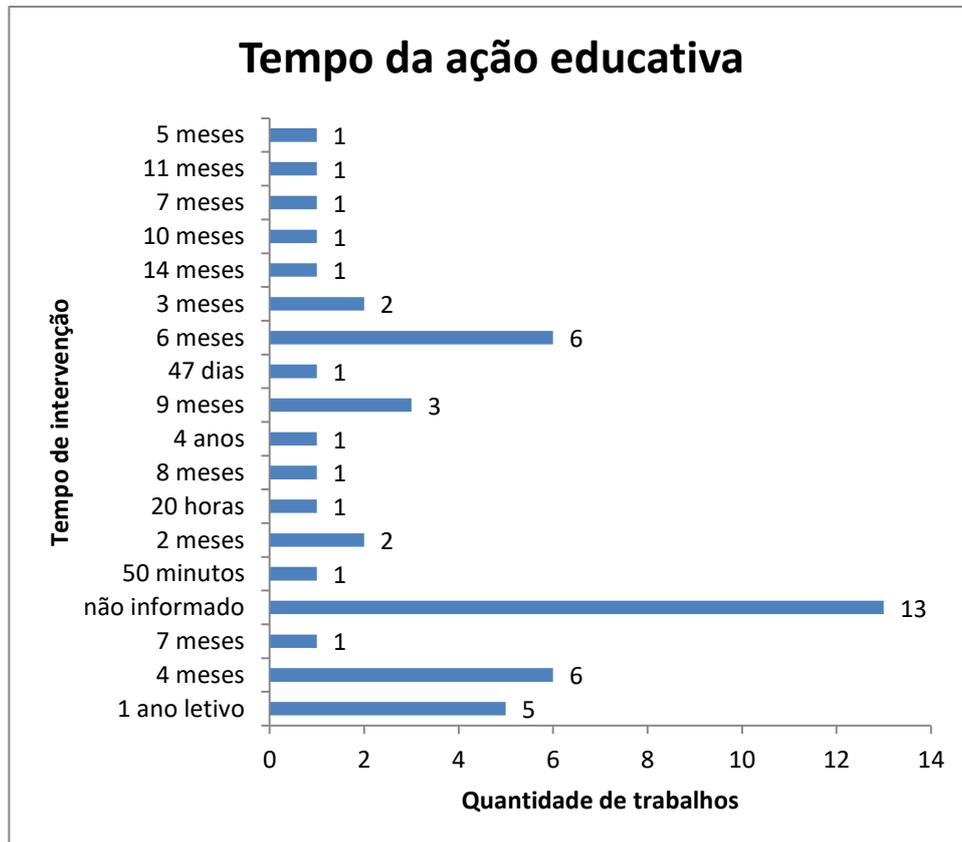


Gráfico 9-Quantitativo de trabalhos por duração de tempo da ação educativa.

Conforme já discutido, grande parte trabalhos utiliza algum tipo de questionário para avaliar os resultados pré e pós-intervenção. De acordo com um estudo realizado por Vargas et al (2011) que avaliava a eficácia de um programa de intervenção com adolescentes ressalta que ao avaliar a intervenção com questionários pré e pós no lugar de observação direta pode ocasionar que:

Os estudantes não tenham modificado suas práticas, mas reportado práticas mais adequadas à norma do programa na avaliação pós-intervenção [...] não se pode descartar a possibilidade de que, na fase pós, os estudantes possam ter dado respostas mais condizentes com o que aprenderam com as atividades desenvolvidas no programa, e não propriamente suas práticas. (p. 65).

As colocações de Vargas et al (2011) vai ao encontro ao que encontrei na pesquisa de Weigel (2015, p.74): “A intervenção promoveu a redução do colesterol total, na

circunferência de cintura (...) a maioria dos escolares da pesquisa (86,25%) apresentou ingestão calórica **abaixo** (*grifo meu*) do recomendado ao **final da intervenção** (*grifo meu*), sendo maior a inadequação no grupo **intervenção** (*grifo meu*), pois com a intervenção acaba-se criando um vínculo com os escolares, o que pode ter causado uma subestimativa do VET pelo **constrangimento** (*grifo meu*) das crianças e adolescentes contarem o que comeram realmente”.

Ou seja, apesar dos questionários serem uma ferramenta útil, eles precisam ser utilizados com cautela e, preferencialmente não serem utilizados isoladamente como resposta para dizer se uma ação educativa promoveu resultados positivos ou não. Isso porque, conforme foi levantado por Vargas et al (2011) eles podem não estar refletindo as mudanças do comportamento em si, mas simplesmente que os alunos foram capazes de fornecer respostas condizentes com o que acabaram de vivenciar. Esse é um risco que se corre principalmente quando esses questionários pós-intervenção são utilizados logo após um curto período após a atividade realizada. Além do mais, caso as questões principais do questionário sejam voltadas para avaliar conceitos técnicos de nutrição adquiridos pós-intervenção, o resultado não deve ser extrapolado para uma mudança de hábito alimentar, visto que ter informações de conhecimentos técnicos não é suficiente para garantir a mudança de comportamento. Quanto a isso, Bizzo & Leder (2005) sinalizam que

A eficácia da educação nutricional ao escolar poderia estar concebida não circunscrita como simples verificação de conhecimentos, e sim evoluindo pela incorporação da avaliação de práticas e indicadores efetivos de saúde no decurso do processo educativo (avaliação de processo) e convergindo para replanejamentos de aperfeiçoamento (produto de avaliação de resultado), sinergizada por complementaridade entre variáveis quantitativas e qualitativas. (p. 663).

Assim, deve-se ter o cuidado de não restringir a avaliação de uma ação de EAN/ educação em saúde à mensuração do conhecimento técnico científico dos indivíduos pós-intervenção, pois significaria culpabilizar os sujeitos pela sua condição de saúde/vida após os “conhecimentos” adquiridos.

Com relação à avaliação antropométrica, que também foi bastante utilizada nos trabalhos, as maiorias dos trabalhos não encontraram alteração na composição corporal após a ação educativa. Segundo os próprios autores esse fato justifica-se pelo curto período de realização das ações educativas não ter sido suficiente para promover alteração corporal.

A intervenção foi efetiva para ambos os sexos, com os meninos obtendo um aumento maior na prevalência de eutrofia (SERRA, 2018, p.64).

Não houve resultado significativo na evolução da composição corporal dos alunos avaliados que acompanharam os quatro anos de intervenções (LANNES, 2016, p.76)

A intervenção promoveu a redução do CT, na circunferência de cintura e no aumento do colesterol HDL, no sexo masculino do grupo intervenção; diminuição do percentual de gordura, triglicerídeos e colesterol LDL, (WEIGEL, 2015, p.74).

Não houve redução do índice de sobrepeso e obesidade, mas houve redução de IMC(JUGEND, 2015, p.99)

A intervenção promoveu a redução no índice de massa corporal (IMC); redução não significativa na circunferência da cintura e do % de gordura corporal (FRIEDRICH, 2015, p.8).

(...) houve aumento do peso corporal, porém com redução da circunferência abdominal (...) não houve efeito da intervenção sobre peso corporal, IMC e CA (...) a intervenção não possibilitou mudanças significativas na aptidão dos escolares (HULSHOF, 2012, p.27)

A intervenção nutricional não promoveu alterações antropométricas, mas possibilitou algumas mudanças dietéticas positivas e outras a serem trabalhadas em ações futuras (ZANIRATI, 2012, p11).

O curto período de intervenção não foi suficiente para promover modificações nas medidas antropométricas, logo na frequência de sobrepeso entre os adolescentes (VARGAS, 2008, p.8)

Assim, a avaliação antropométrica pode ser um bom indicador de saúde no sentido biológico, já que nos fornece parâmetros sobre a condição física dos indivíduos e, biologicamente falando, sobre o risco de desenvolvimento de determinados problemas de saúde. Porém, quando estamos falando em educação precisamos ter o cuidado de não avaliar os resultados da EAN baseando-se exclusivamente nesses dados. Se pararmos para refletir na dimensão psicossocial da alimentação, que o ato de se alimentar é cultural, que envolve questões ambientais, políticas e que se alimentar não é simplesmente ingerir nutrientes, limitar a avaliação dos resultados da EAN em composição corporal é desconsiderar toda a essência que uma atividade educacional se propõe. A educação tem por objetivo proporcionar a autonomia dos sujeitos, por meios de reflexões sobre questões que permeiam seu ambiente social. Dessa maneira, a educação para proporcionar a autonomia precisa ser uma prática contínua e permanente.

Dessa maneira, é preciso considerar que atividades de EAN realizadas por curtos períodos ou como uma intervenção pontual podem promover ou não alterações nos parâmetros antropométricos, mas não podem garantir que houve uma mudança permanente de

comportamento e nem mesmo que o processo educativo de fato ocorreu, ou seja, não podemos garantir uma relação de causa e efeito.

REFLEXÕES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO CAMPO CIENTÍFICO

Após mensurar os resultados encontrados e realizar algumas discussões, venho nesse capítulo estabelecer um diálogo de cunho reflexivo a respeito de alguns resultados encontrados e desafios que acreditamos que precisam ser superados no desenvolvimento das ações de EAN no campo científico.

Nas últimas décadas a escola tem sido considerada um espaço privilegiado para a promoção da saúde e, com isso, diversas políticas públicas incorporam a alimentação escolar como forma estratégica para promoção da saúde. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Portaria interministerial nº1010/2006 e o Programa Saúde na Escola (PSE) são as políticas públicas que formam o arcabouço da educação alimentar e nutricional e/ou da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar. Assim, de acordo com essas e outras políticas, as ações de EAN no ambiente escolar não devem estar restritas a ações educativas a serem realizadas de forma pontual e verticalizadas na transmissão de informações, mas sim, inserida no cotidiano escolar. Dessa forma, temos o desafio repensar a alimentação escolar como instrumento que oportuniza a promoção da alimentação saudável.

A publicação do Marco de Referência em EAN em 2012 veio consagrar de forma a orientar a realização das ações de EAN assumindo as metodologias críticas, problematizadoras e dialógica de forma a promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis estimulando a autonomia dos indivíduos, valorizando a cultura local e respeitando os significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

Esse crescente número de políticas públicas estabelecendo a EAN na escola como forma de promoção da saúde, seja através da realização de atividades por meio do nutricionista responsável técnico do PNAE, ou seja, por meio da sua abordagem pelos professores de forma transversal e interdisciplinar no currículo escolar, me motivou a realizar essa revisão. Queria entender como está à produção científica na área, já que as pesquisas científicas podem nos orientar em como colocar a teoria em prática. Porém, no decorrer da pesquisa, comecei a observar o quão complexo e desafiador tem sido colocar em prática ações de EAN no ambiente escolar e, como primeira contribuição desse estudo, foi possível identificar nos trabalhos uma lacuna entre as políticas públicas e a EAN na prática.

É importante deixar claro que uma política quando desenhada em um papel sempre vai ser desafiadora quando colocada em campo, afinal de contas estamos lidando com pessoas e

com isso, as ações estão envoltas em determinantes sociais, psicossociais, culturais, estruturais, financeiros entre outros. Assim, alguns trabalhos colocaram como desafio a questão estrutural das escolas, o desafio em envolver os pais nas atividades e a dificuldade dos professores em adicionar a EAN no currículo devido ao excesso de trabalho.

Durante a pesquisa, buscando a aproximação com alguns estudos que se propõem a avaliar o percurso histórico da EAN até os dias atuais (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2008; SANTOS, 2012; AMPARO, 2013), muitos sinalizam a escassez de um referencial teórico metodológico nas ações e esse foi um resultado que encontramos na pesquisa. Muitos trabalhos não utilizam um referencial metodológico e justificam suas ações por meio de estudos epidemiológicos de intervenção realizando uma EAN tradicional que se propõe a avaliar uma ação educativa de forma a promover mudanças no comportamento e/ou hábito alimentar dos sujeitos. Essas atividades são em grande parte mensuradas por meios de questionários e/ou avaliação nutricional/ antropométrica de forma a “palpar” os resultados atingidos. Ainda encontramos trabalhos que mencionam o referencial teórico metodológico utilizado, mas a teoria acaba não condizendo com a prática, prevalecendo o modelo tradicional com foco em uma mudança comportamental.

Um dos objetivos para a revisão de literatura sobre o tema era buscar elementos nas pesquisas que nos indicasse ações que pudessem ser desenvolvidas. Porém, algumas ações educativas não foram descritas com clareza, mencionaram os conteúdos abordados, mas não descreveram o processo para realização das ações. A partir dessas observações e dos resultados que encontramos, identificamos dois grandes desafios, no campo científico, que temos hoje em torno da EAN: como desenvolver uma EAN que possa promover práticas alimentares saudáveis respeitando o hábito e a cultura alimentar dos sujeitos? E como mensurar os resultados das ações desenvolvidas?

Sabemos que uma ação de EAN deve promover prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012). Mas porque será que é tão difícil desenvolver uma EAN problematizadora e dialógica para promover essa autonomia? Por que em muitas pesquisas ainda prevalece uma EAN vertical de transmissão de informações para a mudança do comportamento?

Segundo Contreras e Arnaiz (2011, p.129), o hábito alimentar é um “conjunto de representações, crenças, conhecimentos e práticas herdadas ou aprendidas que estão associadas à alimentação e são compartilhadas por um determinado grupo social” Sendo assim, o hábito é reflexo da cultura alimentar de uma sociedade.

A partir dessa perspectiva do hábito alimentar podemos compreender que comer vai além da ingestão de nutrientes para suprir as necessidades fisiológicas. A alimentação está envolta em uma subjetividade que vai ser impactada pelas emoções, prazer, relações econômicas e sociais dos sujeitos. Assim, de acordo com Fischler (2001) o ser humano nutre-se também de imaginário e de significados, partilhando representações coletivas. Dessa forma, tanto o biológico quanto o subjetivo são igualmente importante na formação da cultura e hábito alimentar dos sujeitos. Isso porque, para serem comidos, ou comestíveis, os alimentos precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados e preparados ou processados pela culinária, sendo tudo isso matéria cultural (CANESQUI e GARCIA, 2005a).

Para DaMatta (1986, p.36):

(...) alimento é tudo aquilo que pode ser ingerido para manter uma pessoa viva, comida é tudo que se come com prazer, de acordo com as regras mais sagradas de comunhão e comensalidade. Em outras palavras, o alimento é como uma grande moldura; mas a comida é o quadro, aquilo que foi valorizado e escolhido dentre os alimentos; aquilo que deve ser visto e saboreado com os olhos e depois com a boca, o nariz, a boa companhia e, finalmente, a barriga....

O hábito alimentar começa a ser moldado na infância no ambiente familiar por meio da cultura e tradição local, porém não é estático e ao longo da vida, pode modificar-se em decorrência de novas experiências com o meio. Nesse contexto, o ambiente escolar se torna um espaço privilegiado para contribuir com a formação do hábito alimentar dos sujeitos, porque a escola é um local que possibilita a de troca de saberes e experiências entre toda a comunidade escolar.

A comida não é 'boa' ou 'ruim' por si só: alguém nos ensinou a reconhecê-la como tal. O órgão do gosto não é a língua, mas o cérebro, um órgão culturalmente (e, por isso, historicamente) determinado, por meio do qual se aprendem e transmitem critérios de valoração. Por isso, esses critérios são variáveis no espaço e no tempo: o que em determinada época é julgado positivamente, em outra pode mudar de caráter: o que em um lugar é julgado como guloseima, em outro pode ser rejeitado como repugnante. A definição do gosto faz parte do patrimônio cultural das sociedades humanas. (MONTANARI, 2008, p. 95)

A partir dessas significações em torno da comida, do alimento, é possível enxergar o quão complexo é mudar um hábito alimentar, principalmente quando se dá por meio da transmissão vertical de informações nas ações de EAN. Se o ato de se alimentar é repleto de significados, as ações educativas devem possuir significados aos sujeitos para que eles possam almejar uma mudança alimentar de forma voluntária.

Contudo, muitos trabalhos justificam a necessidade de desenvolver as ações de EAN devido ao aumento da obesidade e DCNT's e, esperam que por meio da ação desenvolvida, muitas das vezes pela transmissão de informações, que os comportamentos dos sujeitos sejam modificados. Sim, passamos por uma transição epidemiológica que se tornou um problema de saúde pública e certamente as mudanças nos padrões alimentares contribuíram para o aumento das DCNT's. Porém, essa mudança no padrão alimentar ocorreu devido a todo um percurso histórico e foi sendo influenciada por diversos fatores como a modificação no processo de produção de alimentos, a industrialização, a mídia dos alimentos, determinantes sociais, econômicos, dentre tantos outros. Fatores esses que vão muito além do que uma EAN verticalizada consegue alcançar.

Vivemos em uma sociedade democrática em que a autonomia e o poder de escolhas dos sujeitos são aspectos valorizados, logo informar aos sujeitos sobre o que eles devem ou não comer de certa forma é retirar deles a sua autonomia e poder de escolha. Da mesma forma, realizar uma ação educativa que se propõe a ouvir os sujeitos com o intuito de avaliar suas percepções sobre alimentação, mas que no fim direciona condutas sobre alimentação saudável dizendo o que os sujeitos devem ou não fazer restando a eles seguir as informações oferecidas, também é uma forma de não privilegiar sua autonomia e poder de escolha.

Montanari (2008) coloca que gosto é um produto social e cultural da humanidade:

Se todos os comportamentos sociais passam por um momento de escolha, os mecanismos pelos quais a escolha se realiza são, no entanto, diferentes, e, se quisermos falar dos “modelos do gosto”, de como eles se formam e se modificam no tempo, uma pergunta que não podemos deixar de colocar é: o gosto de quem? (p. 109).

Por isso, é importante que as ações de EAN problematizem aspectos contextuais do sistema alimentar, do comportamento individual, da comunidade em relação às escolhas e práticas alimentares, influência da mídia no consumo alimentar, dentre outras questões. Isso porque para que os sujeitos tenham o desejo de realizar uma mudança é necessário que eles compreendam a interrelação entre os determinantes comportamentais, políticos, econômicos e culturais da alimentação. Para Morin (2003) a compreensão não é um ato explicativo, mas sim uma forma de se contextualizar o que se observa e estuda em uma determinada realidade:

Explicar é considerar o objeto de conhecimento apenas como um objeto e aplicar-lhe todos os meios objetivos de elucidação. De modo que há um conhecimento explicativo que é objetivo, isto é, que considera os objetos dos quais é preciso determinar as formas, as qualidades, as quantidades, e cujo comportamento conhecemos pela causalidade mecânica e determinista. A explicação, claro, é necessária à compreensão intelectual ou objetiva. Mas é insuficiente para a compreensão humana.” (MORIN, 2003, p.93).

Dessa maneira, conforme colocado pelo Marco de EAN a educação alimentar e nutricional ultrapassa os processos de comunicação e de informação, no entanto, a forma como a comunicação é desenvolvida é fundamental e influencia, de maneira decisiva, nos resultados. A comunicação ultrapassa os limites da transmissão de informações e a forma verbal, compreendendo o conjunto de processos mediadores da EAN. Neste sentido, o Marco coloca que a comunicação no contexto da EAN, para ser efetiva, deve ser pautada na: escuta ativa e próxima; reconhecimento das diferentes formas de saberes e de práticas; construção partilhada de saberes, de práticas e de soluções; valorização do conhecimento, da cultura e do patrimônio alimentar; comunicação realizada para atender às necessidades dos indivíduos e grupos; formação de vínculo entre os diferentes sujeitos que integram o processo; busca de soluções contextualizadas; relações horizontais; monitoramento permanente dos resultados; formação de redes para profissionais e para setores envolvidos, visando trocas de experiências e discussões. (BRASIL, 2012).

Sendo assim, para estimular a autonomia dos educandos e problematizar as ações educativas é necessário que as atividades sejam realizadas incentivando a participação dos alunos de forma ativa na alimentação escolar. Isso porque a alimentação escolar não só pode como deve ser utilizada como instrumento pedagógico. Nas escolas públicas temos o PNAE que tem dentre os seus objetivos a promoção de hábitos alimentares saudáveis e nas escolas privadas, apesar de não serem regidas pelo PNAE, existem as cantinas escolares. Ou seja, independente da forma com que as refeições são “servidas” e partilhadas entre estudantes a alimentação escolar deve integrar as ações educativas já que a escola é um espaço de socialização alimentar.

“Comer é uma experiência social que envolve trocas simbólicas, acordos e negociações constantes sobre o significado dos alimentos em uma cultura.”
(BARBOSA et al, 2013; p.941)

Assim, o objetivo da EAN não deveria ser mudar o comportamento alimentar, mas desenvolver a autonomia dos educandos de forma a possibilitar que os mesmos atuem intencionalmente e com independência de influências (liberdade). (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2008).

Pensando em todos esses aspectos a EAN torna-se um campo complexo com práticas desafiadoras havendo a necessidade de desenvolver estratégias que deem conta da subjetividade dos sujeitos e maneiras de dimensionar o processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação de maneira alguma esgota os debates em torno da temática. Isso porque a EAN é um tema bastante complexo já que está permeada por questões subjetivas dos sujeitos. Assim, é uma temática que pode ser estudada por diversas perspectivas de forma a explorar suas possibilidades e superar seus desafios.

No entanto, não há dúvidas de que a escola é um espaço propício para as ações de EAN e promoção da saúde. Isso porque, o ambiente escolar é um espaço que se fundamenta na aprendizagem e compartilhamento de experiências tornando a escola um espaço estratégico para o desenvolvimento das ações de EAN. Assim, comer é um ato social, e a escola propicia essa socialização por meio das refeições/ alimentação servida ou preparada no ambiente escolar. Dessa maneira, utilizar a alimentação escolar como instrumento pedagógico é uma forma de desenvolver a autonomia e poder de escolha dos sujeitos.

É importante ressaltar que apesar do cenário epidemiológico ser justificativa para grande parte das ações de EAN, o conhecimento sobre alimentação não tem sido suficiente para a mudança dos hábitos alimentares. Ou seja, a ação de EAN baseada em uma educação tradicional, realizada de forma verticalizada, por meio da transmissão de informações, não tem sido eficiente. Havendo a necessidade de aprimorar as metodologias baseadas na problematização de forma a buscar a autonomia dos sujeitos para que desenvolvam uma consciência crítica e possam construir conhecimentos que levem ao desejo de optar por práticas alimentares mais saudáveis.

Com relação à execução das ações de EAN referencio aqui a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 que rege o PNAE onde fica bem claro que essas atividades devem ser realizadas de forma conjunta por toda comunidade escolar, ou seja, a promoção da alimentação saudável deve ser responsabilidade do nutricionista, professor, direção e coordenação pedagógica.

(...) compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios promover a educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental nas escolas sob sua responsabilidade administrativa, com o intuito de formar hábitos alimentares saudáveis aos alunos atendidos, mediante atuação conjunta dos profissionais de educação e do nutricionista responsável técnico. (art 17, inciso III).

Em relação à atuação dos profissionais da área da educação é necessário que percebam a alimentação escolar não como forma de “acalantar” a fome do aluno, mas como uma ferramenta pedagógica extremamente potente para a promoção da saúde. Existe ainda a

necessidade que se oportunizem espaços de diálogo para que os educadores possam incluir a temática de forma transversal e interdisciplinar no currículo, pois sem diálogos entre os atores da comunidade escolar esse objetivo fica muito distante de ser alcançado.

Dessa maneira, é importante que se estabeleça uma parceria entre o nutricionista e toda a comunidade escolar, mas principalmente com os professores. Pois possibilitará um espaço para trocas de saberes (educadores->nutricionista; nutricionista->educadores) para que conjuntamente possam entender a realidade local e estabelecer planejamentos e metas para o melhor desenvolvimento das atividades para a promoção dos hábitos alimentares saudáveis.

Dessa maneira, acreditamos que temos como principais desafios a serem superados: o desenvolvimento de estratégias para a realização de uma EAN que seja promotora de saúde e ao mesmo tempo respeite o hábito e cultura alimentar dos sujeitos; o aprimoramento das metodologias problematizadoras que transfira o foco da mudança do comportamento para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos; oportunizar espaços de diálogos para que a EAN possa ser inserida de forma transversal e interdisciplinar no currículo escolar e o desenvolvimento de estratégias para mensurar os resultados das ações desenvolvidas.

Existem ainda outros desafios a serem superados como, por exemplo, a estrutura física das escolas, a sobrecarga de trabalho dos professores o baixo número de nutricionistas no ambiente escolar, desenvolver estratégias para aproximar os responsáveis das atividades escolares, dentre tantos outros fatores. Mas, que apesar de ser tão importante como tudo o que já foi discutido até aqui, não é o objeto da pesquisa nesse momento.

Ademais, como nos capítulos iniciais abordei a trajetória da EAN no Brasil, não poderia encerrar essa dissertação sem ressaltar a conquista que foi sendo construída ao longo de décadas que é ter uma política de educação alimentar e nutricional na perspectiva do Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) e na garantia da segurança alimentar e nutricional. Conquista essa que foi sendo construída por meio da articulação de diversos setores (Ministério da Educação e Cultura- MEC, Ministério da Saúde- MS, Ministério do Desenvolvimento Social-MDS). Além da contribuição de instâncias de controle social com destaque para o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

Dessa forma deixo aqui registrado o quanto é preocupante quando no decorrer de toda essa história construída ao longo de décadas ter, no dia 1º de janeiro de 2019, a extinção do CONSEA por meio da Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 que posteriormente foi convertida na Lei nº 13. 844, de 18 de junho de 2019. Conselho esse composto por representantes da sociedade civil e representantes governamentais que tinha a função de

monitorar e avaliar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional de forma a garantir o DHAA. Sua extinção nos deixa alerta para como ficará o monitoramento das políticas públicas que, caso seja enfraquecida, pode ocasionar no enfraquecimento do Sisan- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Plansan- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. O professor universitário em aula. São Paulo: MG Editores Associados, 1990.

Alencar F, Ramalho LC, Ribeiro MVT. História da sociedade brasileira. 15. Ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico; 1996.

ALMEIDA-BITTENCOURT, Patrícia Afonso de; RIBEIRO, Paula Severino Azambuja; NAVES, Maria Margareth Veloso. Estratégias de atuação do nutricionista em consultoria alimentar e nutricional da família. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 22, n. 6, p. 919-927, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000600013&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732009000600013>.

ALVES, H.; WALKER, P. Educação alimentar e nutricional como prática social. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 499-508, 2013. DOI doi.org/10.12957/demetra.2013.6215. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/6215>. Acesso em: 14 out. 2019

AMPARO-SANTOS, Lígia. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 26, n. 5, p. 595-600, Oct. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732013000500010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732013000500010>.

ARAÚJO, A.L et al. O impacto da educação alimentar e nutricional na prevenção do excesso de peso em escolares: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, [s. l.], v. 11, n. 62, p. 94-105, 2017.

ARRUDA, B. K. G; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, Set. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292007000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 3 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292007000300011>.

BARBOSA, N. V. S *et al.* Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 937-945, 2013.

BEZERRA, K.F. et al. Conhecimento e abordagem sobre alimentação saudável por professores do ensino fundamental. **DEMETRA**, v. 10, n. 1, p. 119-131, 2015.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi; LEDER, Lídia. Alimentação Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental escola e autonomia. **Revista de Nutrição: Rev. Nutr.** vol.18 no.5 Campinas Sept./Oct. 2005.

BOOG, M. C. F. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n. 6, p. 1005-1017, nov/dez 2010.

BOOG, M. C. F. **Educação em Nutrição**: integrando experiências. 1. ed. [S. l.]: Campinas: Komedi, 2013. 268 p. v. 1.

BOOG, M.C.F. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. *Revista Ciência & Saúde*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 33-42, jan./jun. 2008.

Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/viewFile/3860/2932>. Acesso em: 10 de jul 2019.

BOOG, Maria Maria Cristina Faber. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição PUCCAMP**, campinas, v. 10, n. 19, jan/jun 1997.

BOSI, M. L. M. **Profissionalização e Conhecimento**: a nutrição em questão. São Paulo: Hucitec, 1996. 208 p.

BRASIL - Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Portaria interministerial no. 1010 de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, DF; 2006b.

BRASIL, RENATA . **Educação nutricional de pré-escolares**: consumo de alimentos ricos em ferro e vitamina c. . Pelotas, 2013. Dissertação (Pós Graduação em Nutrição e Alimentos) - Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=208707. Acesso em: 25 Mar. 2019.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015 – PlanSAN**. Brasília, 2011b.

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf. Acesso em: 21 de ago 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. **Resolução nº CFN 600, de 25 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Brasília, 25 fev. 2018a. Disponível em: http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm. Acesso em: 29 set. 2019.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

BRASIL. **Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015**. Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8553.htm. Acesso em: 20 de maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº6.286, de 5 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6286.htm. Acesso em: 20 de maio 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Acrescenta § 3º ao art. 76 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias [...]. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 10 out 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.947, DE 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. D.O.U., 17/06/2009a - Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13. 844, de 18 de junho de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.666/2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília 2018b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.080,** de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991.** Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/18234.htm. Acesso em: 10 mar 2019

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 mar 2019

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. 2016. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 10 mar 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução N.º32 de 10 de agosto de 2006**. [Estabelece critérios para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)]. Brasília: Ministério da Saúde e da Educação, 2006a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3106-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-32-de-10-de-agosto-de-2006>. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE n° 38, de 23 de agosto de 2004**. Estabelecer critérios para execução do PNAE. Brasília, DF:

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE n° 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009b. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>. Acesso em: 29 de set 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de alimentação e nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, 2014.156 p., il. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 10 jun 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 10 jun 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas**. Brasília: Ministério da Saúde; 2008. 152 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_operacional_profissionais_saude_educacao.pdf. Acesso em: 11 jun 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentos regionais brasileiros** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/livro_alimentos_regionais_brasileiros.pdf. Acesso em: 01 fev 2020.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2002. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em: 11 jun 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em: 10 de jun 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS; 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marcoEAN.pdf. Acesso em: 14 set 2019.

BRASIL. **Portaria normativa nº 2.761, de 19 de novembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: MS, 2013c. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em: 01 de out 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto No. 7272 de 25 de agosto de 2010**. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 21 de ago 2019.

BRASIL. **Resolução CFN nº 380 de 28 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. Brasília, DF: CFN, 2005. Disponível em: http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_380_2005.htm. Acesso em: 29 de set 2019.

BRASIL. **Resolução FNDE/CD nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília: MEC; 2013 Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais /

Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 2013d. 126p. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 20 de maio 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, ano 1990, 19 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL.CFN - CONSELHO FEDERALE DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465 de 23 de agosto de 2010**. Brasília, 2010c. Disponível em: http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_465_2010.htm. Acesso em: 29 de set.2019.

BRASIL.Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011**. Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, 17 nov. 2011a. Disponível em: http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2715_17_11_2011.html. Acesso em: 10 de jun 2019.

BRASIL.**Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017.

BRASIL.Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. *Diário Oficial Uniao*. 20 maio 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>. Acessado em: 20 de maio 2019.

BRITO, A. K. A; SILVA, F. I. C; FRANCA, N. M. de. Programas de intervenção nas escolas brasileiras: uma contribuição da escola para a educação em saúde. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 36, n. 95, p. 624-632, Dec. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042012000400014&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042012000400014>.

BUCHARLES, D. G.; ALVERNE, M; CATRIB, A. M. F. Promoção da saúde e as escolas: como avançar. **Revista Brasileira de Promoção a Saúde**, Fortaleza, v. 26, n. 3, p. 307-308, jul./set., 2013. Disponível em: <http://ojs.unifor.br/index.php/RBPS/article/view/2924/pdf>. Acesso em: 10 jun 2019. doi:10.5020/18061230.2013.p307.

Caldas, E. L.; Ávila, M. L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Espaço Acadêmico*, 148, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/19902>. Acesso em: 02 de mar 2019.

CALEGARI, AMANDA. **Educando sabores**: Introduzindo o cuidado nutricional no cotidiano escolar da criança. Americana, 2013. Dissertação (Programa de Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=650064. Acesso em: 20 Mar. 2019.

CAMOSSA, A. C. A *et al.* Educação nutricional: uma área em desenvolvimento. **Alimentos e Nutrição, Araraquara**, v.16, n.4, p. 349- 354, 2005. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f851/e18d978b2aead4e6521a2575c81b486eef20.pdf>. Acesso em: 14 out 2019.

CÂNDIDO, Naiara. **Efetividade de intervenções em creches públicas pautadas na educação alimentar e nutricional com diferentes abordagens na promoção da alimentação complementar saudável**. Belo Horizonte, 2016. Dissertação (Pós graduação da Escola de Enfermagem) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3880031. Acesso em: 11 Mar. 2019.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005a. CAPES. Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>. Acesso em: 14 Nov. 2019.

CARAM, Ana. **Hábitos alimentar, intestinal, estado nutricional, atividade física, imagem corporal e subsídios para um programa educação nutricional**. Campinas, 2010. Tese (Faculdade de Ciências Médicas) - Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/309090>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

CASEMIRO, Juliana. **Cultura, participação e educação popular & saúde**: a educação alimentar e nutricional como lugar de encontro na escola. Rio de Janeiro, 2013. 370 p. Tese (Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=223525. Acesso em: 20 Mar. 2019.

CASTRO, I.R.R et al. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. **Revista de Nutrição**. v. 20, n. 6, p. 571-588. 2007. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000600001. Acesso em: 10 jun 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732007000600001>.

CASTRO, I.R.R. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 31(1):7-9, jan, 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n1/pt_0102-311X-csp-31-01-00007.pdf. Acesso em: 10 jun 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XPE010115>.

CAVALCANTE, R. S. C. Colaboração entre pais e escola: educação abrangente. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 153-160, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85571998000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85571998000200009>.

CERVATO, A. M et al. Educação nutricional para adultos e idosos: uma experiência positiva em Universidade Aberta para a Terceira Idade. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 41-52, Feb. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732005000100004>.

CONCEIÇÃO, Millena. **Promoção da alimentação saudável**: proposta de implantação de um programa de educação nutricional em escolas. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2010. Disponível em: <file:///D:/DESENVOLVIMENTO/SELECIONADOS/ALUNOS/2010/Promoção%20da%20alimentação%20saudável%20proposta%20de%20implantação%20de%20um%20programa%20de%20educação%20nutricional%20em%20escolas.pdf>. Acesso em: 15 Mar. 2019.

CONSEA-Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Relatório final. Fortaleza: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 2007. Disponível em: <http://www.ibfan.org.br/documentos/outras/doc-254.pdf>. Acesso em: 01 de mar 2019. Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. [Internet]. Quadro estatístico. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/index.php/estatistica/>. Acesso em: 01 de out 2019.

CONTRERAS, J.; GARCIA, M. Alimentação sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.

COOPER, H. M. Research synthesis and meta-analysis: a step-by-step approach. Fifth Edition ed. Los Angeles: SAGE, 2017

COSTA, Kelly. **Construção e validação de instrumento imagético de promoção de práticas alimentares saudáveis para adolescentes**. Brasília, 2017. Dissertação (pós-graduação em nutrição humana) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5827666. Acesso em: 13 Mar. 2019.

COSTA, G. M et al. Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental. **Revista Eletrônica De Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 506-15. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/15769>. Acesso em: 14 de out 2019. <https://doi.org/10.5216/ree.v15i2.15769>.

COSTA, Sueli . **Refeitório escolar**: espaço de aprendizagem e troca de conhecimentos sobre alimentação. Brasília, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em ensino de ciências) - Universidade de Brasília. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=152281. Acesso em: 27 Mar. 2019.

CUNHA, E. da; SOUSA, A. A. ; MACHADO, N. M. V. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 39-49, Jan. 2010 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000100009>.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAVANCO, G. M; TADDEI, J. A. A. C; GAGLIANONE, C. P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 17, n. 2, p. 177-184, June 2004 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732004000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732004000200004>.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: Múltiplos Olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte, 1996.

DETRREGIACHI, Claudia. **Programa de orientação a professores para o desenvolvimento de projeto educativo**: Efeito na aprendizagem acerca de alimentação saudável. Marília, 2008. Tese (Pós Graduação em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102259>. Acesso em: 8 Mar. 2019.

DUNKER, K. L. L; PHILIPPI, S. T. Hábitos e comportamentos alimentares de adolescentes com sintomas de anorexia nervosa. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 51-60, Jan. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732003000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732003000100006>.

DYSARZ, Fernanda. **O saber da merenda**: práticas educativas no contexto da alimentação escolar. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Pós-graduação em educação em ciências e saúde) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2256092. Acesso em: 18 Mar. 2019.

ESPERANÇA, L.M.B; GALISSA, M.S. Programa de educação Alimentar e Nutricional: diagnóstico, objetivos, conteúdo e avaliação. In: GALISA, MS; MUNES, A.P; GARCIA, L; CHEMIN, S. (Org). Educação Alimentar e Nutricional: da teoria prática. 1 ed. São Paulo: GEN Editora Roca, 2014, v.1, p. 209-218.

Eva I. D; Feldman R.H.L. Are local teachers or nutrition experts perceived as more effective among Brazilian high school students. **J Sch Health.**, v. 64, n. 3, p. 115-118, March 1994. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1746-1561.1994.tb03273.x>. Acesso em: 10 de set. 2019. <https://doi.org/10.1111/j.1746-1561.1994.tb03273.x>

FADINI, Guilherme . **Desenvolvimento de um projeto de educação alimentar com enfoque cts/ctsa no contexto do ensino médio público**. Vitória , 2017. Dissertação (pós-graduação em educação em ciências e matemática) - INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO . Disponível

em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5040825. Acesso em: 13 Mar. 2019.

Fardet A, Rock E. Toward a new philosophy of preventive nutrition: from a reductionist to a holistic paradigm to improve nutritional recommendations. **Adv Nutr**, v.5, n.4, p. 430-446, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4085191/>. Acesso em: 10 de set 2019. _ doi: 10.3945/an.114.006122

FARIAS , Silvia . **Avaliação do impacto de uma intervenção de promoção de frutas e hortaliças sobre o consumo desses alimentos por alunos e professores de escolas públicas** . Rio de Janeiro, f. 177, 2011. Dissertação (Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível

em:http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_73b63bc19498c708cd4e68c24c91c9c8. Acesso em: 14 Mar. 2019.

FIGUEIREDO, Ana Cristina . **O impacto da promoção de ações continuadas de educação alimentar e a representação social dos alimentos na redução de sobrepeso e obesidade em adolescentes**. GUARULHOS , 2014. Dissertação (Pós Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1302025. Acesso em: 30 Mar. 2019.

FISCHLER, Claude. L'omnivore. Paris: Poche Odile Jacob, 2001.

FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –29 Março 2018. [Internet]. Alimentação escolar. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/11571-programa-nacional-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-completa-63-anos>. Acesso em: 10 de mar 2019.

FOGAGNOLI, M.M. **Almoçar bem é no SAPS!**: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). Orientador: Jorge Ferreira. 2011. DISSERTAÇÃO (Mestre em história social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1541.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

FONSECA , Laís . **Impacto de uma intervenção nutricional com instrumentos imagéticos para a promoção de práticas alimentares saudáveis entre adolescentes de Brasília-DF** . Brasília , 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação em nutrição humana) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível

em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5043691. Acesso em: 14 Mar. 2019.

FONSECA, A. B et al . Modernidade alimentar e consumo de alimentos: contribuições sócio-antropológicas para a pesquisa em nutrição. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 9, p. 3853-3862, Sept. 2011 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

81232011001000021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001000021>.

FRANCO, A. C; BOOG, M. C. F. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 20, n. 6, p. 643-655, Dec. 2007 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000600007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732007000600007>.

FRASSON , FERNANDA . **Aprendizagem Significativa Conceitual, Procedimental e Atitudinal na Educação Alimentar e Nutricional, no Ensino Fundamental, por meio de Multiplicidade Representativa**. Londrina , 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3730121. Acesso em: 11 Mar. 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*, 57.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa*. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, L. K. P et al. Obesidade em adolescentes e as políticas públicas de nutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 6, p. 1755–1762. 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2014.v19n6/1755-1762/>. Acesso em: 10 de ago 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.12382013>.

FREITAS, M.C. S, et al. Uma leitura humanista da nutrição. In: FREITAS, M. C. S; FONTES, G. A.V; OLIVERIA, N. *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura*. EDUFBA, 2008.

FRIEDRICH, Roberta. **Efeito de um programa de intervenção com educação nutricional e atividade física na prevenção da obesidade em escolares: um estudo controlado randomizado** . Porto Alegre, 2015. Tese (pós-graduação em saúde da criança e do adolescente) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2474776. Acesso em: 5 Mai. 2019.

GADOTTI, M. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. **Congresso Internacional: Um olhar sobre Paulo Freire**. Universidade de Évora, 2000. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/2999/FPF_PTPF_01_0366.pdf. Acesso em: 06 de out. 2019.

GAGLIANONE, Cristina Pereira. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. *Revista de Nutrição*, v. 17, n. 2, p. 177-184, 2004.

GARCIA, R. W. D. Representações sociais da alimentação e saúde e suas repercussões no comportamento alimentar. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 51-68, Dec. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311997000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73311997000200004>.

George S. O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1976.

GREENWOOD, S. A; FONSECA, A. B. Espaços e caminhos da educação alimentar e nutricional no livro didático. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 22, n. 1, p. 201-218, Mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132016000100201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320160010013>.

Hamilton J, McIlveen H, Strugnell C. Educating young consumers – A food choice model. **Journal of Consumer Studies & Home Economics**. V. 24, n. 2, p. 113-123, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1046/j.1365-2737.2000.00151.x>. Acesso em: 14 ago. 2019. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2737.2000.00151.x>

HULSHOF, Viviane. **Aptidão física relacionada à saúde de alunos do ensino fundamental participantes de programa para mudança do estilo de vida na escola**. Botucatu, 2012. Dissertação (Faculdade de Medicina) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98386>. Acesso em: 15 Mar. 2019.

IULIANO, B. A. **Atividades para promoção de alimentação saudável em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos, SP**. 2008. DISSERTAÇÃO (Mestre saúde pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6133/tde-17032008-115546/publico/BiancaAssuncaoIuliano.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

JUGEND, Rafaella. **Educação nutricional nas escolas e seu impacto sobre o hábito alimentar e o estado nutricional de crianças de 6 a 8 anos**. Curitiba, 2015. Dissertação (Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3481625. Acesso em: 27 Mar. 2019.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil : I. período de 1940 a 1964, *Rev.Nutr.PUCCAMP*, Campinas, v.1, n.2, p.87-138, jul.-dez. 1988.

LANES, Karoline. **Educação nutricional através do processo de ensino aprendizagem baseado na metodologia da problematização**. Santa Maria, 2015. 158 p. Tese (pós-graduação em educação em ciências: química da vida e saúde) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2679427. Acesso em: 29 Mar. 2019.

LANNES, Milene. **Promoção de hábitos alimentares saudáveis entre alunos do ensino fundamental i da rede adventista do vale do paraíba**: lições aprendidas em quatro anos de intervenção . São Paulo, 2016. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Promoção de Saúde) - CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4723328. Acesso em: 11 Mar. 2019.

LEITE, Lays. **A educação alimentar no ensino de ciências**: o caso das dietas alimentares . Brasília, 2016. Dissertação (Pós-Graduação em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4590783. Acesso em: 11 Mar. 2019.

LEONIDAS, C; SANTOS, M. A. Imagem corporal e hábitos alimentares na anorexia nervosa: uma revisão integrativa da literatura. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 25, n. 3, p. 550-558, 2012 . Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000300015>.

LIMA, K. A. **Análise do processo de construção do conhecimento dietoterápico de pacientes diabéticos atendidos no Programa Saúde da Família do município de Araras-SP**. Araraquara, 2004. 271p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade Estadual Paulista, 2004. Disponível em: https://www2.fcfar.unesp.br/Home/Pos-graduacao/AlimentoseNutricao/Keite_Azevedo_Lima.pdf. Acesso em: 10 de mar 2019.

Linde K, Willich SN. How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine. *J R Soc Med.* 2003;96:17-22.

LISBÔA, C. M. P.; COSTA, R. R. DA S.; FONSECA, A. B. C. DA. As potencialidades da educação popular na construção curricular da formação em nutrição. **Revista de Educação Popular**, v. 19, n. 1, p. 3-23, 13 mar. 2020.

MATOS, M; VALADARES, J. O efeito da atividade experimental na aprendizagem. **Investigação em Ensino de Ciências**, 2001 v. 6, n. 2, p. 227-239. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/930/486>. Acesso em: 10 set. 2019.

MEDEIROS , VANESSA . **Alimentação saudável e nutrição**: uma abordagem com foco no ensino de ciências em escolas do ensino médio na cidade de pau dos ferros – rn . Pau dos Ferros, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação em ensino) -Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5051604. Acesso em: 13 Mar. 2019.

MEDEIROS, M et al. **Françoise: alquimista das maravilhas culinárias**. Natal, 2016. 67f., il. - (Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas Escolas: Ensino Fundamental – anos finais). ISBN: 978-85-92720-02-5. Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://164.41.147.233/upload/biblioteca/620/Fran%20C3%A7oise%20completo.pdf>. Acesso em: 29 de set 2019.

MERCANTE, SORAIA. **Educação alimentar e nutricional a partir de uma perspectiva interdisciplinar no curso de agropecuária do instituto federal do sertão pernambucano – campus floresta**. Petrolina, 2018. Dissertação (Pós Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares) - Universidade de Pernambuco. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7562293. Acesso em: 15 Mar. 2019.

MIRA, F.D. **Capacitação de professores em alimentação saudável na rede municipal de Mutuípe, Bahia**: alcances e limitações. Orientador: Sandra Maria Chaves dos Santos. 2007. DISSERTAÇÃO (Mestre) - Universidade Federal da Bahia, Salvador- Bahia, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9729/1/DISSERTACAO_FLAVIA%20MIRA%20SEG.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

Monteiro C.A et al. **Da desnutrição para a obesidade: a transição nutricional no Brasil**. In: Carlos Augusto Monteiro, organizador. **Velhos e novos males da Saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Nupens-USP; 2000. p. 247-255.

MOREIRA, Manoela. **Avaliação de um programa para desenvolvimento de alimentação saudável em uma escola**. São Paulo, 2015. Dissertação (Análise do Comportamento Aplicada) - Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2412816. Acesso em: 1 Abr. 2019.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4415469/mod_resource/content/1/Base%20A%20cabe%20bem%20feita_Morin.pdf. Acesso em: 05 de fev.2020.

MUNIZ, Victor. **Aprendizagem Mediada**: uma proposta de intervenção mediacional para a promoção de hábitos alimentares saudáveis em pré-escolares. UBERLÂNDIA, f. 197, 2013. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia) - . Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17208>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

NASSER, Leila. **Eficácia de um programa de educação alimentar e nutricional para o aumento do consumo de hortaliças e frutas por escolares**. São Paulo, f. 56, 2010. Dissertação (Pós Graduação em Pediatria) - Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/9447/Publico-338.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

NOGUEIRA, R.M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública**: o caso de Campinas-SP. Orientador: José Roberto Rus Perez. 2005. DISSERTAÇÃO (Mestre) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005. Disponível em: http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253814/1/Nogueira_RosanaMaria_M.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019

OLIVEIRA, Fernanda. **Educação nutricional em uma proposta CTS: desafios e possibilidades**. Diadema, 2018. Dissertação (Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6936221. Acesso em: 15 Mar. 2019.

Oliveira, M.S.S; Santos, LA. Guias alimentares para a população brasileira: Uma análise a partir das dimensões culturais e sociais da alimentação. **Cien Saude Colet** (2018/Out). Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/guias-alimentares-para-a-populacao-brasileira-uma-analise-a-partir-das-dimensoes-culturais-e-sociais-da-alimentacao/16986?id=16986>. Acesso em: 14 de out 2019.

OLIVEIRA, Sabrina Ionata de; OLIVEIRA, Kathleen Sousa. Novas perspectivas em educação alimentar e nutricional. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 495-504, Dec. 2008 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642008000400008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642008000400008>.

OLIVEIRA, Jéssica. **Promoção da alimentação adequada e saudável na escola: limites e possibilidades de uma proposta educacional**. São Paulo, 2015. Tese (Pós-Graduação em Nutrição em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2361437. Acesso em: 10 Mar. 2019.

PANUNZIO, M. F. et al. Nutrition education intervention by teachers may promote fruit and vegetables consumption in Italian students. **Nutrition Research**. v. 27, p. 524-528, 2007. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0271531707001509?via%3Dihub>. Acesso em: 01 de out 2019. <https://doi.org/10.1016/j.nutres.2007.06.012>.

PARREIRA, C. M. S. F. A construção de uma política pública de promoção da saúde no contexto escolar: Um relato da experiência brasileira. In: Josefa Ippolito-Shepherd. (Org.). *Memoria de la Tercera Reunión de la Red Latinoamericana de Escuelas Promotoras de la Salud*. Washington: PAHO HQ Library Cataloguing-in-Publication, 2003, v. 1, p. 127-133. Disponível em: <http://www.posturinha.com/2011/orientacao/Portaria-Interministeria-766-GM-17-maio-de-2001.pdf>. Acesso em: 20 agosto. 2019.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, Abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>.

PESSOA, Lidiane. **Análise da percepção do consumo de frutas em adolescentes participantes de um ensaio comunitário randomizado em Duque de Caxias - RJ**. Rio de Janeiro, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível

em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6345963. Acesso em: 15 Mar. 2019.

PICERNI, Cristiane. **Efeitos de processo educativo nutricional sobre o nível de conhecimento de escolares na prevenção e controle da obesidade infantil**. São Paulo, f. 97, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-graduação em Nutrição) - Universidade Federal de São Paulo. Disponível

em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4627801. Acesso em: 11 Mar. 2019.

PINHEIRO, A. R. O et al . Percepção de professores e estudante em relação ao perfil de formação de nutricionista em saúde pública. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 25, n. 5, p. 632-643, out. 2012 . Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732012000500008&lng=en&nrm=iso. Acesso

em: 10 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000500008>.

PINHEIRO, K. A.P. N. História dos hábitos alimentares ocidentais. **Universitas Ciências da Saúde**, v. 3, n.1 p.173-90, 2005. Disponível em:

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/553>. Acesso em: 04 set. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.5102/ucs.v3i1.553>

PINHEIRO, Mariana. **Estratégias educativas sobre alimentação saudável para pré-escolares: da concepção à avaliação**. Brasília, f. 172, 2009. Dissertação (PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO HUMANA) - Universidade de Brasília. Disponível em:<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5998>. Acesso em: 11 Mar. 2019.

PRAGER, Ana Carolina. **A utilização de hortas e composteiras no desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas para a promoção da saúde em duas escolas municipais de São Paulo** . São Paulo , 2017. Dissertação (Pós-Graduação em Saúde Pública) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível

em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5021333. Acesso em: 13 Mar. 2019.

PRODES , TIRZÁ . **No mundo da imaginação se encaixa a alimentação**: estudo sobre uma proposta de ensino construtivista envolvendo hábitos alimentares para a educação infantil . Porto Alegre, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação em educação em ciências e matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível

em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1967866. Acesso em: 30 Mar. 2019.

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 29, n. 11, p. 2147-2161, Nov. 2013 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01. Acesso em 2 fev.2020.

RECINE, E et al . A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 25, n. 1, p. 21-33, Fev. 2012 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-

52732012000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em:
29 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000100003>.

REIS, A.B.C. **Educação Alimentar e Nutricional: análise de um projeto interdisciplinar no ensino fundamental de uma escola pública de Salvador- Bahia**. 2014. Dissertação (Mestre em alimentos, nutrição e saúde)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18924>. Acesso em: 10 abr 2019.

REIS, Amélia. **Educação alimentar e nutricional: análise de um projeto interdisciplinar no ensino fundamental de uma escola pública de salvador - Bahia** . Salvador, f. 145, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (programa de pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde) - Universidade Federal da Bahia. Disponível em:https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2221082. Acesso em: 30 Mar. 2019.

SALCI, M. A *et al* . Educação em saúde e suas perspectivas teóricas: algumas reflexões. Texto contexto - enferm., Florianópolis , v. 22, n. 1, p. 224-230, Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000100027&lng=en&nrm=iso. Acesso em:
04 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072013000100027>

SAMPAIO, R. F; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Rev. bras. fisioter.* São Carlos , v. 11, n. 1, p. 83-89, Feb. 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr 2019.

SANTOS, A. M.; ALVES, T.S. Revisão sistemática sobre educação alimentar e nutricional: sujeitos, saberes e práticas em diferentes cenários. *Saúde.com*, v.11, n. 4. 2016. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc/article/download/387/314>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-692, out. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500011&lng=en&nrm=iso. Acesso em:
em: 12 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732005000500011>.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 18, n. 5, p. 681-692, out. 2005 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732005000500011>.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 2, p. 455-462, Feb. 2012
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em
05 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000200018>.

SANTOS, Vitória. **As ações educativas influenciam os motivos para a escolha dos alimentos e a qualidade da dieta de adolescentes?**. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (pós-graduação em nutrição) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6307617. Acesso em: 15 Mar. 2019.

SAUPE, R.; BRITO, V.H.; GIORGI M, D.M. Utilizando as concepções do educador Paulo Freire no pensar e agir da enfermagem. In: SAUPE, R. (Org.). Educação em enfermagem: da realidade construída à possibilidade em construção. Florianópolis: Editora UFSC, **Série Enfermagem, Repensul**, 1998. p. 245-272.

SCARPARO, A.L.S. **Crenças sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar**. 2017. DISSERTAÇÃO (Mestre em Educação em Ciências) - Universidade Estadual de Campinas, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/165311/001027614.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SCHMITZ, B. A. S et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 24, supl. 2, p. s312-s322, 2008 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001400016&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008001400016>

SCHUH, Daniela. **Programa de promoção de hábitos saudáveis em escolas da rede pública de ensino fundamental no interior do rio grande do sul**: ensaio clínico randomizado. Porto Alegre , 2015. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências da Saúde) - Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2475657. Acesso em: 10 Out. 2019.

SERRA, BARBARA. **Kdd na saúde escolar**: na perspectiva do estado nutricional e do padrão alimentar. Curitiba, 2018. Dissertação (Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde) - Pontifícia universidade católica do Paraná. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6307368. Acesso em: 15 Mar. 2019.

SHACK, D. N. El gusto del catador: determinantes sociales y culturales de las preferencias alimentarias. In: CONTRERAS, J. (org) Alimentación y Cultura. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1995.

SILVA, D. F. S. **Formação de professores do ensino fundamental na cidade de petrolina – pe**: abordagem do tema alimentação e nutrição no componente curricular de ciências. 2018. Tese (Doutor em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179925/001069441.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SILVA, Erika. **“Hábitos Saudáveis, Meninas Saudáveis”**: estratégia de intervenção em alimentação saudável e refeições em família de adolescentes de escolas técnicas. São

Paulo, 2015. Tese (Pós-Graduação em Nutrição em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2435908. Acesso em: 10 Mar. 2019.

SILVA, Iane. **Educação alimentar e nutricional**: um estudo de intervenção em uma escola pública de Salvador - Bahia. Salvador, f. 110, 2013. trabalho de conclusão de curso (pós-graduação em alimentos, nutrição e saúde) - Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=861736. Acesso em: 22 Mar. 2019.

SILVA, Margareth. **Nutrição escolar consciente**: introdução da educação nutricional no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas públicas municipais de Duque de Caxias-RJ. Rio de Janeiro, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Nutrição) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5323759. Acesso em: 14 Mar. 2019.

SILVA, Mayanna. **Educomunicação e rádio escola**: uma proposta de educação nutricional para adolescentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Luís Maracaná. Aracaju, 2016. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3632338. Acesso em: 11 Mar. 2019.

SOARES, G.B. **Compreensão de nutricionistas da alimentação escolar sobre educação alimentar e nutricional**. 2015. Dissertação (Mestre em Nutrição e Saúde) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8741/5/Disserta%20c3a7%20a3o%20-%20Gabriela%20Benevides%20Soares%20-%202015.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SOBRAL, T. N. A.; SANTOS, S. M. C. Proposta metodológica para avaliação de formação em alimentação saudável. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 399-415, maio/jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v23n3/08.pdf> . Acesso em: 30 maio 2019.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007. Arq. Mudi. Periódicos. Disponível em: < <http://www.dma.ufv.br/downloads/MAT%20103/2015-II/slides/Rec%20Didaticos%20-%20MAT%20103%20-%202015-II.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SOUZA, Luzimar. **Unidades didáticas**: uma proposta metodológica humanista sobre alimentação e saúde no ensino fundamental. Belo Horizonte, f. 83, 2009. Dissertação (Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/EnCiMat_SouzaLC_1.pdf. Acesso em: 9 Fev. 2020.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-554, Dec. 2008.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 maio. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>.

Tibbs M.A.T *et al.* The relationship between parental modeling, eating patterns, and dietary intake among African-American parents. **J Am Diet Assoc**, v. 101, n. 5, p. 535-541, 2001. Disponível: [https://jandonline.org/article/S0002-8223\(01\)00134-1/pdf](https://jandonline.org/article/S0002-8223(01)00134-1/pdf). Acesso em: 30 de maio 2019.
DOI: [https://doi.org/10.1016/S0002-8223\(01\)00134-1](https://doi.org/10.1016/S0002-8223(01)00134-1).

TRACTENBERG, L. E. F. Colaboração docente e ensino colaborativo na educação superior em ciências, matemática e saúde – contexto, fundamentos e revisão sistemática. 2011, 320f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde) Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2011.

VALE, Lucimar. **Elaboração de um guia pedagógico para o ensino de nutrição no ensino fundamental**. Volta Redonda , 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente) -Centro Universitário de Volta Redonda. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5840914. Acesso em: 14 Mar. 2019.

Valente F.L.S. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. **Rev Nutr Puccamp**, v. 10, n. 2, p. 20-36, 1997.

VALENTE, Flavio. Direito Humano à alimentação- desafios e conquistas. SP. Cortez, 2002.

VALLA, V. V.,1996. A crise da compreensão é nossa: procurando compreender a fala das classes populares. *Educação e Realidade*, 2:177-190.

Vargas I.C.S, Sichieri R, Sandre-Pereira G, Veiga G.V. Avaliação de programa de prevenção de obesidade em adolescentes de escolas públicas. **Rev Saúde Pública**,v.45, n.1, p. 59-68, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n1/1874.pdf>. Acesso em: 22 de abr.2019.

VARGAS, Izabel. **Implementação de um programa de prevenção de obesidade para adolescentes em ambiente escolar** : efeitos sobre medidas antropométricas e práticas alimentares , f. 147. 166 p. Dissertação (Nutrição) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VASCONCELOS, F. A. G . Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 18, n. 4, p. 439-457, Aug. 2005 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>.

VASCONCELOS, F.A. G; BATISTA, F. M. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 1, p. 81-90, Jan. 2011 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000100012>.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 127-138, Aug. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732002000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732002000200001>.

WEIGEL, Júlia. **Efeito de uma intervenção interdisciplinar nos fatores de risco às doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes com sobrepeso e obesidade**. Santa Cruz do Sul, 2015. Dissertação (PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE) - Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2403700. Acesso em: 6 Mar. 2019.

WIENSWSKI, Maurício. **O comer consciente**: Perspectiva para educação alimentar na infância. Ponta Grossa, 2007. Dissertação (Pós Graduação em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1169>. Acesso em: 5 Mar. 2019.

ZANCUL, Mariana. **Orientação nutricional e alimentar dentro da escola**: Formação de conceitos e mudanças de comportamento. Arararquara, 2008. Tese (Ciências Nutricionais) - Universidade Estadual Paulista. Disponível em: https://www2.fcfar.unesp.br/Home/Pos-graduacao/AlimentoseNutricao/mariana_zancul-completo.pdf. Acesso em: 8 Mar. 2019.

ZANIRATI, Viviane. **Promoção da alimentação saudável no âmbito do programa escola integrada**: influência no perfil nutricional de crianças e adolescentes. Belo Horizonte, 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde e enfermagem) - Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-690390>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

Zitkioski JJ. **Horizontes da (Re) fundamentação da Educação Popular: um diálogo entre Freire e Habermas**. Frederico Westphalen: Editora Uri; 2000.

| Principais objetivos, resultados e instrumentos de coleta de dados | | | |
|--|---|--|--|
| Título | Objetivos | Resultados | Processo/instrumento de coleta de dados |
| Análise da percepção do consumo de frutas em adolescentes participantes de um ensaio comunitário randomizado em Duque de Caxias – RJ. (PESSOA, 2018) | Avaliar o efeito de ações integradas de prevenção primária (na escola) e secundária (a nível familiar, em parceria com a Estratégia de Saúde de Família) na prevenção do ganho excessivo de peso corporal em adolescentes. | Não houve efeito da intervenção na mudança de percepção frente ao consumo de frutas | Avaliação antropométrica; questionário autoaplicável (pré e pós) de consumo e comportamento alimentar. |
| Kdd na saúde escolar: na perspectiva do estado nutricional e do padrão alimentar. (SERRA, 2018) | Avaliar o impacto de uma intervenção, com foco nos hábitos alimentares de escolares, a partir do processo KDD. Os objetivos específicos foram: identificar o perfil dos estudantes e identificar as variáveis mais fortemente relacionadas com o estado nutricional e a Frequência de Refeição Saudável antes e após a intervenção. | A intervenção foi efetiva para ambos os sexos, com os meninos obtendo um aumento maior na prevalência de Eutrofia. Já as meninas apresentaram uma queda no percentual de sobrepeso. As variáveis associadas ao estado nutricional de sobrepeso no grupo intervenção foram: consumo de amido no jantar ou almoço pouco balanceado. Para o grupo controle as variáveis associadas a sobrepeso foram: frequência de consumo de frituras maior do que quatro vezes por dia, a frequência de consumo de refrigerantes maior do que três vezes por dia ou o percentual de consumo de amido maior que 50%. No grupo intervenção 2013, as variáveis associadas à obesidade foram almoçar doces ou jantar pouco balanceado. Em 2015, não consumir proteína no lanche da manhã e não ter jantar vegetariano. | Questionário (avaliação antropométrica, aferição pressão arterial, hábito alimentar) |
| Educação nutricional em uma proposta CTS: desafios e possibilidades. (OLIVEIRA, 2018) | Elaborar, aplicar e avaliar uma sequência didática (SD) de sete aulas com abordagem CTS para o ensino de nutrição. Avaliar a sequência didática implementada e suas contribuições para o processo ensino-aprendizagem de nutrição. | Os estudantes tiveram momentos de discussão e construção de conhecimento sobre alimentos, cultura alimentar e alimentação saudável. Porém, o tempo limitado da aplicação desta pesquisa não permite concluir que houve alfabetização científica dos estudantes participantes. | Questionário de pré e pós-teste sobre conteúdos de nutrição. |

| | | | |
|---|--|---|--|
| <p>As ações educativas influenciam os motivos para a escolha dos alimentos e a qualidade da dieta de adolescentes? (SANTOS, 2018)</p> | <p>Avaliar a influência de ações educativas sobre mudanças nos motivos para a escolha dos alimentos e seu impacto sobre a qualidade da dieta em adolescentes. Específicos: Descrever os motivos para a escolha dos alimentos e a qualidade da dieta nos grupos controle e intervenção nos estudos de base e pós-intervenção; Identificar possíveis mudanças nos motivos para a escolha dos alimentos após as intervenções baseadas em ações educativas nos grupos controle e intervenção; Avaliar a associação entre as possíveis modificações nos motivos para a escolha dos alimentos e mudanças na qualidade da dieta nos grupos controle e intervenção.</p> | <p>As ações educativas influenciaram os motivos das escolhas alimentares, mas os motivos para escolha dos alimentos não se associaram com as mudanças na qualidade da dieta. Os adolescentes com peso normal e os adolescentes ativos foram mais propensos à mudanças, após as intervenções, quando comparados com os adolescentes com excesso de peso. A diminuição do consumo de “Doces”, “Lanches” e “Bebidas açucaradas”, em resposta à intervenção, não foi atingida no presente estudo.</p> | <p>Questionário pré e pós-teste avaliando: prática de atividade física (ipaq); questionário de frequência do consumo alimentar (qfca); motivos para a escolha alimentar ; questionário socioeconômico. E avaliação antropométrica.</p> |
| <p>Educação alimentar e nutricional a partir de uma perspectiva interdisciplinar no curso de agropecuária do instituto federal do sertão pernambucano – campus floresta Negra. (MERCANTI, 2018)</p> | <p>Compreender a importância da interdisciplinaridade aplicada ao processo de introdução da educação alimentar e nutricional; - Introduzir a educação alimentar e nutricional no Ensino Médio, no intuito de permitir que os alunos façam escolhas saudáveis através da promoção do entendimento sobre história, produção e qualidade dos alimentos; - Promover espaços de diálogos na comunidade escolar sobre segurança alimentar e nutricional e alimentação saudável através da interdisciplinaridade, elaborando jogos educativos juntamente aos educadores das disciplinas de Educação Física, Sociologia e Geografia, a partir da temática de alimentos e nutrição. - Avaliar as percepções dos professores e alunos quanto à proposta dos jogos aplicados de forma interdisciplinar previamente e posteriormente à intervenção educativa; - Elaborar material de apoio, na forma de jogos educativos, para abordagem</p> | <p>Dificuldade que se tem de mudar os hábitos dos alunos sem a presença da alimentação escolar. A ampla oferta de alimentos não saudáveis na cantina aliada à falta de merenda funcionam como um entrave para o desenvolvimento nos alunos de práticas alimentares conscientes. Educação Alimentar e Nutricional que demanda de tempo e continuidade nas atividades educativas para levarem a mudanças reais tanto no comportamento alimentar, bem como na melhoria do conhecimento relacionado à alimentação e à nutrição. ***escola já realizava EAN,mas: consideradas extraclases; vista pelos alunos como atividades obrigatórias; desinteresse dos educadores e pedagogos.</p> | <p>Entrevista (pré) com docentes+ entrevista e questionários (pré com os alunos); pós: questionário e grupo focal com os alunos e grupo focal com os professores.</p> |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | da educação alimentar e nutricional, conforme orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. | | |
| Impacto de uma intervenção nutricional com instrumentos imagéticos para a promoção de práticas alimentares saudáveis entre adolescentes de Brasília-DF. (FONSECA, 2017) | Avaliar o impacto de intervenção nutricional com metodologia problematizadora utilizando instrumentos imagéticos para promover conhecimento e práticas alimentares saudáveis entre adolescentes. Específicos: Caracterizar os adolescentes quanto ao conhecimento sobre alimentação saudável e às práticas alimentares antes e depois da intervenção; Avaliar o impacto da intervenção nutricional quanto ao conhecimento sobre alimentação saudável; Avaliar o impacto da intervenção nutricional quanto a modificações em relação às práticas alimentares. | Ampliação do conhecimento sobre alimentação saudável e melhoria na alimentação dos adolescentes | Questionário pré e pós de conceitos básicos e terminologias sobre alimentação saudável, de consumo alimentar e comportamento alimentar. |
| Alimentação saudável e nutrição: uma abordagem com foco no ensino de ciências em escolas do ensino médio na cidade de pau dos ferros – RN. (MEDEIROS, 2017) | Analisar conhecimentos sobre alimentação saudável e nutrição de alunos de duas escolas do Ensino Médio da rede privada e pública da cidade de Pau dos Ferros e verificar as concepções adquiridas após intervenção educativa em nutrição nas escolas, bem como analisar a inserção do tema no Projeto Político Pedagógico das escolas. Avaliar hábitos e comportamento alimentar dos alunos através de questionário elaborado para a pesquisa, bem como noções sobre alimentação saudável e segurança alimentar; <input type="checkbox"/> Discutir e propor mudanças de comportamento alimentar no ambiente | Observou-se redução no consumo de biscoito recheado e refrigerante, principalmente na escola pública, e aumento no consumo de hortaliças e frutas pelos alunos da escola privada, apontando para o fator renda como limitante do consumo desses alimentos. Verificou-se a importância de atividades transversais em educação nutricional, à medida em que amplia o conhecimento do aluno sobre os alimentos, incluindo os benefícios ou malefícios que seu consumo provoca, e lhe oferece chance de autonomia sobre a decisão daquilo | Questionário pré e pós (intervalo 30 dias após palestra) sobre conhecimentos de alimentação, nutrição e segurança alimentar. |

| | | | |
|---|---|--|--|
| | <p>escolar e o autocuidado em relação a práticas corretas e saudáveis de preparo e manipulação de alimentos; <input type="checkbox"/> Analisar, através dos resultados das avaliações realizadas com os alunos, se houve intenção na mudança de comportamento frente aos alimentos e/ou ampliação do repertório de conhecimento sobre alimentação saudável e conceitos de Nutrição após a intervenção nutricional; <input type="checkbox"/> Verificar a abordagem do tema “Alimentação saudável e Nutrição” no Projeto Político Pedagógico das escolas e apresentar proposta de inserção transversal do assunto nas disciplinas de Química e Biologia do Ensino Médio.</p> | <p>que ele ingere.</p> | |
| <p>Desenvolvimento de um projeto de educação alimentar com enfoque CTS/CTSA no contexto do ensino médio público. (FADINI, 2017)</p> | <p>estudar os aspectos metodológicos de ensino e a educação CTS/CTSA a partir do desenvolvimento de uma prática pedagógica em uma Escola Pública de Ensino Médio abordando a temática “educação alimentar”.Planejar um projeto escolar a ser realizado num contexto de uma Escola Pública de Ensino Médio, no contra turno, com adesão voluntária de estudantes do Ensino Médio. <input type="checkbox"/> Estudar os aspectos pedagógicos do projeto escolar tendo em vista a perspectiva da aprendizagem colaborativa. <input type="checkbox"/> Estudar os aspectos pedagógicos do projeto escolar tendo em vista a perspectiva da alfabetização científica com enfoque CTS/CTSA. <input type="checkbox"/> Produzir um livro ou guia didático a partir das experiências vivenciadas durante o desenvolvimento do projeto escolar</p> | <p>O enfoque CTS/CTSA possibilitou perpassar por aspectos tecnológicos, científicos, culturais, econômicos, econômicos e ambientais a partir da temática mãe “educação alimentar. A intervenção pedagógica foi resultante da conjunção de três perspectivas pedagógicas, a saber: as questões sociocientíficas, a pedagogia de projetos e a educação CTS/CTSA. A intervenção pedagógica, resultante da soma de três diferentes de perspectivas, permitiu o desenvolvimento o projeto escolar denominado “EducAlimentar” enfatizando o protagonismo estudantil, oportunizando os estudantes a encontrarem os seus próprios caminhos na produção dos trabalhos, no desenvolvimento de suas pesquisas, na realização das visitas técnicas e na produção dos saberes escolares a partir dos saberes científicos e populares.</p> | <p>Observação, fotografias, roda de conversas, questionários e anotações feitas pelos estudantes nos diários de bordo (blog)</p> |

| | | | |
|--|---|--|---|
| <p>A utilização de hortas e composteiras no desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas para a promoção da saúde em duas escolas municipais de São Paulo. (PRAGER, 2017)</p> | <p>Analisar as abordagens e estratégias pedagógicas presentes na utilização de hortas e composteiras em duas escolas públicas municipais de São Paulo, da DRE-BT. Descrever os objetivos e motivações (interna e externa) dos atores escolares na utilização de hortas e composteiras como estratégia pedagógica.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar se há articulação entre disciplinas e conteúdos escolares e no Projeto Político Pedagógico das escolas na utilização de hortas e composteiras como estratégia pedagógica. - Analisar se há articulação entre os atores escolares na implantação da horta e composteira. - Analisar se há articulação dos atores escolares com outros setores na utilização de hortas e composteiras como estratégia pedagógica. - Identificar e analisar se há e como se estabelecem as relações com os pressupostos da PS, SAN, EAN e EA nos projetos de hortas e composteiras | <p>Melhora no comportamento social; melhora nos hábitos alimentares; maior interesse em consumirem os alimentos por eles produzidos.</p> | <p>Coleta de dados por meio de observação participante, análise documental e entrevista semi-estruturada.</p> |
| <p>Elaboração de um guia pedagógico para o ensino de nutrição no ensino fundamental. (VALE, 2017)</p> | <p>Elaborar um guia pedagógico com atividades diversificadas sobre educação nutricional para os professores do Ensino Fundamental, utilizarem com seus alunos, de forma a incentivar a adoção de uma alimentação mais saudável, além de contribuir no desenvolvimento desta temática no ambiente escolar. Elaborar propostas de atividades que incentivem a adoção de uma alimentação saudável para ser utilizada por professores do Ensino Fundamental com seus alunos. • Analisar o guia pedagógico junto aos professores do Ensino Fundamental nos diferentes anos de</p> | <p>O uso do guia pedagógico foi positivo quanto ao incentivo à alimentação saudável e pode ser considerado como um instrumento de apoio ao trabalho docente sempre que se deseje fomentar o tema alimentação saudável no âmbito escolar.</p> | <p>Observação</p> |

| | | | |
|---|---|--|--|
| | escolaridade. • Avaliar a utilização das atividades elaboradas para os professores. | | |
| Construção e validação de instrumento imagético de promoção de práticas alimentares saudáveis para adolescentes. (COSTA, 2017) | Construir e validar um instrumento baseado em imagens para a promoção de práticas alimentares saudáveis entre adolescentes de Brasília-DF. Identificar alimentos comuns à dieta do adolescente brasileiro que fazem parte do rol de marcadores de uma alimentação saudável e não saudável; - Elaborar um instrumento imagético que incentive o consumo de refeições saudáveis e desestimule o consumo de refeições não saudáveis; - Validar o instrumento imagético desenvolvido com adolescentes, de forma a avaliar se as mensagens estão sendo transmitidas de forma apropriada. | O instrumento educativo com uso de réplicas de alimentos foi considerado validado como um recurso para promoção da alimentação saudável entre os adolescentes. Estudos de intervenção nutricional voltados para a promoção de práticas alimentares saudáveis entre o público adolescente, utilizando o instrumento imagético desenvolvido, devem ser realizados. | Grupo focal e questionário |
| Nutrição escolar consciente: introdução da educação nutricional no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas públicas municipais de Duque de Caxias-RJ. (SILVA, 2017) | Promover alimentação saudável por meio de atividades educativas para alunos de escolas públicas de ensino fundamental do município de Duque de Caxias-RJ, no contexto do PNAE. Descrever o perfil nutricional, socioeconômico e de frequência de consumo da alimentação escolar; Analisar as refeições escolares de acordo com as recomendações do PNAE; Avaliar o conhecimento dos alunos a respeito de alimentos e alimentação saudável e a aceitação da alimentação escolar, antes e após intervenção educativa; Avaliar o | A intervenção obteve adesão dos alunos nas atividades educativas e houve melhoria, tanto na aceitação das refeições escolares, quanto no aumento da pontuação na avaliação do conhecimento sobre alimentação saudável, reforçando o papel da escola como espaço para promoção de hábitos de alimentação saudáveis. | Avaliação antropométrica; jogo para avaliar conhecimento sobre A.S; teste de aceitabilidade; resto-ingestão e questionário de frequência da alimentação escolar. |

| | | | |
|---|--|--|--|
| | conhecimento de merendeiras a respeito de alimentos e alimentação saudável, antes e após intervenção educativa; Descrever as características do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil e do Programa de Generalização de Refeições Escolares de Portugal. | | |
| A educação alimentar no ensino de ciências: o caso das dietas alimentares. (LEITE, 2016) | Produzir uma Unidade Didática a respeito de educação alimentar na escola, desenvolvendo subsídios que auxiliem a intervenção pedagógica de forma interdisciplinar englobando principalmente aspectos químicos e biológicos e a contextualização nas perspectivas sociais, culturais, emocionais que se relacionam à temática. Realizar um estudo diagnóstico sobre dietas alimentares com adolescentes. Propor uma estratégia didática que mobilize os estudantes a questionarem o papel da mídia na formação dos hábitos alimentares. Aplicar e avaliar a Unidade Didática produzida. | O uso das atividades propostas no material didático proporcionou a interação do conhecimento alusivo à alimentação entre os discentes, permitindo a reflexão de padrões conferidos diariamente pelo meio em que estão inseridos. | Questionário |
| Efeitos de processo educativo nutricional sobre o nível de conhecimento de escolares na prevenção e controle da obesidade infantil. (PICERNI, 2016) | Identificar a prevalência do baixo peso, eutrofia, sobrepeso e obesidade nas crianças do ensino fundamental I (6 a 10 anos) de uma escola particular do município de São Paulo; - Aplicar e avaliar os efeitos de atividades de educação em nutrição e estilo de vida para reforçar os conceitos de alimentação saudável; - Avaliar o nível de conhecimento das crianças através de um questionário aplicado nas crianças antes e após a intervenção nutricional; - Verificar alterações nos parâmetros antropométricos após o período de intervenção. | O modelo de intervenção aplicado demonstrou resultado significativo para a melhora do nível de conhecimento, favorecendo o controle da obesidade e suas comorbidades nas crianças. | Avaliação antropométrica e quis de avaliação de conhecimento sobre alimentação |

| | | | |
|--|--|---|--|
| <p>Educomunicação e rádio escola: uma proposta de educação nutricional para adolescentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Luís Maracanã. (SILVA, 2016).</p> | <p>Avaliar a contribuição da Educomunicação por meio do rádio para a promoção da educação nutricional de alunos adolescentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Luís Maracanã. São objetivos específicos: descrever a experiência dos alunos sobre o processo de produção dos programas; avaliar a recepção dos programas de rádio produzidos entre os alunos, considerando as dimensões atitudinais, cognitiva e técnica; analisar, a partir da percepção dos alunos envolvidos diretamente pela produção, a contribuição da experiência quanto aos conhecimentos e práticas relacionados à alimentação, à Educomunicação e à linguagem radiofônica.</p> | <p>Apesar de terem sido mencionadas dificuldades, os alunos relataram ganho de aprendizado e mudança de práticas, quer sejam na alimentação e, conseqüentemente, na saúde, quer sejam voltadas as suas habilidades comunicativas e de criticidade dos conteúdos midiáticos que os auxiliarão ao longo da vida. A partir das análises das entrevistas com os produtores, grupo focal e questionários aplicados com os ouvintes, foi confirmada a contribuição da Educomunicação por meio da Rádio Escolar, para a educação nutricional e para a aprendizagem na área de comunicação. Embora se tenha identificado resultados positivos relacionados à Educomunicação e Saúde durante a realização desse estudo, compreende-se a necessidade de estudos mais detalhados para analisar a contribuição da Educomunicação para demais práticas de saúde em outros públicos e outros contextos.</p> | <p>Questionário sobre recepção do programa de rádio, entrevistas e grupo focal</p> |
| <p>Aprendizagem Significativa Conceitual, Procedimental e Atitudinal na Educação Alimentar e Nutricional, no Ensino Fundamental, por meio de Multiplicidade Representacional. (FRASSON, 2016)</p> | <p>Identificar a significação conceitual, procedimental e atitudinal sobre a temática alimentação e nutrição, construída simultaneamente por aprendizes, quando expostos a um ensino planejado sob o viés da multiplicidade representacional.</p> | <p>A participação e as produções do aluno nas seis intervenções didáticas que mediarão o processo de ensino/aprendizagem demonstram que a significação alcançada ao final do processo, pelo aprendiz, foram construídas de forma contínua no decorrer da estratégia. A análise comparativa dos dados coletados na etapa 2 – avaliação de conhecimentos e experiências prévios – com as produções do aluno durante a etapa 3 – intervenções didáticas – mostram a construção de significados conceituais,</p> | <p>Questionário fechado sobre conhecimentos sobre frutas; mapa conceitual e questionário de consumo de frutas.</p> |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | | procedimentais e atitudinas. | |
| Efetividade de intervenções em creches públicas pautadas na educação alimentar e nutricional com diferentes abordagens na promoção da alimentação complementar saudável. (CÂNDIDO, 2016) | <p>Analisar a efetividade de intervenções em creches públicas pautadas na educação alimentar e nutricional com diferentes abordagens na promoção da alimentação complementar saudável. Caracterizar o perfil sociodemográfico, econômico e o consumo alimentar das crianças de 4 a 24 meses das creches em estudo; <input type="checkbox"/> Orientar pais e responsáveis dos lactentes sobre a alimentação complementar de seu filho; <input type="checkbox"/> Verificar possíveis associações entre o conhecimento sobre nutrição dos profissionais, a escolaridade e experiência profissional e pessoal; Capacitar profissionais da educação (professores, supervisores e diretores) sobre a formação de hábitos alimentares nos primeiros anos de vida; Avaliar a efetividade das ações de educação alimentar e nutricional na construção do conhecimento sobre os temas trabalhados com os profissionais; Investigar a efetividade da EAN sobre crenças, atitudes e intenções dos pais acerca da alimentação complementar de seus filhos. Analisar a efetividade de intervenções em creches públicas pautadas na educação alimentar e nutricional com diferentes abordagens na promoção da alimentação complementar saudável.</p> | <p>Os cuidadores das crianças com idade entre 4-24 meses precisam de orientações nutricionais para garantir a adequada introdução da alimentação complementar. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) realizada com reuniões presenciais apresentam maior efetividade quando comparadas a orientações apenas escritas. A EAN realizada no ambiente de trabalho favorece a adesão dos participantes. O ambiente de creches e escolas infantis é propício para a realização da EAN, porém é necessário um número maior de nutricionistas para garantir a realização de todas as atribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e execução de ações mais intensas de promoção de saúde.</p> | Questionário de consumo alimentar pré e pós-intervenção |

| | | | |
|--|--|--|---|
| <p>Promoção de hábitos alimentares saudáveis entre alunos do ensino fundamental I da rede adventista do vale do paraíba: lições aprendidas em quatro anos de intervenção. (LANNES, 2016)</p> | <p>O presente trabalho teve por objetivos: (1) realizar o relato de experiência de quatro anos de ações de intervenção educativa para a promoção de hábitos alimentares saudáveis em escolas de ensino fundamental I da rede adventista de ensino do Vale do Paraíba, (2) reportar a evolução do estado nutricional dos alunos ao longo dos quatro anos de intervenção, (3) avaliar o conhecimento sobre alimentação saudável entre os escolares, ao final do período de intervenção e (4) descrever a repercussão destas ações conforme a percepção dos pais e atores do ambiente escolar (gestores, professores, cantineiros).</p> | <p>Não houve resultado significativo na evolução da composição corporal dos alunos avaliados que acompanharam os 4 anos de intervenções. Os alunos que acompanharam os 4 anos de intervenções educativas, obtiveram um alto percentual de acertos (acima de 74%) no questionário de conhecimento em alimentação saudável. A repercussão das ações conforme a percepção dos pais e atores do ambiente escolar (gestores, professores, cantineiros) descritas através do DSC revelaram efeitos positivos sobre o comportamento alimentar dos alunos.</p> | <p>Questionário pré e pós e avaliação antropométrica</p> |
| <p>Programa de promoção de hábitos saudáveis em escolas da rede pública de ensino fundamental no interior do rio grande do sul: ensaio clínico randomizado. (SCHUH, 2015)</p> | <p>Comparar o consumo alimentar e perda ponderal entre um grupo escolares que receberá atividades de intervenção em educação nutricional e atividade física, e um grupo controle que receberá apenas as informações acerca de alimentação, nutrição e atividade física presentes no currículo escolar vigente. Descrever os hábitos alimentares dos alunos participantes do estudo; Comparar as mudanças no percentil do IMC entre os grupos; Comparar os níveis de atividade física;</p> | <p>A intervenção combinada de educação nutricional e promoção de atividade física no ambiente escolar durante 9 meses melhora os níveis de atividade física e contribui para prevenção do excesso de peso, porém não foi efetiva no consumo alimentar global.</p> | <p>Avaliação antropométrica, questionário de frequência alimentar, atividade física, tempo de tela, conhecimento sobre hábitos saudáveis.</p> |
| <p>Avaliação de um programa para desenvolvimento de alimentação saudável em uma escola. (MOREIRA, 2015)</p> | <p>promover o aumento do consumo de FH de crianças de 6-7 anos. Para tanto, pretendeuse verificar se: o aumento das oportunidades de consumo de FH; o contato com um personagem que pode servir como modelo para uma alimentação mais saudável; a participação das crianças na construção de uma horta no contexto escolar, desde a plantio até a colheita; e o consumo dos alimentos colhidos, aumentam o consumo de</p> | <p>A intervenção produziu aumento do consumo de frutas e hortaliças dos participantes. A oferta de frutas e hortaliças parece ter sido a variável que mais produziu aumento do consumo de frutas e hortaliças. Entretanto, como não foi possível controlar o efeito da cada variável introduzida de maneira isolada, não se pode supor que apenas a oferta foi responsável por aumentar o consumo</p> | <p>Folhas de registros para avaliar consumo de fruta a cada fase de intervenção</p> |

| | | | |
|---|--|---|--|
| | FH oferecidas diariamente na escola. | de frutas e hortaliças dos participantes, mas sim o efeito acumulado de todas as variáveis introduzidas. | |
| Educação nutricional através do processo de ensino aprendizagem baseado na metodologia da problematização. (LANES, 2015) | Avaliar a MP como ferramenta pedagógica para o processo de Educação Nutricional no contexto da formação de escolares e professores de Ciências e EF. | Os estudantes apresentam alguma resistência à resolução de problemas, de acordo com as dificuldades que eles enfrentam nesta atividade, portanto, a partir dos resultados apresentados, demonstra-se a importância da elaboração de propostas metodológicas a fim de permitir que o aluno amplie seu próprio conhecimento, mediante uma participação ativa e interativa, buscando melhorar a qualidade do ensino. | Questionário com questões abertas para os professores e mães, avaliação antropométrica dos alunos. |
| Efeito de uma intervenção interdisciplinar nos fatores de risco às doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes com sobrepeso e obesidade. (WEIGEL, 2015). | Verificar os possíveis efeitos da intervenção alimentar e exercício físico nos fatores de risco às doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes com sobrepeso e obesidade. -Descrever a ocorrência dos fatores de risco/indicadores bioquímicos (Lipoproteína de baixa densidade (Low Density Lipoprotein) (LDL), Lipoproteína de alta densidade (High Density Lipoprotein) (HDL), colesterol total, glicose, pressão arterial, triglicerídeos, circunferência da cintura, porcentagem de gordura corporal) das doenças cardiovasculares; - Associar os hábitos alimentares e os fatores sociodemográficos (pré-intervenção) com os fatores de risco às doenças cardiovasculares; -Verificar os possíveis efeitos da intervenção alimentar nos hábitos alimentares; -Verificar os possíveis efeitos da orientação alimentar na ocorrência dos fatores de risco às doenças | A intervenção promoveu a redução do CT, na circunferência de cintura e no aumento do colesterol HDL, no sexo masculino do grupo intervenção; diminuição do percentual de gordura, triglicerídeos e colesterol LDL, mas somente no sexo masculino do grupo intervenção; a maioria dos escolares da pesquisa (86,25%) apresentaram ingestão calórica abaixo do recomendado ao final da intervenção, sendo maior a inadequação no grupo intervenção, pois com a intervenção acaba-se criando um vínculo com os escolares, o que pode ter causado uma subestimativa do VET pelo constrangimento das crianças e adolescentes contarem o que comeram realmente. | Recordatório alimentar 24horas; análise bioquímica de sangue; avaliação antropométrica e de percentual de gordura. |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | cardiovasculares. | | |
| Educação nutricional nas escolas e seu impacto sobre o hábito alimentar e o estado nutricional de crianças de 6 a 8 anos. (JUGEND, 2015). | Elaborar e executar um programa de intervenção multidisciplinar para a promoção da saúde no espaço escolar e no núcleo familiar, e avaliar o impacto deste programa sobre o hábito alimentar e o estado nutricional dos escolares. a) Avaliar os parâmetros antropométricos dos alunos do segundo ano do ensino fundamental de um colégio particular de Curitiba e sua evolução. Avaliar os hábitos alimentares dos alunos do segundo ano do ensino fundamental de um colégio particular de Curitiba e sua evolução. c) Desenvolver um programa de intervenção destinado aos alunos e pais do segundo ano do ensino fundamental de um colégio particular de Curitiba. d) Comparar o impacto de um programa de promoção da saúde destinado apenas aos alunos com um programa destinado aos alunos e suas famílias | Não houve participação satisfatória dos pais no programa de intervenção; não houve redução do índice de sobrepeso e obesidade, mas houve redução de IMC. | Avaliação antropométrica; pressão arterial; história familiar; questionário de consumo alimentar; questionário de prática de atividade física |
| "Hábitos Saudáveis, Meninas Saudáveis": estratégia de intervenção em alimentação saudável e refeições em família de adolescentes de escolas técnicas. (SILVA, 2015). | Identificar os fatores que contribuem para a prática de refeições em família. Avaliar o impacto das refeições em famílias regulares no consumo e nas práticas alimentares. Avaliar se a intervenção promoveu mudanças nos hábitos alimentares de adolescentes, bem como no ambiente das refeições em família. Avaliar as estratégias utilizadas em uma intervenção com múltiplos componentes. | A intervenção contribuiu para um aumento no consumo dos grupos alimentares de frutas e de legumes e verduras; Participar da intervenção não alterou a frequência de refeições em família; contribuiu para que as adolescentes reduzissem a presença de televisores ligados durante as refeições. | Questionário social cognitivo ;questionário sobre refeições em família ;questionário de frequência alimentar da pirâmide; avaliação antropométrica |

| | | | |
|--|--|--|---|
| <p>Efeito de um programa de intervenção com educação nutricional e atividade física na prevenção da obesidade em escolares: um estudo controlado randomizado. (FRIEDRICH, 2015).</p> | <p>Avaliar o efeito de um programa de intervenção com educação nutricional e atividade física na prevenção e controle da obesidade em escolares do ensino fundamental de escolas públicas municipais da cidade de Porto Alegre/RS, denominado Programa TriAtiva: educação, alimentação e atividade física, através de um estudo controlado randomizado por conglomerado. Avaliar o estado nutricional dos escolares; Estimar o efeito do Programa TriAtiva sobre o IMC entre o grupo intervenção (GI) e grupo controle (GC); Estimar o efeito da intervenção na prevalência, incidência e remissão de excesso de peso e obesidade entre o GI e GC; Estimar o efeito da intervenção nas medidas e indicadores antropométricos, os quais incluem a circunferência de cintura, peso corporal, percentual de gordura corporal e escore Z do IMC.</p> | <p>A intervenção promoveu a redução no índice de massa corporal (IMC); redução não significativa na CC e % de GC; aumento na remissão do excesso de peso e obesidade. o Programa TriAtiva apresentou efeitos positivos no IMC e mudanças favoráveis na prevalência e remissão da obesidade, após o término do programa, tornando-se um aliado na prevenção e controle da obesidade, no âmbito escolar.</p> | <p>Avaliação antropométrica; circunferência da cintura; percentual de gordura; prevalência de incidência e remissão de excesso de peso.</p> |
| <p>Promoção da alimentação adequada e saudável na escola: limites e possibilidades de uma proposta educacional. (OLIVEIRA, 2015).</p> | <p>Propor e avaliar o efeito de uma intervenção nutricional educativa com base na metodologia da problematização para a promoção de alimentação saudável em estudantes de 6os anos de uma escola municipal de São José dos Campos, em São Paulo. Caracterizar as percepções de nutrição e de uma alimentação saudável na ótica dos adolescentes. Identificar barreiras para adoção da alimentação saudável por adolescentes. Verificar a motivação para a mudança de</p> | <p>A intervenção promoveu a ampliação do conhecimento nutricional e a intenção de mudanças positivas na alimentação como o aumento do consumo de frutas, verduras e legumes e redução do consumo de doces e demais industrializados.</p> | <p>Avaliação antropométrica; questionário alimentar; grupo focal</p> |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | comportamento alimentar após intervenção. Avaliar o impacto da intervenção nas atitudes e práticas alimentares dos estudantes. | | |
| No mundo da imaginação se encaixa a alimentação: estudo sobre uma proposta de ensino construtivista envolvendo hábitos alimentares para a educação infantil. (PRODES, 2014) | compreender a repercussão de uma proposta construtivista e lúdica envolvendo a alimentação na Educação Infantil. verificar a mudança no processo de educação e hábito alimentar na Primeira Infância, após a aplicação do projeto; analisar a repercussão da introdução de alguns termos anatômicos relacionados à alimentação na Educação Infantil., | A repercussão da proposta foi satisfatória, mostrando a relevância de introduzir alguns termos científicos de modo a mudar os hábitos alimentares das crianças envolvidas nesse estudo. | Questionário e entrevista |
| O impacto da promoção de ações continuadas de educação alimentar e a representação social dos alimentos na redução de sobrepeso e obesidade em adolescentes. (FIGUEIREDO, 2014). | Verificar o impacto de intervenções em alimentação em adolescentes e verificar a representação social do alimento por Professores de Educação Física.- Verificar o impacto da intervenção sobre o padrão alimentar dos adolescentes e dois anos após o evento da ação educativa; - Determinar o estado nutricional de adolescentes e a maturação sexual; - Identificar os estágios de mudança de comportamento alimentar de adolescentes em relação ao consumo de frutas, vegetais, gorduras e açúcar; - Comparar a percepção de consumo de frutas e vegetais pelos adolescentes com a ingestão alimentar referida; - Discutir sobre a representação social do alimento pelo professor de Educação Física. | A intervenção educativa não propiciou mudanças nos padrões alimentares, quanto aos estágios de comportamento aparentemente pioraram, porém pode ser reflexo da melhor percepção de consumo. A representação social do alimento pelo Professor de Educação Física era conduzida por aspectos de saúde, prazer e afeto podendo interferir na sua prática pedagógica. | Avaliação antropométrica, estágio de mudança de comportamento e consumo alimentar por questionário de frequência alimentar semi-quantitativo. |

| | | | |
|---|---|---|--|
| <p>Educação alimentar e nutricional: análise de um projeto interdisciplinar no ensino fundamental de uma escola pública de Salvador – Bahia. (REIS, 2014)</p> | <p>Desenvolver um projeto interdisciplinar acerca do tema alimentação e nutrição em uma escola municipal de Salvador-BA. Propiciar no ambiente escolar reflexões interdisciplinares a respeito do tema da alimentação e nutrição; Proporcionar aos alunos atividades que ampliem a compreensão da alimentação como uma necessidade básica essencial para o corpo humano bem como um ato social, cultural e político; Promover debates a respeito do tema da alimentação saudável no mundo contemporâneo; Refletir sobre a relação homem-alimento como um tema fundante da história da humanidade e constituinte da identidade dos sujeitos.</p> | <p>Apesar dos limites encontrados, a abordagem do tema A&N no currículo escolar foi tido como relevante para a formação dos educandos e pôde instituir novas e propositivas abordagens metodológicas para o currículo escolar. Promoveu, ainda, uma interação universidade comunidade, unindo pesquisa e extensão, com o desenvolvimento de um produto metodológico que poderá ser reformulado e desenvolvido em outras realidades. Desse modo, aponta-se a necessidade de fomentar mais trabalhos que possam incluir o tema A&N em currículos escolares e projetos pedagógicos</p> | <p>Observação participante associada às entrevistas semiestruturadas</p> |
| <p>O saber da merenda: práticas educativas no contexto da alimentação escolar. (DYSARZ, 2014).</p> | <p>Analisar ações educativas no âmbito do PNAE e identificar processos ocorridos que favoreceram a realização destas ações.</p> | <p>A participação dos estudantes na alimentação escolar contribui para o desenvolvimento da agência destes sujeitos, que tem a oportunidade de regularmente interferirem sobre a sua alimentação escolar se apropriando deste direito, e vivenciando no ambiente escolar um processo de participação democrática.</p> | <p>Entrevistas</p> |
| <p>EDUCANDO SABORES: Introduzindo o cuidado nutricional no cotidiano escolar da criança. (CALEGARI, 2013)</p> | <p>sensibilizar, através dos sentidos, crianças em fase escolar, à criticidade na escolha de seus alimentos e consciência da função destes ao seu desenvolvimento. discutir os benefícios à saúde, como bem estar físico, social e psicológico, de crianças com hábitos conscientes sobre sua alimentação e, necessariamente, conscientização de seu ambiente familiar e social.</p> | <p>Concluiu-se que a criança e seus familiares, tanto quanto a escola, estão carentes de conhecimentos sobre alimentação e saúde, sendo de objetivo do colégio, da pesquisadora e dos pais, dar continuidade ao projeto nos próximos anos letivos</p> | <p>Questionário de anamnese alimentar pré e pós teste.</p> |

| | | | |
|--|--|---|---|
| <p>Aprendizagem Mediada: uma proposta de intervenção mediacional para a promoção de hábitos alimentares saudáveis em pré-escolares. (MUNIZ, 2013).</p> | <p>Construir e avaliar uma proposta de intervenção mediacional promotora de hábitos alimentares saudáveis em crianças pré-escolares</p> | <p>As atividades lúdicas envolvendo histórias infantis, jogos e o próprio experimentar/degustar dos alimentos, desde que devidamente mediadas, podem contribuir com alterações significativas na ingestão alimentar das crianças e o promover hábitos alimentares saudáveis.</p> | <p>Questionário hábito alimentar; entrevista semi-estruturada com os pais sobre rotina alimentar.</p> |
| <p>Educação nutricional de pré-escolares: consumo de alimentos ricos em ferro e vitamina c. (BRASIL, 2013)</p> | <p>Realizar intervenção de educação nutricional com pré-escolares, estimulando o consumo de alimentos que aumentam o aporte de ferro para o organismo e também para o consumo de alimentos fontes de vitamina C, que é um facilitador da absorção desse mineral. - Descrever as características sócio demográficas e de saúde das crianças; - Avaliar a aceitabilidade dos cardápios ricos em ferro e vitamina C, antes, durante e após a intervenção educativa; - Avaliar o conhecimento das crianças sobre anemia e alimentos para sua prevenção, antes e depois da intervenção educativa; - Mobilizar os pais a participarem do processo de consolidação dos hábitos alimentares das crianças, em relação ao consumo de alimentos fontes de ferro e vitamina C.</p> | <p>As crianças, após a intervenção de educação nutricional, melhoraram seus conhecimentos em relação aos alimentos que são importantes para a prevenção da anemia, além de aumentarem o consumo alimentar das preparações ricas em ferro e vitamina C. Os resultados indicaram que o programa desenvolvido produziu resultados positivos junto aos pré-escolares, e também pode ser usado como modelo para estímulo ao consumo de outros alimentos e o combate a outras deficiências nutricionais. Limitação: A baixa participação proporcional dos pais/responsáveis pelas crianças, professores e merendeiras nas atividades propostas para integrar a família à escola, indica a importância de estimulá-los a participarem mais da vida escolar das crianças, já que são indispensáveis na concretização da aprendizagem e hábitos alimentares e de vida de seus filhos e alunos.</p> | <p>Antropometria, desenho livre sobre a anemia pré e pós; cartão de monitoramento de consumo, preenchido pelo professor responsável após o almoço, antes, durante e após a intervenção.</p> |

| | | | |
|---|---|--|--|
| <p>Refeitório escolar: espaço de aprendizagem e troca de conhecimentos sobre alimentação. (COSTA, 2013).</p> | <p>Investigar o processo formativo em educação alimentar a partir da metodologia problematizadora em um grupo de estudantes de Ensino Médio em regime de internato. Identificar o conhecimento e o comportamento alimentar dos estudantes no refeitório escolar do Campus Planaltina do IFB. Implementar um projeto de educação alimentar escolar. Discutir o papel do refeitório como espaço de práticas de educação alimentar.</p> | <p>A intervenção estimulou nos alunos reflexão a respeito de sua alimentação e os reflexos desta sobre sua saúde; O comércio irregular de alimentos no Campus Planaltina é um dos fatores que contribuem para o empobrecimento da dieta dos residentes. Para que a educação nutricional seja efetiva na alteração da realidade, consideramos necessário que a transversalidade prevista nos documentos curriculares da educação brasileira deixe o papel e se materializem na rotina deste espaço de aprendizagem.</p> | <p>Questionário</p> |
| <p>Educação alimentar e nutricional: um estudo de intervenção em uma escola pública de Salvador – Bahia. (SILVA, 2013).</p> | <p>Descrever uma experiência educativa interdisciplinar em alimentação e nutrição desenvolvida com escolares do 8º e 9º anos do ensino fundamental em uma escola municipal de um bairro periférico da cidade de Salvador/Bahia.</p> | <p>Os resultados indicaram que, a partir desta experiência, os alunos construíram um novo olhar sobre a feira livre, assim como a percepção da alimentação saudável naquele contexto. Observou-se ainda que os alunos apresentaram um melhor desempenho na aprendizagem das disciplinas não apenas sobre alimentação e nutrição, mas também dos conteúdos trabalhados nas disciplinas, fator associado as novas possibilidades metodológicas trabalhadas a partir da referência da interdisciplinaridade.</p> | <p>Grupo focal e observação participante</p> |
| <p>CULTURA, PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR & SAÚDE: a educação alimentar e nutricional como lugar de encontro na escola. (CASEMIRO, 2013).</p> | <p>Discutir os limites e possibilidades para o desenvolvimento de estratégias de educação alimentar e nutricional na escola, pautadas pelo Direito Humano à Alimentação Adequada, tendo como ponto de partida as experiências desenvolvidas no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE) de Duque de Caxias.a) Sistematizar as principais ações de educação alimentar e nutricional realizadas em escolas de Duque de Caxias, registrando as reflexões dos profissionais</p> | <p>A pesquisa revelou que é pequeno o conhecimento sobre o PNAE e PSE entre os profissionais que atuam no território e que não há um reconhecimento das iniciativas municipais de EAN relatadas pelas nutricionistas, apesar de estas terem demonstrado grande potencial crítico e criativo. Identificou-se a existência de espaço para refinar a articulação entre as estratégias educativas do PSE e PNAE</p> | <p>Entrevistas, seminários e oficinas</p> |

| | | | |
|---|---|--|---|
| | que vivenciaram estas práticas; b) Acompanhar e registrar o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional, construídas coletivamente, em uma escola inserida no PSE em Duque de Caxias; c) Acompanhar e registrar o processo de experimentação da construção de espaços/momentos interdisciplinares de educação alimentar e nutricional tendo como ponto de partida a escola e o diagnóstico local de realidade; | na escola. O planejamento e diagnóstico coletivos foram reconhecidos como potentes ferramentas para o aprimoramento das ações de PSE no território | |
| Aptidão física relacionada à saúde de alunos do ensino fundamental participantes de programa para mudança do estilo de vida na escola. (HULSHOF, 2012) | Verificar o efeito de um programa de intervenção escolar para mudança do estilo de vida envolvendo atividade física e educação nutricional como atenção primária à baixa aptidão física e excesso de peso em crianças. Caracterizar a amostra de acordo com indicadores demográficos, antropométricos e de aptidão física de escolares do ensino fundamental participantes de programa para mudança do estilo de vida. Analisar o efeito do programa de intervenção para mudança do estilo de vida sobre medidas antropométricas e aptidão física desses escolares. | O programa escolar de mudança no estilo de vida não promoveu alterações na composição corporal e aptidão física, porém trouxe novas experiências ao cotidiano infantil, agradando tanto aos pais quanto às próprias crianças. | Flexibilidade; teste de resistência, circunferência abdominal, avaliação antropométrica; questionário com os pais |
| Promoção da alimentação saudável no âmbito do programa escola integrada: influência no perfil nutricional de crianças e adolescentes. (ZANIRATI, 2012). | Geral: Avaliar a influência de ações de promoção da alimentação saudável no perfil nutricional de crianças e adolescentes inseridos no Programa Escola Integrada, comparando com alunos da Escola Tradicional. Específico: a) Verificar dados demográficos, socioeconômicos, antropométricos e de consumo alimentar de uma amostra de alunos de uma Escola Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais. b) Comparar os dados demográficos, | A intervenção nutricional não promoveu alterações antropométricas, mas possibilitou algumas mudanças dietéticas positivas e outras a serem trabalhadas em ações futuras. Além disso, verificou-se papel importante do Programa Escola Integrada na alimentação dos alunos, denotando-o como provável potencializador da intervenção realizada. A intervenção nutricional não promoveu alterações antropométricas, mas possibilitou | Avaliação antropométrica; recordatório de 24 horas e de frequência alimentar pré e pós teste. |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | <p>socioeconômicos, antropométricos, de atividade física e de consumo alimentar entre alunos participantes da Escola Integrada com aqueles da Escola Tradicional. c) Analisar os efeitos da intervenção nutricional entre as crianças da Escola Integrada. d) Averiguar a aceitação da proposta de educação alimentar e nutricional pelos estudantes da Escola Integrada. e) Elaborar e desenvolver oficinas e materiais educativos sobre alimentação saudável para o público infanto-juvenil.</p> | <p>algumas mudanças dietéticas positivas e outras a serem trabalhadas em ações futuras. Além disso, verificou-se papel importante do Programa Escola Integrada na alimentação dos alunos, denotando-o como provável potencializador da intervenção realizada.</p> | |
| <p>Avaliação do impacto de uma intervenção de promoção de frutas e hortaliças sobre o consumo desses alimentos por alunos e professores de escolas públicas. (FARIAS, 2011).</p> | <p>Geral: Avaliar o impacto de uma intervenção de promoção de frutas e hortaliças sobre o consumo, por alunos, desses alimentos quando oferecidos na alimentação escolar e sobre o consumo usual desses alimentos por professores do 1º ciclo do ensino fundamental de escolas públicas da zona oeste do município do Rio de Janeiro. Específico: Verificar o nível de implementação da intervenção proposta pelo projeto; Comparar as práticas de promoção da alimentação saudável realizadas na rotina da escola antes e após a intervenção; Comparar o grau de aceitação, pelos alunos, de frutas e de hortaliças oferecidas na alimentação escolar antes e após a intervenção; Comparar o consumo, pelos alunos, de frutas e de hortaliças oferecidas na alimentação escolar antes e após a intervenção; Comparar o consumo usual de frutas e hortaliças pelos professores antes e após a intervenção; Conhecer a avaliação de professores e gestores sobre a inserção do Projeto nas</p> | <p>Foram observados índices altos de aceitação de F&H entre alunos e de consumo de F&H entre alunos e professores no diagnóstico inicial. A intervenção alcançou 52,7% de implementação, tendo sido bem avaliada entre os professores. Nenhuma variação estatisticamente significativa foi observada após a intervenção tanto em relação à aceitação quanto em relação ao consumo de F&H. Foram observados resultados estatisticamente significativos somente para a associação positiva entre o nível de exposição à intervenção e a aceitação de hortaliças pelos alunos. A intervenção proposta alcançou nível intermediário de implementação e os resultados alcançados foram modestos em termos de variação do consumo de F&H por alunos e professores.</p> | <p>Observação e tabela de registro da aceitação das frutas pelos alunos e entrevista com os professores</p> |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | escolas estudadas. | | |
| Hábitos alimentar, intestinal, estado nutricional, atividade física, imagem corporal e subsídios para um programa educação nutricional. (CARAM, 2010). | <p>Geral: Conhecer alguns aspectos nutricionais que envolvem os hábitos alimentar, intestinal dos adolescentes, e verificar o efeito de um programa de educação nutricional, numa escola de Campinas, SP. Específico: Descrever os hábitos alimentar e intestinal, o estado nutricional, a atividade física, a imagem corporal e a classe social dos adolescentes. Relacionar constipação intestinal com: consumo diário de líquidos, atividade física, obesidade e sobrepeso, idade e hábito de consumo de alguns alimentos ricos em fibras. Relacionar obesidade e sobrepeso com: atividade física, número de refeições, uso de adoçante dietético, idade e imagem corporal. Desenvolver um programa de educação nutricional e verificar seu efeito na absorção do conhecimento de nutrição nos adolescentes</p> | <p>O programa de educação nutricional trouxe avanços quanto ao conceito de nutrição para os alunos. Houve empenho e colaboração dos professores nas várias atividades desenvolvidas. O desempenho dos alunos teve resultado positivo. Os alunos que receberam as atividades em grupo apresentaram incremento positivo significativo da média das notas.</p> | <p>notas do questionário aplicado aos alunos</p> |
| Eficácia de um programa de educação alimentar e nutricional para o aumento do consumo de hortaliças e frutas por escolares. (NASSER, 2010). | Avaliar a eficácia de um programa de educação alimentar e nutricional para aumento do consumo de hortaliças e frutas por escolares | Aumento do consumo de vegetais pelos alunos que foram do grupo intervenção. | <p>Questionário de frequência alimentar pré e pós atividades com os alunos</p> |

| | | | |
|--|--|--|---|
| <p>Promoção da alimentação saudável: proposta de implantação de um programa de educação nutricional em escolas. (CONCEIÇÃO, 2010).</p> | <p>Geral: propor um programa de educação nutricional para ser inserido no calendário escolar da rede municipal de ensino de Canoinhas, Santa Catarina. Específicos: avaliar o estado nutricional por meio de antropometria; desenvolver atividades de educação nutricional por meio de oficinas com toda comunidade escolar; avaliar o grau de satisfação das oficinas por meio de escala hedônica; apresentar a importância do profissional nutricionista para secretaria de saúde.</p> | <p>Os resultados encontrados com este estudo confirmam o período de transição nutricional que o país vem enfrentando, além de servir como alerta para os programas de saúde pública que trabalham com a alimentação escolar, pois com o elevado número de escolares acima do peso, deve-se repensar as estratégias de educação alimentar que utilizam a escola como local formador de hábitos alimentares mais saudáveis.</p> | <p>Avaliação antropométrica dos alunos e oficinas de ean e culinária com pais, responsáveis e alunos; escala hedônica de satisfação</p> |
| <p>Unidades didáticas: uma proposta metodológica humanista sobre alimentação e saúde no ensino fundamental. (SOUZA, 2009).</p> | <p>Investigar o conhecimento, as necessidades e as dificuldades de alunos do oitavo ano do ensino fundamental sobre o tema alimentação.</p> | <p>Permitiu que a aprendizagem do aluno fosse além das discussões cotidianas, o que inferimos se dever à pesquisa e às atividades práticas atraentes, que buscaram desenvolver, no aluno, a responsabilidade em relação aos hábitos alimentares saudáveis e o espírito crítico sobre os alimentos industrializados consumidos, diariamente, em virtude da alienação decorrente do “marketing” a serviço da lógica do capital que faz com que tais alimentos sejam vistos como essenciais para a vida do adolescente.</p> | <p>Entrevista individual semi-estruturada</p> |
| <p>Estratégias educativas sobre alimentação saudável para pré-escolares: da concepção à avaliação. (PINHEIRO, 2009).</p> | <p>Geral: Elaborar, implementar e avaliar os efeitos do uso de estratégias pedagógicas para a promoção da alimentação saudável em escolas de Educação Infantil da rede de ensino pública e privada do Distrito Federal, Brasil. Específicos: Elaborar materiais pedagógicos para pré-escolares, voltados à promoção da alimentação saudável no contexto das instituições de educação infantil; - Aplicar o material pedagógico com educadores e crianças; - Avaliar os efeitos do uso do material no comportamento e hábitos</p> | <p>Aumento significativo da frequência de consumo de hortaliças e redução do consumo de sobremesas pelos pré-escolares da rede pública. No teste de interação, escolas públicas e privadas apresentaram diferença no consumo de leite e de sobremesas. A análise de conteúdo identificou atividades de alimentação saudável desenvolvidas pelas instituições, conteúdos aprendidos e melhoria da qualidade da alimentação e experimentação de novos alimentos pelos pré-escolares.</p> | <p>formulário de marcadores de consumo alimentar antes e após o uso dos recursos pedagógicos, complementada por relatos da família</p> |

| | | | |
|---|--|--|---|
| | <p>alimentares de pré-escolares de escolas de Educação Infantil, a partir da avaliação da mudança de comportamentos alimentares e da adoção de hábitos saudáveis; - Promover o uso do material pedagógico por educadores de escolas de Educação Infantil e avaliar a viabilidade, adequação e finalidade de seu uso; - Caracterizar a percepção das famílias sobre mudanças de comportamento alimentar das crianças, a partir do uso destes materiais no cotidiano pedagógico de sala de aula.</p> | | |
| <p>Implementação de um programa de prevenção de obesidade para adolescentes em ambiente escolar - efeitos sobre medidas antropométricas e práticas alimentares. (VARGAS, 2008).</p> | <p>Geral: Avaliar o efeito de um programa de prevenção de obesidade, desenvolvido em ambiente escolar, baseado em incentivo a hábitos alimentares saudáveis e prática de atividade física, no índice de massa corporal, frequência de sobrepeso e práticas alimentares de adolescentes. Específico: ♦ Avaliar o efeito da intervenção na frequência de sobrepeso dos adolescentes; ♦ Avaliar o efeito da intervenção no consumo de leite, sucos, frutas, hortaliças, no tipo de alimentação durante o intervalo escolar e em práticas alimentares características da adolescência.</p> | <p>O curto período de intervenção não foi suficiente para promover modificações nas medidas antropométricas, logo na frequência de sobrepeso entre os adolescentes. Todavia, a conquista de mudanças em práticas alimentares de risco para o desenvolvimento da obesidade sugere que a programas de prevenção em ambiente escolar podem ser implementados com sucesso e sua realização, em longo prazo, provavelmente poderá trazer benefícios à saúde dos jovens.</p> | <p>Grupo focal (pré intervenção para definir atividades); medidas antropométricas (pré e pós); questionário auto respondido (pós)</p> |

| | | | |
|--|--|---|---|
| <p>Orientação nutricional e alimentar dentro da escola: Formação de conceitos e mudanças de comportamento. (ZANCUL, 2008).</p> | <p>Geral: implementar um programa de educação alimentar e nutricional e analisar os reflexos deste programa nas condutas alimentares de alunos da 6ª série de uma escola da rede pública municipal do município de Ribeirão Preto (SP), discutindo o papel da escola neste contexto. Específicos: Identificar o conhecimento e o comportamento alimentar de alunos da 6ª série; Implementar um programa de educação alimentar e nutricional; Analisar os resultados de um programa de educação alimentar e nutricional; Avaliar os resultados encontrados em dois momentos distintos: um logo após a intervenção e outro depois de um período de oito meses; Verificar se a intervenção foi capaz de provocar mudanças comportamentais nos hábitos alimentares e no estilo de vida de adolescentes; Discutir o papel da escola como espaço de práticas de educação alimentar e nutricional</p> | <p>Foram observadas algumas alterações muito positivas como, por exemplo, aumento do número de alunos que passou a fazer a refeição matinal; aumento do consumo de frutas na hora da merenda, no horário do recreio escolar; aumento do consumo de verduras cruas no almoço e no jantar. É importante ressaltar, no entanto, que a educação é um processo, fruto de uma construção contínua e, desse modo, acredita-se que a prática constante de hábitos alimentares saudáveis pode ser estabelecida a partir de uma educação alimentar e nutricional permanente dentro da escola.</p> | <p>Avaliação antropométrica e questionário pré; imediatamente pós-intervenção e 14 meses pós intervenção.</p> |
| <p>Programa de orientação a professores para o desenvolvimento de projeto educativo Efeito na aprendizagem acerca de alimentação saudável. (DETRREGIACHI, 2008).</p> | <p>Geral: Estudar o efeito de um programa de educação nutricional dirigido a escolares de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental de escolas públicas, na aquisição de conhecimento acerca de alimentação saudável. Específicos: • Avaliar o conhecimento sobre alimentação e nutrição dos escolares após um programa de educação nutricional; • Analisar o efeito de um programa de orientação dirigido a professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental de escolas públicas para o desenvolvimento de um projeto de educação</p> | <p>Programas de educação nutricional desenvolvidos no ambiente escolar apresentam melhores resultados sobre o conhecimento de escolares da 1ª a 4ª séries do ensino fundamental quando algumas condições são estabelecidas, como o comprometimento da direção escolar e da equipe pedagógica com a elaboração de cronograma para o desenvolvimento do programa e possibilidade de discussões semanais como forma de preparação e planejamento das atividades. Programas</p> | <p>Questionário para avaliar conhecimento sobre alimentação e nutrição; questionário hábito alimentar; questionário sobre percepção de mudança do comportamento respondido pelos pais e questionário sobre avaliação da atividade respondido pelos professores.</p> |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | <p>nutricional, na aquisição de conhecimento acerca de alimentação saudável pelos escolares; • Examinar, segundo informação dos pais ou responsáveis, a ocorrência de mudança nas preferências e hábitos alimentares dos escolares após o desenvolvimento de um programa educativo; • Acompanhar o desenvolvimento de um programa de educação nutricional aplicado na 1ª à 4ª séries do ensino fundamental de uma escola pública; • Identificar e propor soluções para reduzir as possíveis barreiras ao desenvolvimento de programas de educação nutricional no ambiente escolar em nível fundamental.</p> | <p>de orientação aos professores para o desenvolvimento de programas de educação nutricional, realizado por profissional especialista coordenando e apoiando a abordagem dos assuntos, maximizam os resultados gerando mudança significativa no conhecimento dos escolares sobre alimentação e nutrição;</p> | |
| <p>O comer consciente: perspectivas para a educação alimentar na infância. (WISNIEWSKI, 2007).</p> | <p>Investigar a formação de hábitos saudáveis de vida; mais especificamente a eficácia da Educação Alimentar; na população infanto-juvenil de uma escola pública de Ponta Grossa; PR.</p> | <p>Os resultados da pesquisa apontam que apesar de haver o conhecimento dos termos “hábito alimentar saudável” e sua estreita relação com “corpo saudável” e a “obesidade infantil”; a educação alimentar ainda não é totalmente eficaz; pois não conta com a conscientização no processo de aprendizagem para formação de novos hábitos. Outra conclusão apontada é que a construção do conhecimento é permeada pelo desejo de aprender; e na falta deste; o processo não se completa. O estudo também revela que as políticas públicas tanto na área da programação curricular quanto na elaboração e abastecimento dos programas de Merenda Escolar necessitam ser revistas. Observou-se finalmente que a</p> | <p>Observação dos eventos e entrevistas gravadas em VHS durante os eventos.</p> |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | Educação em Ciências; como a disciplina que curricularmente é responsável pelo tema “promoção à saúde” deixa uma lacuna na formação do aluno; no que tange ao cuidado com o corpo; alimentação; saúde e qualidade de vida; itens estes indispensáveis para a concretização do principal objetivo do Letramento; que é o “educar para a vida”. | |
|--|--|---|--|

Tabela 6-Principais objetivos, resultados e instrumentos de coleta de dados

